

V. 64

OS EMPREGOS E O TRABALHO DOS PROFESSORES E DAS PROFESSORAS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

MARIA ROSA LOMBARDI (COORD.) • MIRIAM BIZZOCCHI • LILIAN NATI • RENATA ADRIANA DE SOUSA

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS



RELATÓRIOS TÉCNICOS

SÃO PAULO 2023

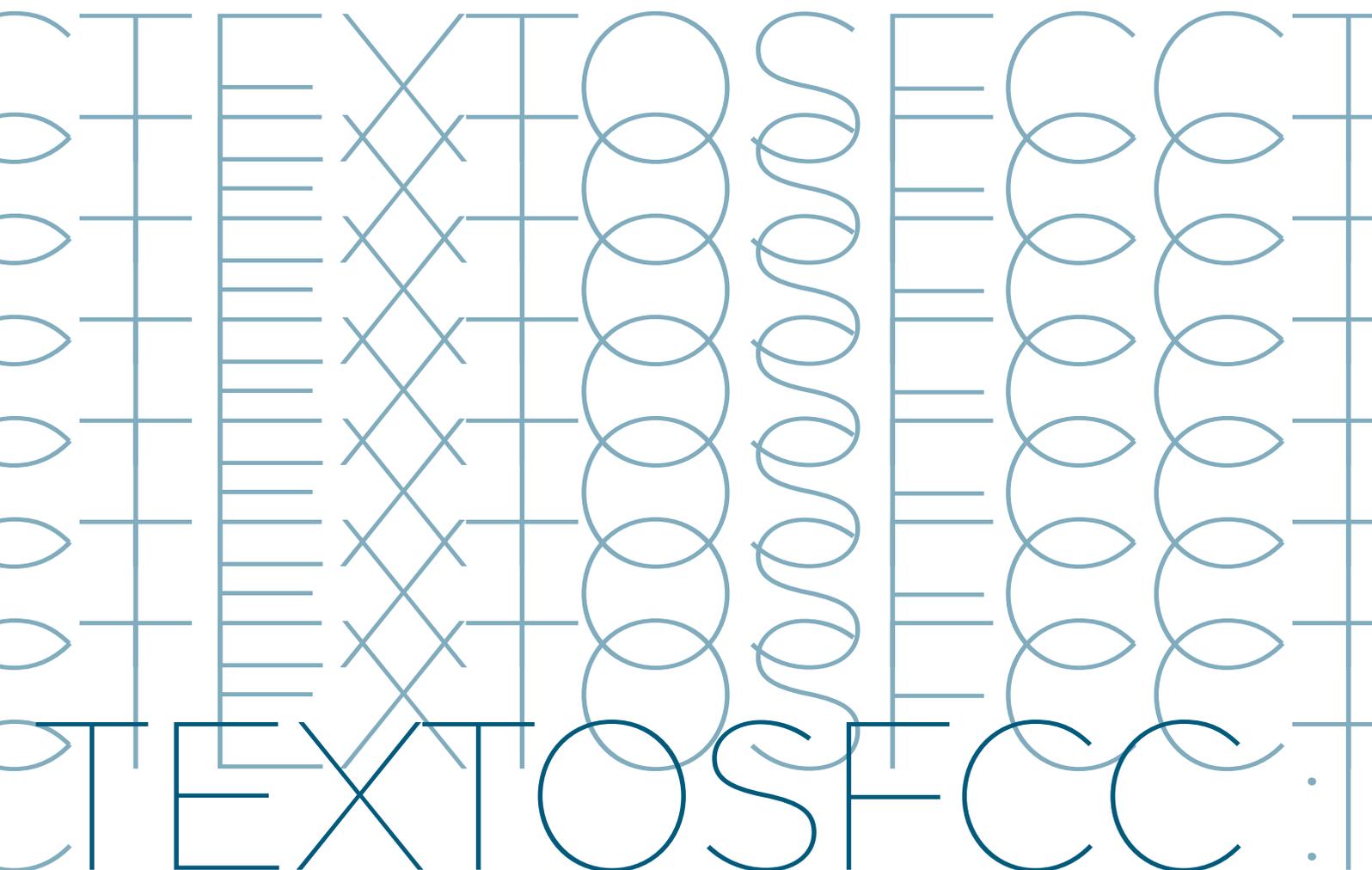
DOI 10.18222/fcc-dpe-2023_2

V. 64

OS EMPREGOS E O TRABALHO DOS PROFESSORES E DAS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

MARIA ROSA LOMBARDI (COORD.) • MIRIAM BIZZOCCHI • LILIAN NATI • RENATA ADRIANA DE SOUSA

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS



RELATÓRIOS TÉCNICOS

SÃO PAULO 2023

L833e LOMBARDI, Maria Rosa (Coord.)

Os empregos e o trabalho dos professores e das professoras da educação básica em tempos de pandemia / Maria Rosa Lombardi, Miriam Bizzocchi, Lilian Nati, Renata Adriana de Sousa. – São Paulo: FCC, 2023.

87p. (Textos FCC: Relatórios técnicos, 64)

ISBN 978-85-60876-18-1

DOI 10.18222/fcc-dpe-2023_2

1. Professores. 2. Educação Básica. 3. Emprego 4. Pandemia.
I. LOMBARDI, Maria Rosa. II. BIZZOCCHI, Miriam. III. NATI, Lilian. IV. SOUSA, Renata Adriana de. V. Título. VI. Série.

CDU 37.331

Elaborada por Ana Maria de Souza CRB-8/5580

Biblioteca Ana Maria Poppovic – Bamp

A Fundação Carlos Chagas (FCC), instituição de direito privado sem fins lucrativos, atua em duas grandes áreas: Avaliação/Concursos/Processo Seletivo e Pesquisa e Educação. Há mais de 50 anos, é reconhecida pela competência na realização de concursos, vestibulares, avaliação de sistemas e pesquisas socioeducativas.

O investimento em educação e pesquisa sempre foi uma das forças motrizes da FCC. Por meio de seu Departamento de Pesquisas Educacionais (DPE), dedica-se a programas de investigação de temas direta ou indiretamente relacionados à educação, envolvendo avaliação, formação e trabalho docente, infância, juventude, família, trabalho, questões relacionadas a gênero, relações étnico-raciais e políticas públicas.

DIRETORIA

João Luís da Silva

Diretor-Presidente Executivo

Lúcia Villas Bôas

Diretora-Vice-Presidente Operacional

Roseli dos Santos Gancho

Diretora Administrativo-Financeira

Departamento de Pesquisas Educacionais

Lúcia Villas Bôas

Coordenadoria de Pesquisas Educacionais

Sandra G. Unbehaum

Editoras responsáveis

Claudia Davis

Gisela Lobo Tartuce

Patrícia Albieri Almeida

Núcleo de Documentação e Difusão Científica (NDDC)

Equipe de edição

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira (coordenadora)

Adriana Garcia (diagramadora)

Ana Lúcia Ramos de Olim (bibliotecária)

Ana Maria de Souza (bibliotecária)

Andreza Sabrina da Silva (auxiliar de edição)

Camila Maria C. de Oliveira (assistente editorial)

Gabriella F. Rampinelli (assistente editorial)

Projeto gráfico (capa)

Casa Rex

Revisão

Vania Fontanesi

TEXTOS FCC

Textos FCC é uma publicação que visa a disseminar dados e achados dos estudos realizados no âmbito do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (DPE/FCC) e trabalhos contemplados por prêmios conferidos pela instituição, bem como pesquisas feitas ao longo de pós-doutorados na FCC. Trata-se de textos mais extensos do que artigos acadêmicos e que oferecem, em regra, informações detalhadas sobre os procedimentos metodológicos utilizados, de forma a subsidiar outras iniciativas de especialistas e interessados.

EQUIPE DE PESQUISA

Coordenação e execução

Maria Rosa Lombardi

Estatísticas

Miriam Bizzocchi

Lilian Nati

Assistente técnica de pesquisa

Renata Adriana de Sousa

SUMÁRIO

Figura, gráficos e tabelas	6
Apresentação	8
Síntese dos principais resultados	10
Metodologias	14
1. Análise de resultados de pesquisas empíricas.....	14
2. A estrutura e a movimentação dos empregos das professoras do ensino básico	30
Parte I – Tendências capturadas pelas pesquisas empíricas em 2020, primeiro ano da pandemia de covid-19.....	34
1. Os professores se ressentiram da passagem abrupta do ensino presencial para o remoto.....	37
2. O trabalho propriamente dito e as transformações causadas pela pandemia	39
3. A prática docente e a mediação da tecnologia	44
4. As preocupações com a saúde: contaminação e saúde mental.....	46
Parte II – A estrutura do mercado de trabalho das professoras do ensino fundamental....	48
1. A estrutura do mercado de trabalho das professoras do ensino fundamental.....	49
Parte III – A movimentação dos empregos das professoras da educação básica – ensino fundamental de janeiro de 2020 até julho de 2022	55
1. 2020, 2021 e 2022: características gerais das movimentações de emprego	56
2. 2020, 2021 e 2022: as flutuações mensais dos empregos	62
Conclusões.....	82
Referências	86

FIGURA, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1 – Linha do tempo	16
Gráfico 1 – Saldo de empregos dos professores do ensino fundamental (EF): 2020 a 2022	64
Gráfico 1.1 – Evolução dos empregos dos professores do EF: admissões, desligamentos e saldo – 2020	64
Gráfico 1.2 – Evolução dos empregos dos professores do EF: admissões, desligamentos e saldo – 2021	65
Gráfico 1.3 – Evolução dos empregos dos professores do EF: admissões, desligamentos e saldo – 2022	65
Gráfico 2 – Evolução do saldo de empregos dos professores do EF por famílias ocupacionais: jan/2020 a jul/2022	67
Gráfico 2.1 – Saldo de empregos dos professores do EF por famílias ocupacionais: fev a nov/2020	67
Gráfico 2.2 – Saldo de empregos dos professores do EF por famílias ocupacionais: jan a nov/2021	68
Gráfico 2.3 – Saldo de empregos dos professores do EF por famílias ocupacionais: jan a jul/2022	68
Gráfico 3 – Saldo de empregos dos professores do EF por região: 2020 a 2022	69
Gráfico 3.1 – Saldo de empregos dos professores do EF por região: fev a nov/2020	70
Gráfico 3.2 – Saldo de empregos dos professores do EF por região: jan a nov/2021	70
Gráfico 3.3 – Saldo de empregos dos professores do EF por região: jan a jul/2022	71
Gráfico 4 – Saldo de empregos dos professores do EF por tamanho de estabelecimento (número de vínculos): 2020 a 2022	72
Gráfico 4.1 – Saldo de empregos por porte do estabelecimento (número de vínculos): jan a nov/2020	72

Gráfico 4.2 – Saldo de empregos por porte do estabelecimento (número de vínculos): jan a nov/2021.....	73
Gráfico 4.3 – Saldo de empregos por porte do estabelecimento (número de vínculos): jan a jul/2022	73
Gráfico 4.4 – Saldo de empregos por porte do estabelecimento (número de vínculos de emprego): 2020, 2021 e 2022	74
Gráfico 5 – Saldo de empregos por sexo: 2020 a 2022.....	75
Gráfico 5.1 – Saldo de empregos por sexo: fev a nov/2020.....	75
Gráfico 5.2 – Saldo de empregos por sexo: fev a nov/2021.....	76
Gráfico 5.3 – Saldo de empregos por sexo: jan a jul/2022	76
Gráfico 6 – Saldo de empregos por raça/cor: 2020 a 2022	77
Gráfico 6.1 – Saldo de empregos por raça/cor: fev a nov/2020	78
Gráfico 6.2 – Saldo de empregos por raça/cor: fev a nov/2021	78
Gráfico 6.3 – Saldo de empregos por raça/cor: fev a jul 2022	79
Gráfico 7 – Saldo de empregos dos professores do EF por faixa etária: 2020 a 2022.....	80
Gráfico 7.1 – Saldo de empregos dos professores do EF por faixa etária: fev a nov/2020.....	80
Gráfico 7.2 – Saldo de empregos dos professores do EF por faixa etária: fev a nov/2021.....	81
Gráfico 7.3 – Saldo de empregos dos professores do EF por faixa etária: jan a jul/2022 ...	81
Tabela 1 – Professores do Ensino Fundamental: empregos segundo famílias ocupacionais e natureza jurídica do estabelecimento. Brasil, 2019 e 2021	50
Tabela 2 – Professores do Ensino Fundamental: tipo de vínculo de emprego por família ocupacional. Brasil, 2019 e 2021	51
Tabela 3 – Professores do Ensino Fundamental: características demográficas. Brasil, 2019 e 2021	53
Tabela 4 – Professores do Ensino Fundamental: remuneração média mensal por tipo de estabelecimento. Brasil, 2019 e 2021.....	54
Tabela 5 – Saldo de empregos dos professores do Ensino Fundamental. Brasil, jan/2020 a jul/2022	57
Tabela 6 – Saldo de empregos de docentes do Ensino Fundamental por família ocupacional e sexo. Brasil, 2020, 2021 e 2022	60
Tabela 7 – Saldo de empregos de docentes do Ensino Fundamental por raça/cor e família ocupacional. Brasil, 2020, 2021, 2022	61
Tabela 8 – Saldo de empregos de docentes do Ensino Fundamental, segundo família ocupacional e faixa etária. Brasil, 2020, 2021, 2022	61

APRESENTAÇÃO

Este estudo teve como objetivo identificar e analisar o que se passou com os empregos dos professores e professoras do ensino fundamental (EF)¹ durante 2020 e 2021 – os dois primeiros e mais severos anos da pandemia de covid-19 – e o primeiro semestre de 2022, com a retomada do ensino presencial. A presente pesquisa integrou o projeto temático “Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professores e estudantes da educação infantil e do ensino fundamental: o enfrentamento das desigualdades”, subprojeto “Trabalho, práticas docentes e representações sociais”, realizado em 2020 e 2021, no Departamento de Pesquisas Educacionais (DPE), da Fundação Carlos Chagas (FCC).

O fechamento das escolas e a subsequente adoção das aulas remotas ocasionaram uma reconfiguração do trabalho das professoras.² Além de o trabalho passar a ter a mediação das tecnologias de informação e comunicação (TIC), também houve a migração das atividades docentes remuneradas realizadas nas escolas para o espaço de reprodução da vida, o espaço doméstico, ou seja, para as casas das professoras, categoria predominantemente feminina como se sabe. Nesse período, as moradias das professoras passaram a ser o local do trabalho produtivo, acrescido ao trabalho reprodutivo que nelas já se realizava. A convivência com a família, com os alunos e com as escolas concomitantemente, a partir do espaço doméstico, apresentou inúmeros desafios. As condições de trabalho impostas pelo isolamento social em situação pandêmica implicaram, assim como para todos os trabalhadores, ajustes na dinâ-

1 O EF é composto de duas etapas, o fundamental I (do 1º ao 5º ano) e o fundamental II (do 6º ao 9º ano). À esfera pública compete ministrá-lo, principalmente as prefeituras municipais. Junto com a educação infantil e o ensino médio, o ensino fundamental integra a educação básica nacional.

2 Neste trabalho foram adotados termos no gênero feminino ao se referir aos professores, considerando que cerca de 80% dos docentes do ensino fundamental são mulheres.

mica das atividades docentes frente à realidade, bem como redução de postos de trabalho e fechamento de escolas.

Este relatório de pesquisa consolida informações sobre as vivências e o comportamento dos empregos das professoras do EF no Brasil. As vivências das docentes foram coletadas em pesquisas empíricas realizadas por diferentes instituições no primeiro ano da pandemia, 2020, em situação de fechamento das escolas e isolamento social, sendo que sua análise compõe a Parte I deste estudo. Os empregos das docentes são analisados nas outras duas partes. A Parte II discute a estrutura do mercado de trabalho das professoras do ensino fundamental, considerando os vínculos de empregos formais³ registrados pela Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho para 2019, ano precedente à crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19, e para 2021, o último disponível até o momento. A intenção foi captar eventuais modificações que a pandemia tenha causado naquela estrutura. Na Parte III focalizam-se os empregos e sua movimentação mês a mês, em termos de admissões e desligamentos a partir do Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), base de dados do Ministério do Trabalho. O objetivo principal aqui foi compreender como flutuou o emprego das professoras do EF no Brasil durante 2020 e 2021 e no primeiro semestre de 2022. Encerramos com as Considerações finais, que destacam conclusões e tendências que o conjunto de informações analisadas permitiu perceber.

3 Vínculos de trabalho com algum tipo de contrato estabelecido formalmente entre empregado e empregador.

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

- A pandemia e a crise sanitária de covid-19 tiveram um impacto profundo no mercado de trabalho brasileiro, nas empresas e nos negócios. Foram fechados 295 mil postos de trabalho em março de 2020, 981 mil em abril e 398 mil em maio, totalizando aproximadamente 1 milhão e 600 mil empregos formais eliminados em apenas três meses, tendo sido abril o mês mais dramático. Uma lenta recuperação se iniciou a partir de julho até o final do ano sem, contudo, reverter completamente a perda anterior. Os serviços sofreram as mais fortes perdas em face do isolamento social instituído para controlar a pandemia, sendo o único setor econômico a apresentar saldo negativo de empregos formais (-311 mil) no acumulado de janeiro a dezembro daquele ano. As atividades educacionais integram o setor de serviços, e os empregos dos docentes também sofreram com a paralisação das atividades presenciais das escolas e as repercussões da adoção da tecnologia da informação no dia a dia.
- Este estudo procurou analisar o que se passou com os empregos das professoras do ensino fundamental durante 2020 e 2021 – os dois primeiros e mais severos anos da pandemia de covid-19 – e o primeiro semestre de 2022, com a retomada do ensino presencial.
- Para tanto se consolidaram informações sobre as vivências das professoras no Brasil, tomando como base resultados de pesquisas empíricas realizadas por diferentes instituições no primeiro ano da pandemia “no calor da hora”. Por outro lado, foram analisadas duas bases estatísticas do Ministério do Trabalho para verificar o que aconteceu com os empregos dessas professoras: a Rais, que desvelou a estrutura do mercado de trabalho formal e suas alterações entre 2019 e 2021, e o Novo Caged, no intuito de acompanhar a flutuação mensal dos empregos contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nos setores público e privado, durante a retração e a recuperação dos empregos, desde janeiro de 2020 até julho de 2022.

- O trabalho docente foi profundamente modificado no contexto do isolamento social e do fechamento das escolas e a nova configuração que ele assumiu impactou sobremaneira as professoras, bem como as equipes escolares e as equipes das secretarias de educação, que tiveram que se adaptar a situações imprevisíveis, da noite para o dia.
- As atividades de trabalho presenciais se modificaram e tiveram que ser redesenhadas, pois passaram a contar com a mediação das tecnologias, o que representou um grande desafio para boa parte dos docentes que não tinham contato prévio com elas.
- Além disso, as condições de trabalho não foram as mais adequadas. Os instrumentos de trabalho remoto – celulares, *tablets* e computadores –, quando existiam, nem sempre estiveram dedicados apenas às aulas; ao contrário, o comum foi compartilhá-los com outros membros da família. O mais frequente foi se valer dos celulares e WhatsApp para dar aulas, usando os planos de internet próprios.
- A intensificação do trabalho profissional foi sentida por todos, assim como a invasão do trabalho na vida privada e pessoal, tornando ambas as esferas misturadas em uma só jornada de trabalho, longa e contínua. A jornada de trabalho e sua até então conhecida rotina foram modificadas: o local de trabalho migrou das escolas para as casas das professoras; a convivência com os alunos, suas famílias, os colegas docentes, a administração escolar se misturou com as atividades e relações domésticas com filhos, cônjuges e outros parentes; as atividades docentes passaram a ser exercidas em horários diferentes dos que até então eram desenvolvidas, ao menos nos primeiros meses da pandemia, alterando toda a vida pessoal, conjugal, familiar e laboral.
- Concomitantemente, modificações nos contratos de trabalho, como diminuição de carga horária, atribuição de férias antecipadas ou corte de férias, suspensão temporária de atividades e de salários, foram autorizadas e amplamente utilizadas pela rede particular de ensino desde sua oficialização, ainda no início da pandemia, por volta de abril de 2020.
- A saúde física, mental e psicológica das professoras foi afetada pelas mudanças no cotidiano, pelos desafios pedagógicos e pela preocupação com o futuro laboral e com a carreira profissional, muitos deles antevendo dispensas expressivas causadas principalmente pela adoção da tecnologia na docência.
- A estrutura do mercado de trabalho das professoras do ensino fundamental apresentou algumas alterações entre 2019 e 2021, que certamente estão repercutindo efeitos da crise sanitária causada pela pandemia de covid-19. Como se sabe, o peso do setor público e dos contratos seguindo o regime estatutário é relevante na contratação dessas professoras. Em 2021 observaram-se uma diminuição proporcional naqueles contratos e um aumento na mesma proporção nos vínculos CLT, principalmente devido a contratações do setor privado. Ressalte-se que, internamente aos vínculos estatutários, alterações contratuais vêm sendo implantadas ao longo dos anos, modificando direitos sacramentados, como a aposentadoria integral e a estabilidade no emprego. Esse movimento de

flexibilização dos contratos, tanto das professoras do ensino público como do privado, se acentuou em 2021, quando se iniciou uma recuperação instável dos empregos destruídos no ano anterior. Em outras palavras, a pandemia favoreceu a flexibilização dos contratos estatutários e permitiu o avanço dos CLT contratados por empresas.

- As professoras do EF ganham muito mal, seja na rede pública ou na privada. Cerca de 48% recebiam até três salários mínimos (SM) mensais em média, tanto em 2019 como em 2021, o que corresponde a R\$ 3.906,00 em valores de janeiro de 2023. Ainda assim, as professoras da rede pública se saem melhor do que as da rede privada. A baixa remuneração dessas professoras se acentuou em 2021, pois, diante do desemprego, menores salários foram oferecidos e aceitos. Dessa forma, pode-se afirmar que os padrões de remuneração das professoras da rede particular de ensino se degradaram após os dois primeiros anos da pandemia, uma vez que houve aumento de profissionais ganhando até três SM quando comparados a 2019.
- A movimentação dos empregos das professoras do EF no Brasil nos dois anos e meio de acompanhamento – janeiro de 2020 a julho de 2022 – foi intensa, com importante perda de postos de trabalho CLT em 2020 e, principalmente, em 2021, seguida de recuperação no primeiro semestre de 2022. As crises sanitária e dos empregos tiveram, portanto, longa duração para as professoras do EF. De forma geral, observaram-se saldos negativos maiores em 2021 comparativamente a 2020, com os desligamentos superando amplamente as admissões, seja considerando o total, grupos de funções (famílias ocupacionais), regiões geográficas, tamanho do estabelecimento de ensino, sexo, raça/cor e faixa etária das professoras.
- Os cortes de empregos das professoras do EF não se deram, porém, de forma homogênea nem segundo as variáveis analisadas, nem considerando a temporalidade. Nesta última dimensão, os saldos negativos de empregos se iniciaram em abril e assim continuaram durante todo o ano de 2020; em 2021, picos de saldos positivos se alternaram com outros negativos, indicando instabilidade nas tendências. Já no primeiro semestre de 2022, a recuperação dos empregos foi constante e expressiva.
- Os que lecionavam no ciclo básico do ensino fundamental (1º ao 5º ano), tanto os que tinham formação em nível superior como os com nível médio, sofreram mais perdas quando comparados aos que lecionavam no ciclo autoral (6º ao 9º ano).
- A intersecção dessas famílias ocupacionais (professoras de 1ª a 4ª séries com ensino superior; professoras de 5ª a 8ª séries com ensino superior; professoras de nível médio no ensino fundamental) com algumas características demográficas do professorado ajuda a caracterizar os postos de trabalho preferencialmente eliminados. Por exemplo, os maiores saldos negativos se verificaram entre as professoras e não entre os professores, pois são mulheres, lembre-se, a maioria quase absoluta dos docentes que ministram aulas no ciclo básico do EF. A grande maioria do professorado é da raça/cor branca e, em 2020 e 2021, se registraram entre os brancos as maiores proporções de dispensas,

quando comparadas às sofridas por professores das raças/cor negra e amarelo/indígena. Os cruzamentos realizados evidenciam que a raça/cor do professor ou professora não foi um traço determinante para a dispensa, mas sim o ciclo do EF em que lecionava.

- No que tange à idade, os grupos etários mais atingidos no primeiro ano da pandemia foram os mais maduros, a partir de 36 anos. Em 2021, as perdas foram mais intensas do que no ano anterior e tenderam a recair sobre as mesmas faixas etárias e, em muito menor proporção, entre jovens com 26 a 35 anos. Ressalta-se que, durante os dois anos e meio de pandemia aqui analisados, a única faixa etária que manteve saldos positivos de empregos foi a muito jovem, com até 25 anos. Em outras palavras, o fechamento das escolas por um ano, no mínimo, e a adoção maciça de tecnologias de informação, comunicação e de recursos educacionais informatizados na prática docente expulsaram do mercado de trabalho aquelas professoras mais maduras, ao mesmo tempo que favoreceram a admissão das muito jovens, com até 25 anos. Muito provavelmente, essas foram admitidas com salários menores, repetindo-se a conhecida e perversa prática do mercado de trabalho: a dispensa dos mais velhos que normalmente ganham mais e sua substituição por profissionais jovens e menos custosos.
- Em termos de regiões geográficas, Nordeste e Sudeste, que possuem as maiores redes de ensino, apresentaram maiores saldos negativos de empregos. As escolas de pequeno e médio portes, entre 10 e 99 empregados, foram as mais vulneráveis à crise. A situação foi ainda mais aguda nas menores, com 10 a 49 empregados. O corte mais profundo de postos de trabalho em 2021 quando comparado a 2020 sugere que essas escolas se mantiveram abertas no primeiro ano da pandemia, mas não tiveram condições de assim continuar em 2021. Elas fecharam unidades, dispensaram professores e/ou se valeram de recursos tecnológicos e computacionais em suas atividades, diminuindo o número de professores necessários.
- Resumindo, se a crise sanitária atingiu a todos os brasileiros, inclusas as professoras do EF, ela não teve o mesmo efeito para todas elas. As professoras brancas que lecionavam no ciclo básico, as professoras mais maduras, as que trabalhavam em escolas de pequeno e médio portes no Sudeste e no Nordeste do Brasil foram as mais vulneráveis aos efeitos deletérios da crise sanitária de covid-19 sobre os empregos, particularmente no segundo ano da pandemia.
- A retomada das atividades escolares, com o retorno extensivo do ensino presencial, e a vacinação foram fatores decisivos em 2022, ano em que exatamente aqueles segmentos mais atingidos nos dois anos anteriores passaram a ter forte recuperação dos empregos, com recordes de saldos positivos no primeiro semestre de 2022.

METODOLOGIAS

Neste tópico se descrevem as várias metodologias adotadas na presente pesquisa, em suas diferentes etapas ou partes.

1. ANÁLISE DE RESULTADOS DE PESQUISAS EMPÍRICAS

Esta etapa inicial, cujos resultados são apresentados na Parte I, consistiu em análise de documentos de pesquisas empíricas que se propuseram a captar as transformações no ensino básico em tempo real durante o ano de 2020, a partir do fechamento das escolas e a obrigatoriedade do isolamento social. Esse foi o desafio que inúmeros estudos realizados com professoras da educação básica e do ensino médio por instituições variadas tomaram para si. Dentre eles, selecionamos 13 estudos a que tivemos acesso, realizados por nove instituições de pesquisa e/ou grupos de estudos acadêmicos espalhados pelo Brasil. Cronologicamente, 12 das 13 pesquisas ocorrem em 2020: sete entre abril e maio, logo após o início da suspensão das aulas e do isolamento social; quatro entre junho e agosto; e uma em novembro. Em 2021 ocorreu um único estudo, em fevereiro, realizado por instituições representativas dos trabalhadores da educação, que teve como especificidade o monitoramento da incidência de casos de covid-19 entre funcionários e docentes de uma parte de escolas públicas estaduais de São Paulo, visando a embasar empiricamente uma demanda de adiamento do retorno ao ensino presencial.

Das pesquisas selecionadas, consolidamos informações sobre o trabalho, o emprego e as condições de trabalho das professoras e identificamos as tendências recorrentes encontradas pela maioria delas. Os estudos possuem diferentes abrangência geográfica, metodologia, objetivos, número de respondentes, bem como métodos de análise utilizados e

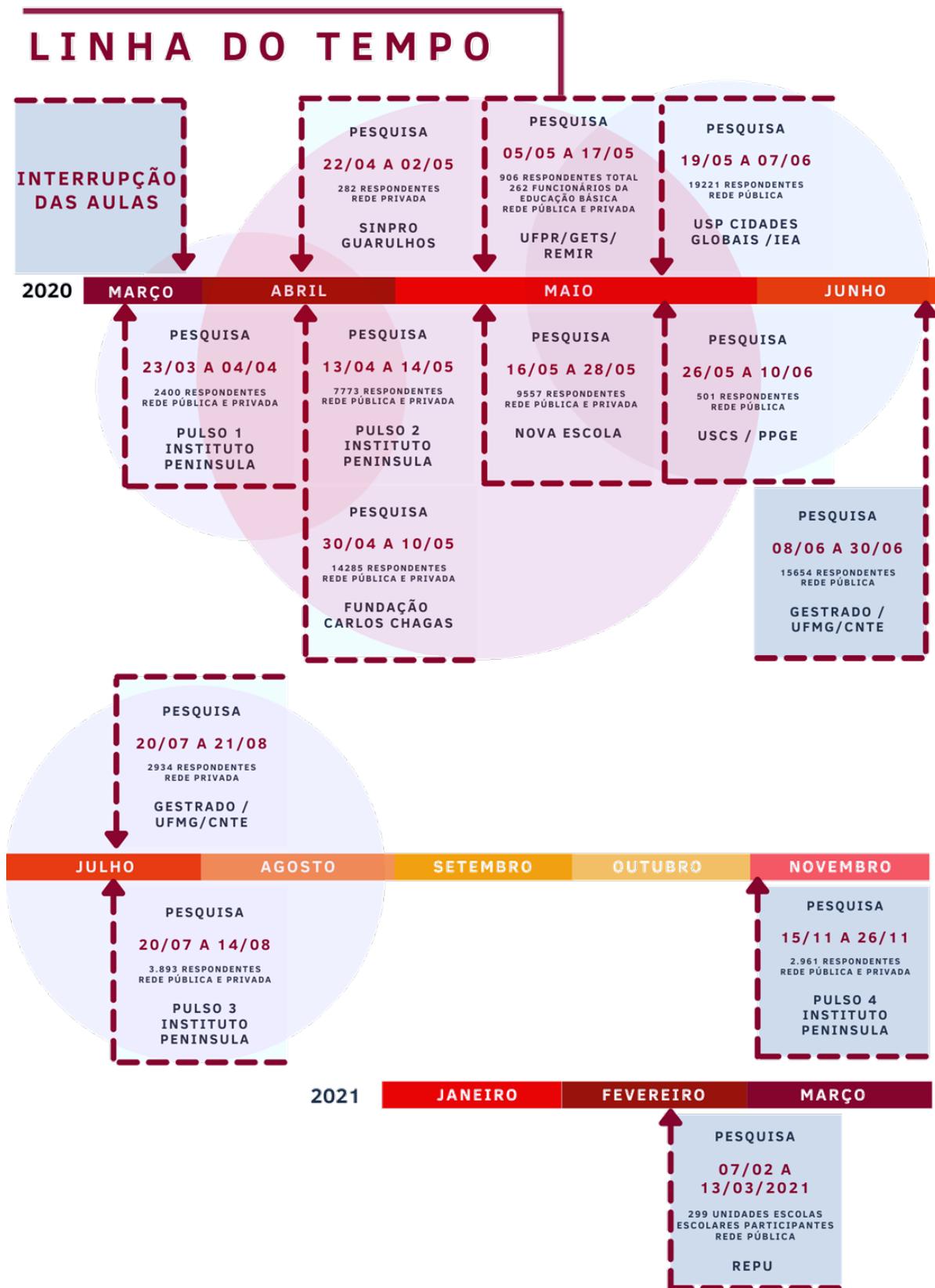
formas de apresentar os resultados. Diferem também quanto às redes de ensino analisadas em termos de gestão (pública/privada) e de distribuição da jurisdição territorial (municipal/estadual/nacional).

Nas circunstâncias em que foram realizados, não foi possível a nenhum deles se valer de métodos estatísticos probabilísticos de amostragem; o comum foi disparar questionários *on-line* por meio de *softwares* padronizados para todos os contatos disponíveis e aguardar. A maioria das pesquisas obteve expressivo retorno de respostas. Apesar de não serem comparáveis, notou-se que as preocupações dos diferentes grupos de pesquisa foram similares e expressas por questões também assemelhadas, o que permitiu identificar as tendências recorrentes. É fundamental lembrar que as análises desses estudos ocorreram ainda em tempos pandêmicos e se inscreveram na urgência de apreender as transformações e seus significados, distinguir e apontar possíveis consequências e perspectivas para o futuro.

As pesquisas selecionadas

A linha do tempo, apresentada a seguir, pontua o mês em que cada pesquisa foi realizada em 2020 e 2021. Na sequência, cada pesquisa é descrita, apresentando seu nome, a instituição que a desenvolveu, o período em que foi realizada, seus objetivos, a abrangência geográfica obtida, o número de respondentes conseguido, os setores abrangidos e um breve perfil dos respondentes quanto às redes e aos níveis de ensino em que ministram aulas e a algumas características demográficas. Considerou-se cada tomada de pesquisa um estudo em separado quando a instituição promotora o replicou em diferentes momentos do tempo ou com diferentes públicos.

Figura 1



ESTUDO 1

Nome: SENTIMENTO E PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES BRASILEIROS NOS DIFERENTES ESTÁGIOS DO CORONAVÍRUS NO BRASIL – PULSO 1

Instituto Península

Período

23 de março a 4 de abril de 2020.

Objetivo

A pesquisa foi dividida em quatro momentos ou *pulsos* e teve como objetivo compreender como os professores brasileiros estão se sentindo, seus medos, anseios e demandas de apoio nesse período de incertezas. A pesquisa iniciou-se após duas semanas de paralisação das aulas, em 23 de março de 2020. Entre as áreas pesquisadas estão: percepção quanto ao papel dos educadores diante dessa crise, cuidados e práticas de saúde física e mental, rotinas e hábitos dos docentes.

Abrangência geográfica

Nacional – 6% dos participantes estão no Norte do país, 24% no Nordeste, 9% no Centro-Oeste, 46% no Sudeste e 14% no Sul.

Formulário

Questionário *on-line* autopreenchível.

Número de respondentes

2.400 respondentes.

Redes de ensino

Redes pública e privada de educação básica – 40% dos respondentes atuam na rede municipal, 32% na estadual, 16% na particular, 9% misto e 3% na federal.

Ocupação e nível de ensino em que ministram aulas

Entre os respondentes, 86% eram professores, 7% coordenadores pedagógicos e 7% diretores escolares. Quanto ao nível de ensino em que atuam, 13% estavam na educação infantil, 26% no ensino fundamental I, 32% no ensino fundamental II, 21% no ensino médio, 3% no ensino médio técnico e 4% no ensino de jovens e adultos (EJA).

Perfil demográfico

Sexo: 61% mulheres e 39% homens.

Faixa etária: 66% dos respondentes concentravam-se na faixa de 30 a 49 anos, 15% na de 20 a 29 anos e 2% na de mais de 60 anos.

ESTUDO 2

Nome: SENTIMENTO E PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES BRASILEIROS NOS DIFERENTES ESTÁGIOS DO CORONAVÍRUS NO BRASIL – PULSO 2

Instituto Península

Período

13 de abril a 14 de maio de 2020.

Objetivo

Com a mesma perspectiva do pulso 1 e de todos os demais, buscou-se compreender como os professores brasileiros estão se sentindo, seus medos, anseios e demandas de apoio nesse período de incertezas; essa tomada se iniciou após seis semanas de suspensão das aulas. As áreas pesquisadas são: percepção quanto ao papel dos educadores diante dessa crise, cuidados e práticas de saúde física e mental, rotinas e hábitos dos docentes.

Abrangência geográfica

Nacional – 8% dos participantes eram do Norte do país, 18% do Nordeste, 11% do Centro-Oeste, 45% do Sudeste e 18% do Sul.

Formulário

Questionário *on-line* autopreenchível.

Número de respondentes

Amostra 7.773 participantes.

Redes de ensino

Redes pública e privada – 41% dos respondentes estavam na rede estadual, 45% na municipal, 12% na particular e 2% na federal.

Ocupações e nível de ensino em que ministram aulas

Dos respondentes, 80% eram professores, 10% coordenadores pedagógicos e 6% diretores escolares. Outros 4% eram professores auxiliares, assistentes ou estagiários. Quanto ao nível de ensino em atuavam, 22% estavam na educação infantil, 37% no ensino fundamental I, 44% no ensino fundamental II e 36% no ensino médio.

Perfil demográfico

Sexo: 75% mulheres e 25% homens.

Faixa etária: 67% se concentravam na faixa de 30 a 49 anos, 14% na de 18 a 29 anos e 19% na de mais de 50 anos.

ESTUDO 3

Nome: TRABALHO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DURANTE A CRISE DO CORONAVÍRUS
Sinpro – Sindicato das Professoras e dos Professores de Guarulhos/SP

Período

22 de abril a 2 de maio de 2020.

Objetivo

A pesquisa teve como objetivo “identificar as alterações produzidas pela crise sanitária e a interrupção das aulas no trabalho docente”. A busca do sindicato foi identificar a partir da percepção dos próprios professores e professoras as condições de trabalho que nesse primeiro momento da pandemia tinham em sua moradia. As questões abordam as dificuldades enfrentadas, a jornada de trabalho, a utilização de tecnologias, o apoio da escola e as perspectivas para o seu trabalho e o futuro próximo da educação.

Abrangência geográfica

Municipal – Guarulhos/SP.

Formulário

Questionário *on-line* autopreenchível.

Número de respondentes

Total da amostra 282.

Rede de ensino

Privada.

Nível de ensino em que ministram aulas

11,7% atuavam na educação infantil, 27% no ensino fundamental I, 36,2% no ensino fundamental II, 40,1% no ensino médio e cerca de 21,3% no ensino superior. Essa questão é de múltipla escolha, o que indica que parte dos professores pode lecionar em mais de um nível de ensino.

Forma de contratação

94,9% celetistas, 2,5% MEI, 0,7% PJ e 4,3% não têm registro.

Perfil demográfico

Sexo: 68% mulheres e 32% homens.

Faixa etária: não informada.

ESTUDO 4

Nome: EDUCAÇÃO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Fundação Carlos Chagas

Período

30 de abril a 10 de maio de 2020.

Objetivo

A pesquisa teve como objetivo verificar como as professoras e os professores das redes pública e privada do Brasil estavam desenvolvendo suas atividades nas primeiras semanas de isolamento social, conciliando o trabalho com a vida privada, e quais suas expectativas para o período pós-pandemia. As questões tratadas foram: rotina de trabalho; salário; jornada; condições de trabalho; contrato; tipo de contrato segundo sexo e cor/raça; estratégias educacionais; efeitos do contexto em relação a aprendizagem e retorno às aulas; relação escola/família; apoio da escola; participação dos alunos nas atividades remotas; perfil; atuação profissional; e estratégias para retorno às aulas presenciais.

Abrangência geográfica

Nacional – A pesquisa teve participação nas 27 unidades da federação, sendo 14,3% do Nordeste, 2,5% do Norte, 2,5% do Centro-Oeste, 74,4% do Sudeste e 6,4% do Sul.

Formulário

Questionário *on-line* autopreenchível.

Número de respondentes

Total da amostra 14.285 docentes.

Redes de ensino

Redes pública e privada – Cerca de 32,8% dos docentes trabalhavam na rede municipal, 50,6% na rede estadual, 1,3% na rede pública federal e 15,3% na rede privada.

Tipo de contrato

Servidor público 71%; 19% CLT; temporário 10%.

Nível de ensino em que ministram aulas

12,5% dos professores atuavam na educação infantil, 28,2% no ensino fundamental I, 29,1% no ensino fundamental II, 23,3% no ensino médio, 2,4% no EJA, 2,0% no ensino técnico/médio e 2,6% na educação especial.

Perfil demográfico

Sexo: 80,5% mulheres, 18,9% homens e 0,3% indicaram “outro”.

Cor/raça: 64,6% das mulheres se autodeclararam brancas, 33,8% negras e 1,7% indicaram outra raça/etnia.

Faixa etária: 27% tinham mais de 50 anos, 37% de 41 a 50 anos, 16,2% de 36 a 40 anos, 11,3% de 31 a 35 anos e 8% até 30 anos.

ESTUDO 5

Nome: PESQUISA TRABALHO REMOTO / HOME OFFICE NO CONTEXTO DA COVID-19:
TRABALHO DOCENTE, SETORES PÚBLICO E PRIVADO E QUESTÕES DE GÊNERO
UFPR – Universidade Federal do Paraná / Gets – Grupo de Estudos sobre Trabalho e
Sociedade / Remir – Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma
Trabalhista

Período

5 a 17 de maio de 2020.

Objetivo

Objetivou analisar as condições gerais e a adaptação dos trabalhadores do setor de educação quanto à mudança do trabalho presencial para o remoto em razão da crise da covid-19. O relatório de resultados fez o recorte no setor educacional. Nas áreas pesquisadas estão as questões sobre as condições ergonômicas, técnicas, de equipamento para a realização do trabalho remoto/*home office*; dificuldades e facilidades da modalidade em questão; alteração de jornada de trabalho, salário e contrato durante a pandemia; experiência do trabalho remoto/*home office* durante a pandemia.

Abrangência geográfica

Nacional – A pesquisa enumerou 72 cidades citadas pelos respondentes, sendo que 43,89% são de Curitiba. A predominância dos respondentes era da região Sul do Brasil.

Formulário

Questionário *on-line* autopreenchível.

Número de respondentes

906 respondentes, 262 do setor educacional. O relatório apresenta análises desse segmento.

Redes de ensino

Redes pública e privada.

Ocupação no setor educacional

95,8% eram professores, 1,5% pesquisadores e 2,7% pedagogos. Nível de ensino em que ministram aulas não foi informado.

Perfil demográfico

Sexo: 67,9% mulheres e 32,1% homens.

Faixa etária: 33,6% tinham de 31 a 40 anos; 32,8% de 41 a 50 anos; 16,8% de 51 a 60 anos; 13,7% de 20 a 30 anos.

ESTUDO 6

Nome: A SITUAÇÃO DOS PROFESSORES NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA

Nova Escola

Período

16 a 28 de maio de 2020.

Objetivo

A finalidade da pesquisa foi compreender a diversidade de cenários vivenciados pelos professores usuários do *site* da revista *Nova Escola*. As questões pesquisadas vão desde a situação do professor e sua experiência no trabalho remoto, os tipos de atividades e materiais trabalhados a distância até a saúde mental docente em comparação ao período pré-pandemia. A situação da rede: *status* das aulas, oferta de formação para apoiar os novos desafios dos educadores e disponibilização de materiais impressos para os alunos e/ou famílias. Participação dos alunos e famílias nas atividades; perspectivas para o retorno das atividades presenciais.

Abrangência geográfica

Nacional – A pesquisa atingiu todos os estados da federação, mas foi preponderante a participação na região Sudeste, com 53,3%, seguida do Nordeste com 19,5%, Sul com 15,1%, Centro-Oeste com 6,6% e Norte com 5,4%.

Formulário

Questionário *on-line* autopreenchível.

Número de respondentes

9.557 participantes.

Redes de ensino

Redes pública e privada – cerca de 50% dos respondentes atuavam na rede municipal, 24,7% na estadual, 20,4% na rede privada, 1,9% nas redes estadual e municipal, 1,5% nas redes municipal e privada, 1,1% nas redes estadual e privada e 0,3% nas redes municipal, estadual e privada.

Nível de ensino

28,7% dos participantes atuavam na educação infantil, 42,8% no ensino fundamental I, 36,9% no ensino fundamental II e 24% no ensino médio.

Perfil demográfico

Não há informações.

ESTUDO 7

Nome: EDUCAÇÃO, DOCÊNCIA E A COVID-19

USP Cidades Globais / IEA – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo/USP

Período

19 de maio a 7 de junho de 2020.

Objetivo

A pesquisa objetivou construir um quadro informativo amplo e compreensivo que auxilie os gestores públicos nas tomadas de decisão e criação de políticas públicas relacionadas à educação durante e, em especial, após o término da pandemia. Os temas abordados foram: impacto da pandemia sobre os professores; sentimentos e saúde mental na pandemia; atuação docente e o pós-pandemia.

Abrangência geográfica

Estado de São Paulo – participação de 544 municípios, o que corresponde a 84% dos municípios do estado.

Formulário

Questionário *on-line* autopreenchível.

Número de respondentes

19.221 participantes.

Rede de ensino

Rede pública do estado de São Paulo.

Nível de ensino em que ministra aulas

65,6% dos respondentes atuavam no ensino fundamental II, 62,6% no ensino médio, 21,3% no ensino fundamental I, 11,2% no EJA e 0,9% no ensino infantil. A questão de múltipla resposta indica que há professores que atuam em mais que um nível de ensino.

Perfil demográfico

Sexo: 76,3% são do sexo feminino, 23,4% do masculino e 0,3% não se reconhecem em nenhum dos gêneros anteriores.

Faixa etária: 70% dos respondentes tinham entre 36 e 55 anos, 16,2% até 35 anos e 15,1% 56 anos e mais.

ESTUDO 8

Nome: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO DO ABC PAULISTA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

USCS – Universidade de São Caetano do Sul / Unicid – Universidade Cidade de São Paulo

Período

26 de maio a 10 de junho de 2020.

Objetivo

A pesquisa teve como propósito caracterizar cenários decorrentes das políticas e estratégias implementadas pelos sistemas municipais de ensino da região do ABC paulista, ao longo do período de isolamento social, tomando por base respostas declaradas por professores e gestores de educação. O estudo abordou questões sobre perfil profissional, políticas e estratégias adotadas pela rede durante o ensino remoto, processos de gestão escolar, preocupações e incertezas no contexto da covid-19.

Abrangência geográfica

Grande ABC Paulista – A pesquisa obteve a participação dos municípios: Diadema (23,35%); Mauá (21,76%); Ribeirão Pires (2,20%); Rio Grande da Serra (4,39%); Santo André (24,15%); São Bernardo do Campo (15,17%); e São Caetano do Sul (8,98%).

Formulário

Questionário *on-line* autopreenchível.

Número de respondentes

501 respondentes.

Rede de ensino

Rede pública municipal.

Ocupação e nível de ensino em que ministram aulas

Entre os participantes, 9,38% eram coordenadores pedagógicos, 3,79% auxiliares de desenvolvimento infantil, 73,85% professores e 12,98% ocupavam funções da gestão. Em relação aos níveis de ensino, 57,08% atuavam na educação infantil, 28,34% no fundamental I, 6,79% no fundamental II, 4,59% na EJA e 3,16% na educação especial.

Perfil demográfico

Sexo: 91,6% do sexo feminino, 7,98% do sexo masculino e 0,4% não declararam.

Cor/raça: 69,6% autodeclarados brancos, 22,3% pardos, 7,39% pretos, 1% amarelos e apenas 0,2% indígenas.

Faixa etária: 34,73% de 31 a 40 anos, 33,53% de 41 a 50 anos, 25,15% acima de 51 anos e 6,59% na faixa de 21 a 30 anos.

ESTUDO 9

Nome: TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Gestrado – Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG / CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

Período

8 a 30 de junho de 2020.

Objetivo

A pesquisa buscou conhecer os efeitos das medidas de isolamento social em função da pandemia de covid-19 sobre o trabalho docente na educação básica nas redes públicas de ensino no Brasil. Também procurou conhecer quais atividades estão sendo desenvolvidas pelos docentes e em que condições, durante o período de isolamento social, abordando a utilização de tecnologia digitais, identificando os docentes com aulas suspensas, bem como o desenvolvimento das atividades remotas.

Abrangência geográfica

Nacional – 9% do Norte, 35% do Nordeste, 17% do Centro-Oeste, 23% do Sudeste e 16% do Sul. A pesquisa conseguiu abranger todos os estados brasileiros, sendo que Ceará, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraíba tiveram mais de 1.000 respondentes cada um.

Formulário

Questionário *on-line* autopreenchível.

Número de respondentes

15.654 participantes.

Redes de ensino

Rede pública – 48,9% da rede municipal, 39% da rede estadual, 1,2% da rede federal e 10,8% vinculados a mais de uma rede.

Nível de ensino em que ministram aulas

34% atuavam no ensino médio, 42% no ensino fundamental II, 38% no ensino fundamental I, 21% na educação infantil, 22,1% na educação de jovens e adultos (EJA), 9,8% na educação especial, 7,4% na educação profissional e tecnológica, 5,7% na educação do campo e 0,7% na educação escolar indígena e quilombola.

Perfil demográfico

Sexo: 78,3% do sexo feminino e 21,7% do masculino. Entre as mulheres, é predominante a faixa de idade de 30 a 40.

Faixa etária: 37,2% de 40 a 49 anos, 27,3% de 30 a 39 anos, 23,7% de 50 a 59 anos, 7,8% até 29 anos e 4% acima de 60 anos.

ESTUDO 10

Nome: DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA PRIVADA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Gestrado – Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG / CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

Período

20 de julho a 21 de agosto de 2020.

Objetivo

A pesquisa buscou conhecer como os professores e professoras de estabelecimentos particulares de ensino no Brasil têm respondido às demandas trazidas pela reorganização do trabalho escolar em razão do isolamento social. Também procurou conhecer quais atividades estão sendo desenvolvidas pelos docentes e em que condições, durante esse período, além de suas percepções sobre o contexto da pandemia. A pesquisa abrange questões sobre as condições de trabalho, relação com os estudantes, processo de formação e sentimentos em relação ao novo contexto de trabalho.

Abrangência geográfica

Nacional – A pesquisa obteve respostas em 23 estados brasileiros, sendo que o Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais registraram o maior número de respondentes. Assim, 1% dos participantes são do Norte do país, 17% do Nordeste, 11% do Centro-Oeste, 66% do Sudeste e 6% do Sul.

Formulário

Questionário *on-line* autopreenchível.

Número de respondentes

A amostra foi de 2.934 professores.

Rede de ensino

Rede privada.

Nível de ensino em que ministra aulas

37,6% atuavam no ensino médio, 39,2% no ensino fundamental II, 38,7% no ensino fundamental I, 24,9% na educação infantil, 12,1% no EJA, 0,9% na educação no campo, 0,1% na educação escolar indígena, 0,2 na educação quilombola, 6,2% na educação especial e 6,5% na educação profissional e tecnológica.

Perfil demográfico

Sexo: 76,3% são mulheres e 23,7% homens.

Faixa etária: 35,5% de 30 a 39 anos, 34% de 40 a 49 anos, 17,4% de 50 a 59 anos, 10,1% até 29 anos e 3,1% acima de 60 anos.

ESTUDO 11

Nome: SENTIMENTO E PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES BRASILEIROS NOS DIFERENTES ESTÁGIOS DO CORONAVÍRUS NO BRASIL – PULSO 3

Instituto Península

Período

20 de julho a 14 de agosto de 2020.

Objetivo

Compreender como os professores brasileiros estão se sentindo, seus medos, anseios e demandas de apoio. Com o mesmo objetivo dos pulsos anteriores, buscando compreender como os professores brasileiros estão se sentindo, seus medos, anseios e demandas dos professores no período de incertezas, a pesquisa teve seu trabalho de campo entre três e quatro meses após suspensão aulas. O estudo engloba temas como percepção quanto ao papel dos educadores diante da crise, cuidados e práticas de saúde física e mental, rotinas e hábitos dos docentes.

Abrangência geográfica

Nacional – 9% dos participantes são do Norte do país, 29% do Nordeste, 6% do Centro-Oeste, 41% do Sudeste e 15% do Sul.

Formulário

Questionário *on-line* autopreenchível.

Número de respondentes

3.893 respondentes; consideradas 2.749 respostas válidas.

Redes de ensino

Redes pública e privada, sendo 53% da rede municipal, 30% da estadual, 15% da privada e 2% da federal (resposta de múltipla escolha).

Ocupação e nível de ensino em que ministram aulas

Entre os participantes, 79% eram professores, 10% coordenadores pedagógicos e 5% diretores escolares. Outros 5% eram professores auxiliares, assistentes ou estagiários e 1% profissional de apoio (intérprete de libras, cuidador). Em relação ao nível de ensino em que atuam, 27% estavam na educação infantil, 38% no ensino fundamental I, 34% no ensino fundamental II, 29% no ensino médio e 12% no ensino de jovens e adultos (EJA) e outras.

Perfil demográfico

Sexo: 80% mulheres, 20% homens.

Faixa etária: 32% de 30 a 39 anos, 34% de 40 a 49 anos, 23% acima de 50 anos e 11% de 18 a 29 anos.

ESTUDO 12

Nome: SENTIMENTO E PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES BRASILEIROS NOS DIFERENTES ESTÁGIOS DO CORONAVÍRUS NO BRASIL – PULSO 4

Instituto Península

Período

15 a 26 de novembro de 2020.

Objetivo

Com a mesma perspectiva que perpassa as quatro tomadas, a pesquisa busca compreender como os professores brasileiros estão se sentindo, seus medos, anseios e suas demandas no período de incertezas. A pesquisa foi realizada após quatro meses da suspensão das aulas e aborda a percepção sobre o papel dos educadores, as condições diante da crise, os cuidados e práticas de saúde física e mental e as rotinas e hábitos dos docentes.

Abrangência geográfica

Nacional – 9% dos participantes são do Norte do país, 29% do Nordeste, 6% do Centro-Oeste, 41% do Sudeste e 15% do Sul.

Formulário

Questionário *on-line* autopreenchível.

Número de respondentes

2.961 participantes.

Redes de ensino

Redes pública e privada: 53% da rede municipal, 30% da estadual, 15% da privada e 2% da federal (respostas de múltiplas escolhas).

Ocupação e nível de ensino em que ministram aulas

Entre os participantes, 78% eram professores, 10% coordenadores pedagógicos e 4% diretores escolares. Outros 5% eram professores auxiliares, assistentes ou estagiários e 1% profissional de apoio (intérprete de libras, cuidador). Quanto ao nível de ensino, 25% estão na educação infantil, 41% no ensino fundamental I, 36% no ensino fundamental II, 26% no ensino médio e 12% no EJA e outras.

Perfil demográfico

Sexo: 80% mulheres; 20% homens.

Faixa etária: 21% de 18 a 29 anos; 32% de 30 a 39 anos; 34% de 40 a 49 anos e 23% acima de 50 anos.

ESTUDO 13

Nome: MONITORAMENTO DE CASOS DE COVID-19 NA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO

Nota Técnica (de agosto de 2020, publicada em abril de 2021)

Repu – Rede Escola Pública e Universidade / Apeoesp – Sindicato dos Professores da Rede Oficial do Estado de São Paulo

Período

Semanas epidemiológicas de 7 de fevereiro a 13 de março de 2021.

Objetivo

Registrar e acompanhar os casos de covid-19 junto às escolas da rede estadual e dimensionar os impactos da retomada das atividades escolares presenciais a partir de 08/02/2021. A intenção principal foi construir um indicador de adoecimento dos/das docentes a partir da liberação parcial do ensino presencial e compará-lo com a população embasando argumentações contra o retorno às aulas presenciais.

Pretendeu-se ainda exigir das autoridades públicas transparência na divulgação e correção no tratamento dos dados públicos relacionados à retomada das atividades escolares presenciais. A pesquisa abrange as questões sobre retomada das aulas presenciais e a saúde do setor educacional.

Abrangência geográfica

15 municípios do estado de São Paulo.

Formulário

Questionário aplicado presencialmente nas unidades escolares.

Número de respondentes

299 unidades escolares.

Rede de ensino

Rede pública.

Coleta de dados

Presencialmente com 28 professoras e funcionários, acompanhamento dos registros sobre infectados pela covid-19 nas 299 unidades escolares que forneceram dados para as semanas epidemiológicas definidas.

2. A ESTRUTURA E A MOVIMENTAÇÃO DOS EMPREGOS DAS PROFESSORAS DO ENSINO BÁSICO

Estas duas etapas integram as partes II e III deste relatório e foram concretizadas a partir da análise das bases de dados do Ministério do Trabalho: a Rais e o Novo Caged. Ambas as bases são constituídas por registros administrativos, informados por obrigação legal pelas empresas ao Ministério. No caso da Rais, a informação reporta o estoque de empregos anual e suas principais características. Já o Novo Caged registra as movimentações das admissões e dos desligamentos mês a mês e as principais características dos postos de trabalho atingidos por esse movimento.

Essas duas bases são complementares: a Rais permite conhecer a estrutura do mercado de trabalho e o Novo Caged mostra a movimentação dos empregos durante o ano.

Desde 2019, o governo vem implantando o eSocial, uma plataforma de informações estatísticas sobre o trabalho e a previdência que pretende facilitar a declaração dos empregadores e congregar as estatísticas daquelas duas áreas. As duas tradicionais bases de dados do Ministério do Trabalho – a Rais e o Novo Caged, cuja metodologia foi modificada e desde 2020 passou a ter essa denominação – vêm sendo integradas ao eSocial paulatinamente, estando, no presente, ainda em fase de implantação.

- A Rais

A Relação Anual das Informações Sociais – RAIS foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 2 de dezembro de 1975 [...] Originalmente a RAIS foi criada para conter informações destinadas ao controle de entrada da mão de obra estrangeira no Brasil e os registros relativos ao FGTS, para subsidiar o controle de arrecadação e concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social e para servir de base de cálculo do PIS/PASEP. Atualmente, em observância a dispositivo constitucional, viabiliza a concessão do pagamento do Abono Salarial e se constitui no único instrumento de governo para esse fim. (Brasil, 2020d).

Sua cobertura é o universo do mercado formal brasileiro, isto é, todo tipo de vínculo entre empregador e empregado registrado por um contrato entre as partes. Os empregadores devem informar ao Ministério o estoque de vínculos empregatícios disponíveis em 31 de dezembro de cada ano e algumas características desses postos de trabalho, como tipo e tamanho do estabelecimento, perfil demográfico dos ocupantes dos cargos, rendimento mensal e funções desempenhadas.

Selecionamos 2019 – ano precedente à pandemia – e 2021 – o último disponível – para caracterizar a estrutura dos empregos das professoras da educação básica e verificar se a pandemia alterou aquela estrutura. Para tanto, foram consideradas algumas variáveis-chave: natureza jurídica do estabelecimento de ensino (público, privado, outros); tipos de contrato (CLT, estatutário, outros); perfil demográfico (sexo e idade);⁴ remuneração média mensal (faixas de

4 A Rais não informa a raça/cor do empregado que ocupa dado posto de trabalho.

salários mínimos); e famílias ocupacionais (com suas respectivas ocupações)⁵ de professores do ensino fundamental conforme definidas e codificadas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 2002, catálogo nacional que descreve as atividades laborais dos brasileiros. São as seguintes as famílias ocupacionais selecionadas: 2312 – Professores de nível superior no ensino fundamental (1ª a 4ª séries); 2313 – Professores de nível superior no ensino fundamental (5ª a 8ª séries); 3312 – Professores de nível médio no ensino fundamental; e 3321 – Professores leigos no ensino fundamental. Esse indicador visa a contemplar a heterogeneidade de situações que atingiram o professorado segundo os ciclos do ensino fundamental em que lecionavam (1ª a 4ª e 5ª a 8ª série) e seu nível de escolaridade

- O Novo Caged

O Caged constitui importante fonte de informação do mercado de trabalho de âmbito nacional e de periodicidade mensal. Foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego. A partir de 1986, passou a ser utilizado como suporte ao pagamento do seguro-desemprego e, mais recentemente, tornou-se, também, um relevante instrumento à reciclagem profissional e à recolocação do trabalhador no mercado de trabalho. (Brasil, 2020d).

A partir de 2020, mudanças metodológicas foram introduzidas no Caged e se interrompeu a série histórica até então existente; esse movimento deu origem a uma nova base, que passou a se chamar Novo Caged, com início em janeiro de 2020.

As mais recentes alterações feitas pelo Ministério do Trabalho nas estatísticas do Novo Caged (setembro de 2021) envolveram correções de toda a série de dados, retroagindo a janeiro de 2020, conforme explica a Nota Técnica – Tratamentos aplicados nos dados do Novo Caged a partir de ajustes na captação dos dados pelo eSocial, de novembro de 2021 (Brasil, 2021).⁶ Essas correções se mostraram necessárias em função de divergências de tendências que foram detectadas nas estatísticas, quando comparadas aos padrões de distribuição do antigo Caged. Esses ajustes, segundo o Ministério, estavam previstos durante o processo de transição para o eSocial, que está em curso.

O Novo Caged é uma base de declaração contínua, isto é, as empresas podem retificar as informações mensais durante todo o ano, gerando séries de dados “sem ajustes” e “com ajustes”. Neste relatório tomamos as estatísticas mensais, que são “ajustadas” em dezembro. Por essa razão, dezembro aparecerá com grandes montantes de movimentação em função desse procedimento específico aplicado a essa base de dados.

5 Famílias ocupacionais ou grupos de base agregam ocupações (empregos ou postos de trabalho) similares e são codificados com 4 dígitos na CBO. As famílias ocupacionais também podem ser entendidas como campos de trabalho: <http://cbo.maisemprego.mte.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

6 Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Out2021/Nota_T%C3%A9cnica_Novo_Caged_11-2021.pdf

Como já se adiantou, o intuito foi compreender como os empregos daquele grupo de professoras se comportaram mês a mês, caracterizando as movimentações por algumas variáveis, descritas a seguir e identificadas pelos respectivos códigos atribuídos pela base de dados.

1. Famílias ocupacionais (vide explicação e detalhamento em item anterior “A Rais”).
2. Setor econômico educação/subclasse CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas versão 2.0 – ensino fundamental (código 8513900), com vistas a selecionar professoras que efetivamente lecionavam nesse nível de ensino.
3. Regiões geográficas brasileiras conforme indicadas pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – e adotadas no Novo Caged: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste.
4. Categoria do trabalhador (agregações adotadas):
 - CLT (códigos agregados): 101 – empregado contratado pela CLT por tempo indeterminado inclusive o empregado público da administração direta ou indireta contratado pela CLT; 105 – por prazo determinado Lei n. 6.601/98; 107 e 108 – contrato com carteira de trabalho verde-amarela com e sem acordo para a antecipação mensal da multa rescisória do FGTS
 - Temporário: 106 – empregado temporário
 - Intermitente: 111 – empregado intermitente
 - Não identificado: 999 – não identificadoExcluíram-se trabalhadores rurais, domésticos e aprendizes.
5. Tipo de movimentação (códigos agregados)
 - 5.1. Admissões
 - 10 – Admissão por primeiro emprego
 - 20 – Admissão por reemprego
 - 25 – Admissão contrato de trabalho por prazo determinado
 - 35 – Admissão por reintegração
 - 70 – Admissão por transferência
 - 97 – Admissão tipo ignorado
 - 5.2. Desligamentos
 - 31 – Desligamento por demissão sem justa causa
 - 32 – Desligamento por demissão com justa causa
 - 33 – Culpa recíproca
 - 40 – Desligamento a pedido
 - 43 – Término contrato trabalho prazo determinado
 - 45 – Desligamento por término de contrato
 - 50 – Desligamento por aposentadoria
 - 60 – Desligamento por morte

80 – Desligamento por transferência

90 – Desligamento por acordo entre empregado e empregador

98 – Desligamento tipo ignorado

5.3. Não identificados: 99

6. Perfil do/a trabalhador/a: sexo, raça/cor e faixa etária.

7. Tamanho do estabelecimento em número de vínculos de emprego: nenhum vínculo; de 1 a 9; de 10 a 49; de 50 a 99; de 100 a 249; de 250 e mais.

Finalmente, as análises dessa base de dados privilegiaram o saldo de empregos, isto é, a diferença entre admissões e desligamentos. O período de tempo considerado foi de janeiro de 2020 – dois meses antes do fechamento das escolas (ocorrido em 23 de março no estado de São Paulo) – até julho de 2022, utilizando-se as estatísticas “com ajustes”, corrigidas ou atualizadas pelo Ministério em setembro de 2021.

Parte I

Tendências capturadas
pelas pesquisas
empíricas em 2020,
primeiro ano da
pandemia de covid-19

Desde março de 2020, cerca de 48 milhões de estudantes deixaram de frequentar as atividades presenciais nas mais de 180 mil escolas de Ensino Básico espalhadas pelo Brasil como forma de prevenção à propagação do Corona vírus (INEP, 2019). Desse total, a Rede Estadual de Educação de São Paulo, a maior do país, abrange cerca de 3,8 milhões de matrículas e cerca de 200 mil educadores e educadoras (Universidade de São Paulo – USP, 2020, p. 1).

A partir dos estudos descritos em Metodologias, nesta parte consolidam-se as repercussões na rotina cotidiana do trabalho mediado pela tecnologia e realizado a distância pela maioria dos docentes da educação básica no ano de 2020.⁷ Também se remarcam alterações contratuais e/ou salariais, bem como alguns sentimentos vivenciados por esses profissionais durante o primeiro ano da pandemia de covid-19.

Considerou-se um recorte temático de aspectos relacionados ao trabalho profissional docente, entendido a partir dos seguintes indicadores: extensão da jornada de trabalho; intensidade do ritmo; mediações com a tecnologia; contratos de trabalho; relação com as chefias; e sentimentos vivenciados. Excluíram-se, assim, resultados sobre as atividades pedagógicas realizadas com alunos e outras temáticas que não tangenciavam a questão do trabalho.

Os estudos consultados, como já mencionado anteriormente, são diversos em termos do âmbito geográfico abrangido, do público respondente e das metodologias utilizadas e não são comparáveis.⁸ Em face do cenário de incertezas e isolamento social, a maioria não foi desenhada com amostragem probabilística ou alguma outra modalidade de controle estatístico, mas as pesquisas contaram com a adesão espontânea do maior número possível de respondentes

7 No estado de São Paulo, o Decreto n. 64.864, de 16/03/2020, determinou a suspensão das aulas da rede estadual e a consequente reorganização do calendário escolar.

8 Renata Adriana de Sousa colaborou na busca e na sistematização inicial das informações das pesquisas selecionadas.

aos questionários enviados digitalmente. O retorno dos docentes foi enorme e demonstrou a necessidade urgente que eles e elas tinham de compartilhar suas vivências durante a crise sanitária.

Apesar da sua diversidade, as tendências apresentadas pelos estudos podem e devem servir de lume sobre as alterações sofridas pela categoria profissional nesse período. Como se descreverá a seguir, as tendências são consistentes e se repetem em quase todos os estudos. Outra dimensão importante, a evolução da situação durante o ano de 2020, foi captada por alguns estudos, acrescentando as alterações longitudinais na própria situação de isolamento social.

Nos tópicos que se seguem, cada estudo é identificado pelo nome da instituição principal que o conduziu.

Algumas áreas de maior preocupação para as professoras da educação básica puderam ser capturadas durante o primeiro ano da crise sanitária da covid-19 e organizaram essa exposição: o estranhamento provocado pela mudança repentina para o ensino remoto; o trabalho propriamente dito (as alterações causadas na rotina e no local de trabalho, as alterações nas atividades de trabalho, as modificações nos contratos de trabalho e a preocupação com o futuro laboral); os desafios da mediação da tecnologia na prática docente; e, por fim, os efeitos da pandemia sobre a saúde física e psicológica das professoras.

1. OS PROFESSORES SE RESENTIRAM DA PASSAGEM ABRUPTA DO ENSINO PRESENCIAL PARA O REMOTO

HOUVE RESISTÊNCIA INICIAL AO TRABALHO REMOTO

Entre junho e agosto de 2020, pesquisa da Gestrado UFMG/CNTE (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2020a, 2020b) identificou que 86% dos docentes da rede pública e 96% daqueles da rede privada estavam realizando atividades remotas. A passagem do presencial para o remoto, porém, foi motivo de grande resistência das professoras. Em maio de 2020, outro estudo (Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2020) apontava a grande estranheza sentida pelas professoras ao mudarem sua rotina presencial para a remota. Para eles, a presença física era imprescindível: cerca de 70% reafirmaram a importância das aulas presenciais, 40% dos quais admitiam apenas parte das aulas em modo remoto. Mas para cerca de 1/3 deles, aulas remotas eram impensáveis.

A estranheza pode ter sido amenizada no decorrer de 2020, por meio da habituação à nova situação, mas como constatou a pesquisa da *Nova Escola* (Bimbati, 2020), nos primeiros dois meses da pandemia, as professoras que avaliaram a experiência do ensino remoto ou a distância destacaram, como alguns fatores negativos, a dificuldade de adaptação ao formato, o baixo retorno dos alunos, a alta cobrança de resultados, o crescimento da demanda de atendimento individual às famílias, a falta de capacitação e de infraestrutura oferecidas pelas escolas e a falta de contato direto com os alunos.

De fato, ainda em julho e agosto o Instituto Península (2020), em sua terceira tomada de pesquisa, remarcava aquela estranheza, ao mesmo tempo que uma percepção positiva sobre as aulas em meio digital ia se consolidando. Naquela ocasião, os principais desafios do trabalho remoto para as professoras eram a falta de formação para os desafios do ensino remoto (49%), a falta de conhecimento das ferramentas virtuais (46%), a falta de um ambiente adequado para trabalhar em casa (45%) e falta de conhecimento de recursos de acessibilidade

comunicacional (26%), sem diferenciações por nível de ensino. Para $\frac{2}{3}$ dos professores respondentes a essa pesquisa, porém, a tecnologia poderá apoiar o uso de diferentes metodologias de aprendizagem, tornando-se uma aliada do professor. Esse índice subiu para 94% em novembro (Instituto Península, 2020).

Em novembro, oito meses depois do fechamento das escolas, 72% dos professores seguiam dando aulas apenas no formato remoto, principalmente nas redes municipal e estadual e 30% dos da rede privada davam aula presencial e remota, segundo dados daquela última tomada de pesquisa.

A VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS

A volta às aulas era um cenário incerto. Em maio de 2020, o cancelamento do ano letivo estava no horizonte de somente 11,2% dos respondentes da pesquisa da Fundação Carlos Chagas (Artes; Unbehau; Pagaiame, 2020a); havia clareza de que, no pós-pandemia, o cotidiano escolar não seria o mesmo: o rodízio de alunos para evitar aglomeração (na opinião de 65,6% das professoras) e a continuidade do ensino *on-line* junto com o presencial (para 55,9%) seriam prenúncios de mudanças possíveis. Ainda em maio de 2020, outra pesquisa (Bimbati, 2020) desenhava um cenário otimista de uma parte do professorado quanto ao retorno às salas de aula: 74% dos professores acreditavam que voltariam à escola no segundo semestre de 2020 e 5% que retornariam ainda no primeiro semestre; para 19% dos educadores o encontro presencial com os alunos ficaria para 2021, o que ocorreu apenas no 2º semestre desse ano, de forma parcial e desigual conforme as redes e os níveis de ensino.

Em outra enquête realizada entre julho e agosto de 2020 (Instituto Península, 2020), o retorno às aulas trazia, como principais preocupações, as cautelas que teriam que ser tomadas em relação ao contágio pelo novo coronavírus (mais de 80%) e a necessária recuperação da aprendizagem perdida dos alunos nos meses de isolamento (67%).

2. O TRABALHO PROPRIAMENTE DITO E AS TRANSFORMAÇÕES CAUSADAS PELA PANDEMIA

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS DOCENTES NEM SEMPRE FORAM AS MELHORES

Apenas 38% dos respondentes à pesquisa realizada em maio pela Universidade Federal do Paraná (2020), avaliando a ergonomia que dispunham em suas casas para trabalhar remotamente, afirmaram ter um escritório e móveis adequados. Um pouco mais da metade dos respondentes dispunha de condições razoáveis – tinham mesa e cadeira, mas não possuíam um espaço físico reservado para o trabalho.

Também em maio, o Instituto Península (2020) chamava a atenção para o fato de que, apesar de a maioria das professoras possuir celular e *notebook* para trabalhar, um alto percentual precisava compartilhar seus equipamentos com a família: 38% compartilhavam *notebook*; 27% *desktop* e 11% celular. A rotina dos docentes passou a ser ocupada por mais atividades domésticas (66%), pela realização das atividades escolares desde suas casas (62%) e por estudos (50%). O WhatsApp era a ferramenta mais utilizada pelos docentes (83%) no contato com os estudantes naquele mês e continuou a sê-lo nas outras duas tomadas da pesquisa do Instituto Península (2020), em julho/agosto e em novembro.

Na sequência temporal, entre junho e agosto, as enquetes do Gestrado junto às redes pública e privada (UFMG, 2020a, 2020b) trouxeram informações na mesma direção: 83% dos docentes da rede pública e 90% da rede privada possuíam recursos em casa para ministrar aulas não presenciais. O compartilhamento dos equipamentos com outras pessoas no domicílio dividiu as professoras que responderam a essas pesquisas, pois metade delas compartilhava seu instrumento de trabalho com outras pessoas da casa e a outra metade, não. Os recursos usados para ministrar aulas a distância por docentes das redes pública e privada eram *tablet* (6,1% e 12%, respectivamente), *laptop* (76% e 85%), celular (91% e 76%), *desktop* (28,2% e 27%),

câmera (16,6% e 29%) e microfone (14,8% e 32%). Pode-se notar que o celular e o *laptop* eram mais utilizados em ambas as redes, mas na rede pública o celular toma a primazia (91%); na contrapartida, os docentes da rede privada puderam contar mais com microfones e câmeras do que os da rede pública.

Essa mesma tendência se replicou em outros estudos analisados, como o realizado no município de Guarulhos com docentes da rede privada (Sindicato das Professoras e dos Professores de Guarulhos – Sinpro Guarulhos, 2020): os equipamentos mais utilizados pelas professoras da rede privada em abril de 2020, para produzir conteúdo e interagir com alunos, eram seus próprios *notebooks* e *smartphones*, nessa ordem e utilizados simultaneamente.

Além dos equipamentos, o acesso à rede de internet foi essencial para as professoras durante 2020, mas nem todos puderam contar com isso de forma regular e a maioria acessou a internet com planos particulares, pelos quais tiveram que pagar.

A maior parte dos docentes da rede pública de Guarulhos que respondeu àquela pesquisa, por exemplo, utilizava simultaneamente os planos de internet residencial e seu plano de dados móveis no celular. Estudos do Gestrado junto às redes pública (UFMG, 2020a) e privada (UFMG, 2020b) mostraram que, em junho, 67% dos professores da rede pública e 90% da rede privada possuíam internet banda larga e a utilizavam; um pouco mais de 20%, nas redes pública e privada, usavam planos de dados de celulares para darem aulas remotas.

As atividades remotas foram a forma encontrada para dar aulas, independentemente da rede de ensino, mas essas últimas duas pesquisas informam que elas variaram conforme o nível de ensino em que a professora lecionava: as docentes de educação infantil foram as que mais gravaram videoaulas, seguidos por aqueles do ensino fundamental II; as professoras do ensino médio foram as que mais realizaram aulas remotas ao vivo; as que ensinavam no ensino fundamental I se dividiram, tanto dando aulas remotas ao vivo como fazendo gravação de videoaulas; 90% das professoras elaboraram atividades para serem desenvolvidas com os estudantes no período de interrupção das aulas presenciais. Essas atividades testemunham o quanto os equipamentos e o acesso à internet foram importantes para dar alguma continuidade à aprendizagem de milhares de alunos.

A ROTINA DE TRABALHO SE ALTEROU EM DIREÇÃO AO AUMENTO DA JORNADA, DAS TAREFAS, DO RITMO, DO CONTROLE DO TRABALHO

Entre abril e maio de 2020, 81,5% dos professores da rede privada de Guarulhos que responderam à pesquisa consideravam que, com a interrupção das aulas, estavam trabalhando mais. Em relação à quantidade de horas trabalhadas por dia, quase $\frac{3}{4}$ afirmaram estar trabalhando 8 ou mais horas por dia, 41% dos quais mais de 8 horas (Sinpro Guarulhos, 2020). Da mesma forma, 65% dos respondentes à pesquisa da Fundação Carlos Chagas (Artes; Unbehaum; Pagaiame, 2020a) disseram que o trabalho pedagógico mudou e aumentou, com destaque para as atividades que envolviam interface e/ou interação digital.

A mudança no conjunto das atribuições pedagógicas se manifestava por novas demandas que não prescindiam daquelas anteriormente realizadas, principalmente gravar aulas, dar aulas *on-line*, planejar atividades para ambiente virtual, participar de reunião pedagógica para acompanhamento das atividades remotas, orientar alunos nas plataformas, responder a alunos via *e-mail*, editar vídeos, orientar pesquisas e trabalhos de conclusão de cursos. Esse conjunto denota que a mudança do ambiente físico da escola e a utilização de aulas remotas demandaram novas atribuições que estavam sendo incorporadas pelas professoras em sua rotina, ainda nos primeiros meses da pandemia (Sinpro Guarulhos, 2020). Algumas dessas novas atribuições dos docentes em ensino remoto continuavam a ser desempenhadas em meados do ano, julho e agosto, sugerindo que elas passaram a integrar definitivamente as atividades das professoras, como detectou o Instituto Península (2020): revisão de planos de aula para adaptá-los ao ensino remoto; e a busca de formação *on-line* para utilizar ferramentas do ensino remoto (57% das menções cada uma).

Boa parte dos respondentes (60%) da pesquisa feita pela Universidade Federal do Paraná (2020) também percebeu intensificação no trabalho. Em outras palavras, a jornada semanal se alongou, o número de horas diárias se estendeu e o ritmo de trabalho ficou mais intenso. Coerentemente, uma das principais razões das dificuldades sentidas pelas professoras nessa nova modalidade de ensino referiu-se à mudança de rotina do trabalho: “receber demandas de trabalho fora do horário de expediente e em finais de semana” obteve 53% das menções. Da mesma forma, um pouco mais de $\frac{2}{3}$ dos professores da rede privada de Guarulhos percebiam que, após a interrupção das aulas, passou a haver maior cobrança por parte dos coordenadores (Sinpro Guarulhos, 2020). Em contrapartida, como principais facilidades do modo remoto frente ao presencial, os respondentes citaram não ter que enfrentar o trânsito, ter flexibilidade de horário, ter menos preocupação com a aparência e as roupas (UFPR, 2020).

A intensificação do trabalho também foi sentida nas redes públicas, em que costuma prevalecer o contrato pelo Estatuto do Servidor Público, regime que oferece maiores proteções ao trabalhador quando comparado ao da Consolidação das Leis do Trabalho. Na pesquisa realizada nos sete municípios da região do ABC paulista entre maio e junho de 2020 (Universidade São Caetano do Sul – USCS; Universidade Cidade de São Paulo – Unicid, 2020), 78% eram servidores públicos municipais em regime de trabalho estatutário. Dois terços dos respondentes relataram significativa intensificação das rotinas e na carga de trabalho durante o período de ensino remoto. Considere-se que a maioria dos docentes das redes municipais é composta por mulheres e que essa intensificação incluiu a necessidade de conciliar as atividades profissionais com as tarefas domésticas durante o período de isolamento social, dentro das próprias casas.

CONTRATOS DE TRABALHO FORAM ALTERADOS SOBRETUDO OS REGIDOS PELA CLT

Para a maioria dos respondentes (82%) da pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2020), ainda não tinha ocorrido modificação no contrato de trabalho com redução de jornada e de salário entre abril e maio de 2020. A Medida Provisória n. 936,⁹ editada em 1º de abril de 2020 pelo governo federal, permitiu alterações nos contratos de trabalho CLT visando ao enfrentamento da pandemia, como suspensão temporária dos contratos, redução de jornada e de salários. Essas condições foram indicadas, respectivamente, por 7%, 24% e 26% dos professores da rede privada pesquisados pelo Gestrado (UFMG, 2020b) entre julho e agosto de 2020. Também o Informe 2 da pesquisa da Fundação Carlos Chagas (Artes; Unbehaum; Pagaiame, 2020b) detectou maior incidência de acordos de suspensão de contrato ou de redução de salários preconizados pela MP n. 936 entre os docentes que lecionavam nas redes privadas. Ressalte-se que essa tendência foi captada ainda entre abril e maio de 2020, época de realização dessas pesquisas, sinalizando a pronta adoção da MP n. 936 pelas redes privadas de ensino.

A antecipação das férias foi uma possibilidade conferida pela MP n. 927¹⁰ e, entre abril e maio de 2020, atingiu 51,2% dos professores da rede privada de Guarulhos que responderam à pesquisa.

A aplicação da MP 927 aos docentes do setor privado revela outra face preocupante das condições de trabalho vivenciadas pela categoria, pois o período de férias coincidiu com a interrupção das aulas e a necessidade de distanciamento social, de modo que o referido período não foi planejado ou empregado em atividades de lazer e descanso. Além disso, muitos docentes lecionam em mais de uma escola, neste caso os calendários podem não ser coincidentes, resultando por isso em um ano inteiro de trabalho sem o direito às férias. Isto é, a aplicação da MP 927, embora nos marcos de uma crise sanitária, rompeu o sentido de férias coletivas como um direito dos professores trabalhadores do setor privado no ano de 2020. Naquele momento, entre os dias 22 de abril e 02 de maio, mais de 90% dos docentes que responderam ao questionário afirmaram não ter havido ainda redução de jornada ou suspensão do contrato de trabalho, ambas possibilidades previstas na MP 936. Importante destacar que na primeira fase de aplicação da pesquisa mais de 50% dos professores informaram que as instituições de ensino onde lecionam haviam antecipado férias coletivas, fato que impede qualquer alteração no contrato de trabalho e, portanto, aplicação da MP 936. Passado o período de férias e ainda sem perspectiva de reabertura das escolas, o Sindicato

- 9 A MP n. 936 dispunha sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública. Entre suas principais medidas estão: criação do Benefício Emergencial (BEm) em casos de redução proporcional da jornada de trabalho e salário e de suspensão do contrato de trabalho; e possibilidade de acordo individual na negociação. Em 07/07/2020, a MP foi transformada na Lei n. 14.020/2020, que ratificou as alterações propostas. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/mp-936-vejaos-efeitos-dessa-medida-provisoria/>. Acesso em: 08 out. 2021.
- 10 A MP n. 927 permitia, entre outras medidas: o teletrabalho; a antecipação de férias individuais; a concessão de férias coletivas; o aproveitamento e a antecipação de feriados; o banco de horas; a suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho; o direcionamento do trabalhador para qualificação; e o diferimento do recolhimento do FGTS. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141145>. Acesso em: 11 out. 2021.

dos Professores e Professoras de Guarulhos tem recebido uma série de denúncias sobre acordos para redução de jornada ou suspensão do contrato, fato que indica alteração deste quadro (Sinpro Guarulhos, 2020, p. 6-8).

Entre julho e agosto, a terceira tomada da pesquisa do Instituto Península (2020) questionou as professoras sobre eventuais mudanças na situação de trabalho: 44% não indicaram mudança; 14% apontaram redução de salário; 9% redução formal de carga horária; 8% aumento formal de carga horária; 6% suspensão de contrato; 6% licença remunerada sem previsão de retorno; entre outros. Os efeitos deletérios no emprego dos professores autorizados pelas MP 936 e 927 se mostraram mais agudos nas escolas privadas e/ou entre os contratados pela CLT: 32% dos professores que ali lecionavam tiveram redução de salário; 18% redução de carga horária; e 16% suspensão de contrato.

PREVALECIAM AS INCERTEZAS QUANTO À CONTINUAÇÃO NA CARREIRA DOCENTE

Medo, tristeza, insegurança, ansiedade, angústia e incerteza eram os principais sentimentos associados à pandemia (somando 48,1% das respostas) por professoras da rede pública do estado de São Paulo ainda em abril e maio de 2020, conforme apurou estudo feito pela USP (2020).

Entre julho e agosto os sentimentos negativos continuavam a prevalecer entre os docentes da rede privada interpelados pela pesquisa da UFMG (2020b):

O sentimento de medo e insegurança por não saber quando e como será o retorno à normalidade, bem como a angústia em relação ao futuro foram as percepções mais apontadas pelos(as) docentes [...]. Cabe ressaltar que o medo de perder o emprego e a apreensão em relação à perda de direitos estão entre as respostas mais indicadas, atingindo pouco menos da metade dos entrevistados (UFMG, 2020b, p. 26).

Parte das apreensões provinha da perspectiva de aplicação da modalidade EaD (ensino a distância) no futuro: 72,2% dos docentes afirmavam temê-la e indicavam como principal justificativa para essa preocupação o fato de considerarem que haverá reconfiguração das atribuições docentes com o uso de recursos tecnológicos, assim como temiam a redução da autonomia dos professores (Sinpro Guarulhos, 2020).

3. A PRÁTICA DOCENTE E A MEDIAÇÃO DA TECNOLOGIA

FALTA DE EXPERIÊNCIA PRÉVIA DAS PROFESSORAS COM AS TECNOLOGIAS

Antes da paralisação, 88% dos professores nunca tinham dado aula a distância de forma remota e a maioria se sentia pouco ou nada preparada para isso, principalmente os das redes municipais (86%) (educação infantil, ensino fundamental I e II, principalmente, nessa ordem), mas também na estadual e privada (82%). Professoras da rede municipal foram as que mais mencionaram não ter recebido, até o momento da pesquisa (maio de 2020), treinamento para ensinar de forma remota. Coerentemente, naquele momento, a maior demanda das professoras era por treinamentos para ensinar a distância (75% de menções) (Instituto Península, 2020).

Entre junho e agosto de 2020, pouco mais da metade (54%) dos professores da rede pública afirmavam que não tinham preparo anterior para realizar as atividades remotas (UFMG, 2020a). Na rede privada, um índice ainda maior foi registrado: apenas 2 em 10 professores possuíam experiência com as aulas remotas, ou seja, 80% dos educadores da rede privada não possuíam experiência com o ensino remoto (UFMG, 2020b). Dos docentes da rede privada, os mais habituados com aquele tipo de aula eram os do ensino médio e, os menos, os da educação infantil, mas, independentemente do nível de ensino, poucos professores (entre 13% e 20%) puderam contar com formação oferecida pela instituição educacional empregadora.

No início da pandemia – abril e maio de 2020 – apenas 13,2% dos professores e professoras da rede privada de Guarulhos afirmaram dominar plenamente os recursos tecnológicos, enquanto a maioria (86,8%), ou conhecia somente alguns recursos (67,9%) ou não conhecia nenhum (18,9%) (Sinpro Guarulhos, 2020).

FALTA DE APOIO DAS ESCOLAS NOS MESES INICIAIS DA PANDEMIA

Segundo apurou outro estudo da Universidade Federal do Paraná (2020), cuja maioria dos respondentes era docente na educação básica, em maio de 2020, 58% não tinham recebido apoio das suas empresas para dar aulas remotas, como ferramentas e materiais, e outros 42% tinham recebido. Na rede privada de Guarulhos (Sinpro Guarulhos, 2020), a situação foi mais aguda, pois, entre abril e maio, 85% não haviam recebido qualquer ajuda de suas redes de ensino quanto a equipamentos.

A esse respeito, também a pesquisa da UFMG (2020a) informa que, nas redes públicas, o suporte oferecido às professoras, nos meses iniciais da pandemia, variou, sendo mais presente na rede estadual e no ensino médio e menos nas redes municipais e nos ensinos fundamental e infantil. Demonstra essa variabilidade de situações e a ambivalência de percepções o Informe 2 da pesquisa da Fundação Carlos Chagas (Artes; Unbehaum; Pagaiame, 2020b), em que a maior parte das professoras de todas as redes, no momento inicial da pandemia, considerou ter apoio da escola nas atividades com os alunos, percepção que provavelmente incluía equipamentos e materiais. Entre abril e maio, esse mesmo Informe 2 e o estudo da *Nova Escola* (Bimbati, 2020) reforçavam que as professoras da rede municipal – prioritária na oferta do EF e da educação infantil – foram as que se sentiram menos apoiadas por suas escolas.

4. AS PREOCUPAÇÕES COM A SAÚDE: CONTAMINAÇÃO E SAÚDE MENTAL

Em março de 2020, a primeira tomada do Instituto Península (2020, p. 10) apurou que “o docente brasileiro parece acreditar que seu papel neste momento inicial de disseminação do coronavírus é o de ‘se manter em casa cuidando de si e seus familiares’, seguido de ‘ajudar a disseminar informações seguras’, ambas a frente de ‘interagir remotamente com seus alunos’”. A mesma pesquisa captou que a maioria dos respondentes (53%) estava muito ou totalmente preocupada com sua saúde, apesar de boa parte não se encontrar no que então se considerava o grupo de risco para o vírus: ter mais de 60 anos e ser portador de comorbidades. Em abril, um pouco menos da metade se mantinha preocupada com a própria saúde, enquanto aumentava a inquietação com a saúde dos membros da família (75% estavam muito e totalmente preocupados) (Instituto Península, 2020). O estudo da USP (2020), contudo, apontou diferenciação no sentimento de vulnerabilidade segundo a rede de ensino: em maio e junho de 2020, mais da metade das professoras da rede pública estadual de São Paulo se sentiam muito vulneráveis à contaminação pelo vírus.

Ainda em maio, a pesquisa da *Nova Escola* (Bimbati, 2020) indicava que o bem-estar dos profissionais da educação básica merecia atenção. Os problemas de saúde mais relatados pelos educadores foram ansiedade (68%), estresse e dor de cabeça (63%), insônia (39%), dores nos membros (38%) e alergias (38%), levando cerca de $\frac{2}{3}$ das professoras a se afastarem do trabalho. Estresse envolvido na necessidade de aprender rápido para adequar o planejamento, risco de contaminação, insegurança em relação ao futuro, falta de reconhecimento das famílias e gestores, aumento no tempo de preparo das aulas e de dedicação aos alunos e sensação de não conseguir dar conta de todas as demandas domésticas, familiares e profissionais aparecem entre os fatores destacados pelas professoras. A ansiedade – sentimento detectado por praticamente todas as pesquisas – foi diminuindo gradativamente com o passar dos meses, como

atestaram as enquetes 3 e 4 do Instituto Península (2020) sem desaparecer, entretanto. Ela foi sendo parcialmente substituída pelo cansaço e pela sobrecarga de trabalho, mencionados por 57% em novembro (2020d), 53% em agosto (2020c) e apenas 35% em abril (2020a, 2020b).

A maioria dos docentes – em que pesem variações por redes e níveis de ensino – não contou com apoio psicológico das suas escolas: 75% assim responderam em março de 2020, principalmente os que lecionavam nas redes privada e estadual (Instituto Península, 2020). Esse fato reforça o estranhamento com a nova situação e como nem professores, nem gestores, nem ninguém estava preparado para enfrentá-la naquele primeiro momento. Em outubro parece que a situação tendia a melhorar: estudo da UFMG (2020b) apurou que, entre os professores da rede privada que responderam à pesquisa, houve variações por nível de ensino quanto ao suporte emocional e psicológico recebido da instituição, o qual teria sido maior entre os que lecionavam no ensino médio e na educação infantil e menor para docentes do ensino fundamental.

Na rede pública estadual de São Paulo houve resistência dos sindicatos e associações de professores ao retorno ao ensino presencial no início de 2021, conforme o estudo da Rede Escola Pública e Universidade – Repu (2021). A Secretaria de Educação do Estado (Seduc) determinou que os professores retornassem para as salas de aula em 8/2/2021, mas o temor nesse período ainda eram as altas taxas de contaminação por covid-19 na população em geral e sua replicação na categoria profissional a partir do fim do isolamento nas escolas. A Repu acompanhou a incidência da epidemia entre os professores de uma amostra de escolas durante um mês, a partir da data de retorno determinada pela Seduc (de 7/2/21 a 6/3/21) e a comparou com a da população paulista na faixa etária de 25 a 59 anos. Concluiu-se que o retorno ao modo presencial gerou taxas de contaminação maiores entre os professores: 283 casos confirmados contra 133, em média, na população (incidência em 100 mil habitantes) (Repu, 2021, p. 31, Tabela 2). O retorno ao presencial determinado pela Seduc, porém, não foi interrompido na rede paulista.

Parte II

A estrutura do mercado de trabalho das professoras do ensino fundamental

1. A ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO DAS PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Neste capítulo, discutimos a estrutura do mercado de trabalho das professoras do ensino fundamental, considerando os vínculos de trabalho (ou empregos) formais¹¹ registrados pela Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho para 2019, ano precedente à crise sanitária provocada pela pandemia, e para 2021, início da saída daquela crise. A confrontação desses anos permite identificar, também, se a pandemia alterou a estrutura dos empregos até esse momento.

Para melhor discernir a heterogeneidade presente na estrutura dos empregos, as estatísticas estão desagregadas por grupos de funções ou famílias ocupacionais conforme constam da Classificação Brasileira de Ocupações, versão 2002.¹²

Os empregos foram analisados segundo a natureza jurídica do estabelecimento de trabalho (público, privado, outros), os tipos de contrato (CLT, estatutário, outros), o perfil demográfico (sexo e idade) e a remuneração média mensal (faixas de salários mínimos).

NATUREZA JURÍDICA E TIPOS DE CONTRATO: PÚBLICO, PRIVADO, OUTROS

O peso do setor público é relevante na contratação de professoras da educação básica, particularmente no ensino fundamental, cuja oferta é responsabilidade do Estado em instâncias administrativas diversas, principalmente a municipal. Em 2019, 91% dos empregos para aquelas professoras eram oferecidos em escolas públicas (Tabela 1), índice que diminuiu 6% em 2021 (84,7%).

11 Vínculos de trabalho com algum tipo de contato estabelecido formalmente entre empregado e empregador.

12 Vide tópico Metodologias para mais explicações.

O processo de municipalização do EF ainda não se encontra universalizado no país e, por isso, o serviço público municipal oferecia cerca de 68% dos postos, enquanto os outros 29% eram provisionados pelo serviço público estadual. Esse padrão se repetiu em 2019 e 2021. Assim, a mais importante alteração entre esses dois pontos do tempo veio da participação das empresas, que aumentaram as vagas oferecidas para aquelas professoras depois da pandemia, passando de 5% para 10,4%, entre 2019 e 2021. Nesse segmento prevalecem os contratos CLT por tempo indeterminado.

A Tabela 1 demonstra ainda que essa movimentação aconteceu em todas as famílias ocupacionais – incluindo professores sem formação universitária (nível médio) e professores leigos –, mas foi particularmente expressiva para as professoras de 1ª a 4ª e para os de 5ª a 8ª série, que viram dobrar a participação das empresas no conjunto de empregos oferecidos entre 2019 e 2021: de 5% para 11% e de 11,8% para 23,6%, respectivamente.

Finalmente, as entidades como organizações não governamentais (ONGs), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e outros tipos de organizações sem fins lucrativos absorveram cerca de 4% dos professores do EF, sem variação expressiva no período.

Tabela 1 – Professores do Ensino Fundamental: empregos segundo famílias ocupacionais e natureza jurídica do estabelecimento. Brasil, 2019 e 2021*

2019					
Família ocupacional	Natureza jurídica do estabelecimento				Total (No. Abs)
	Setor Público %	Empresas %	Entidades s/ fins lucrativos %	Pessoas físicas e outras organizações %	
Profs nível superior EF (1a a 4a)	90,3	5,0	4,5	0,1	761.109
Profs nível superior EF (5a a 8a)	75,8	11,8	12,2	0,2	177.378
Profs de nível médio do EF	95,6	2,8	1,6	0,05	640.203
Profs leigos no EF	84,1	11,1	4,7	0,07	23.134
Total	90,7	5,0	4,2	0,09	1.601.824
2021					
Profs nível superior EF (1a a 4a)	84,1	10,7	5,0	0,2	872.272
Profs nível superior EF (5a a 8a)	63,3	23,6	12,9	0,3	205.446
Profs de nível médio do EF	92,0	5,9	2,0	0,1	681.266
Profs leigos no EF	79,0	13,8	6,9	0,2	22.005
Total	84,7	10,4	4,8	0,1	1.780.989

Fonte: Rais – Ministério do Trabalho e Previdência (MTP).

* Séries estatísticas atualizadas (Nota Técnica de novembro de 2021, MTP).

Sendo predominantemente contratados pelo poder público, é esperado que o vínculo de emprego predominante entre as professoras do EF seja “estatutário”, uma vez que seus contratos de trabalho são regidos pelo Estatuto do Servidor Público:¹³ 83% em 2019 e 76,9%

13 Lei Federal n. 8.112/90.

em 2021 (Tabela 2). Atente-se, contudo, para a diminuição de 6% nos contratos estatutários após a pandemia, coerente com a expansão das vagas para professores do EF em empresas e o aumento dos vínculos CLT.

Internamente aos vínculos estatutários, alterações contratuais vêm sendo implantadas ao longo dos anos, como os estatutários do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e os estatutários não efetivos, modificando direitos sacramentados, como a aposentadoria integral e a estabilidade no emprego. Os RGPS predominam entre os dois tipos e registrou-se crescimento entre 2019 e 2021: passaram de 20% para ¼ dos estatutários.

A Tabela 2 mostra, ainda, que à diminuição dos vínculos estatutários correspondeu o incremento dos CLT, que representavam 12% em 2019 e aumentaram para 17,9% em 2021. Esse movimento foi especialmente marcado entre as professoras de 5ª a 8ª série, cujos contratos CLT ampliaram-se em 12,5% no conjunto dos seus empregos (eram 26,8% em 2019 e passaram para 39,3% em 2021).

Contratos que procuram flexibilizar os direitos trabalhistas e os prazos de vigência (contratos especiais do setor público e outros tipos) representavam 4,5% dos empregos e proporcionalmente se mantiveram estáveis no período. Ressalta-se o aumento dos outros tipos de vínculo (novas modalidades de contratos de prazo determinado, principalmente) para professores leigos do EF: passaram de 0,3% em 2019 para 3,9% em 2021.

Tabela 2 – Professores do Ensino Fundamental: tipo de vínculo de emprego por família ocupacional. Brasil, 2019 e 2021*

2019					
Família ocupacional	Tipo de vínculo				Total (No. Abs)
	CLT %	Estatutário %	Contratos especiais do setor público %	Outros tipos de vínculos %	
Profs nível superior EF (1a a 4a)	12,6	83,1	3,6	0,7	761.109
Profs nível superior EF (5a a 8a)	26,8	67,3	5,2	0,8	177.378
Profs de nível médio do EF	7,1	87,3	5,2	0,5	640.203
Profs leigos no EF	17,1	77,7	4,9	0,3	23.134
Total	12,0	83,0	4,4	0,6	1.601.824
2021					
Profs nível superior EF (1a a 4a)	18,9	76,0	4,6	0,6	872.272
Profs nível superior EF (5a a 8a)	39,3	55,2	4,9	0,7	205.446
Profs de nível médio do EF	10,4	85,0	4,2	0,3	681.266
Profs leigos no EF	21,9	69,6	4,6	3,9	22.005
Total	17,9	76,9	4,5	0,6	1.780.989

Fonte: Rais – MTP.

* Séries estatísticas atualizadas (Nota Técnica de novembro de 2021, MTP).

Para entender essas modificações, leve-se em conta ainda que em 2021 foi iniciada a recuperação da acentuada perda de empregos CLT destruídos no primeiro ano de pandemia, como se demonstrará na Parte III deste estudo, com a análise das estatísticas do Novo Caged. Houve ainda o aprofundamento do processo de flexibilização dos contratos das professoras do EF dos ensinos público e privado após a expressiva contração dos empregos, em função do isolamento social causado pela crise sanitária da covid-19.

Pode-se afirmar, assim, que, se estruturalmente os vínculos de trabalho estatutários continuam a predominar nesse segmento do professorado, esse padrão vem gradualmente se transformando com o avanço dos vínculos CLT e com a flexibilização dos tipos de contratos oferecidos pelo próprio setor público.

PERFIL DEMOGRÁFICO: SEXO E FAIXA ETÁRIA¹⁴

A maior parte do contingente de professores da educação básica, como é sabido, é do sexo feminino. No ensino fundamental, as mulheres representavam 79,6% do total de professores em 2019 e 78,5% em 2021 (Tabela 3). Há, entretanto, uma variação conforme a função desempenhada, melhor dizendo, segundo o ciclo do ensino fundamental em que lecionam (de 1ª a 4ª ou de 5ª a 8ª série) e a disciplina ministrada.

A presença masculina é maior entre os que lecionam da 5ª à 8ª série, ou no segundo ciclo do EF: em 2021 os homens eram um pouco mais de $\frac{1}{3}$ dos professores (34,9%), proporção ligeiramente superior em relação a 2019 (31,7%).

Nesse ciclo, também denominado autoral, as disciplinas passam a ser ministradas por professoras especialistas e não mais pela professora regente dos primeiros quatro anos, grupo esse majoritariamente feminino. Em 2021, as mulheres correspondiam a 79,8% dos professores de 1ª a 4ª série, 80,7% entre os docentes de nível médio (curso Normal) e 65,1% entre professores de 5ª a 8ª série (Tabela 3).

Os homens são maioria entre os professores que ministram a disciplina Educação Física e dividem quase meio a meio com as professoras as disciplinas de Matemática, História e Geografia.

14 A identificação da “raça/cor” do empregado que ocupa um posto de trabalho não consta nas Rais aqui analisadas, embora tenha sido disponibilizada pelo Ministério do Trabalho em anos passados.

Tabela 3 – Professores do Ensino Fundamental: características demográficas. Brasil, 2019 e 2021*

2019							
Família ocupacional	Parcela feminina %	FAIXA ETÁRIA					Total (No. Abs.)
		até 29 anos %	de 30 a 39 anos %	de 40 a 49 anos %	de 50 a 64 anos %	65 ou mais %	
Profs nível superior EF (1a a 4a)	80,2	5,4	25,9	39,1	27,4	2,1	761.109
Profs nível superior EF (5a a 8a)	68,3	7,9	30,8	34,4	25,1	1,8	177.378
Profs de nível médio do EF	81,8	5,6	24,3	37,8	30,2	2,0	640.203
Profs leigos no EF	83,4	14,2	24,6	32,8	26,2	2,2	23.134
Total	79,6	5,9	25,8	38,0	28,2	2,0	1.601.824
2021							
Profs nível superior EF (1a a 4a)	79,8	5,7	23,7	39,1	29,1	2,4	872.272
Profs nível superior EF (5a a 8a)	65,1	9,3	30,4	34,2	24,4	1,7	205.446
Profs de nível médio do EF	80,7	6,0	22,4	38,0	31,2	2,3	681.266
Profs leigos no EF	85,9	14,1	21,8	33,3	28,2	2,6	22.005
Total	78,5	6,4	23,9	38,0	29,3	2,3	1.780.989

Fonte: Rais – MTP.

* Séries estatísticas atualizadas (Nota Técnica de novembro de 2021, MTP).

Em termos de faixas etárias, 92% do professorado tinha entre 30 e 64 anos em 2019, com a maior proporção (38%) entre 40 e 49 anos, seguida daqueles com 50 a 64 anos (28,2%) e dos mais jovens, com 30 a 39 anos (25,8%) (Tabela 3). Apenas 5,9% tinham menos de 30 anos e 2,0% mais de 65 anos. De modo geral, em 2021 esse padrão de distribuição se repetiu.

Por família ocupacional, as maiores proporções de profissionais mais velhos em 2019 (50 anos e mais) encontram-se entre os docentes de 1ª a 4ª série (29%), os professores com ensino médio do EF (32%) e os professores leigos no EF (28%). Com exceção dos leigos, é plausível supor que entre eles predominem professoras que trabalham em escolas públicas, concursadas, que seguem suas carreiras até os limites de idade institucionalmente permitidos. Na outra ponta e no mesmo ano, há proporções mais importantes de mais jovens entre o professorado leigo no EF (14,2% com até 29 anos) e os de 5ª a 8ª série (7,9%).

O panorama de 2021 mostra o envelhecimento dos docentes, efeito da progressão natural nas carreiras do ensino público fundamental, bem como um ligeiro aumento de professores de 5ª a 8ª série com até 29 anos (de 5,6% em 2019 para 9,3% em 2021).

REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL

As professoras do ensino fundamental ganham muito mal, tanto na rede pública quanto na privada. A Tabela 4 mostra que quase a metade delas (48%) recebia, em média, até três salários mínimos mensais em 2019, o que corresponde a R\$ 3.906,00¹⁵ em valores de janeiro de 2023. E um pouco menos de 80% delas (79,4%) estava ganhando até cinco SM ou R\$ 6.510,00 em 2023.

15 Salário mínimo vigente em janeiro de 2023: R\$ 1.302,00.

As professoras da rede pública, cuja maioria tem contratos regidos pelo Estatuto do Servidor Público, ou estatutários, também ganham pouco, embora a existência de uma carreira no magistério lhes permita aumentar os rendimentos com o tempo. Em 2019, 79% recebiam até cinco SM, 46,6% dos quais até três SM.

Comparativamente ao setor privado, elas se saem melhor. Nesse último setor, ganham até três SM 71,3% das que lecionam em escolas particulares, 50% das contratados por entidades sem fins lucrativos e 65,7% das que lecionam em outros tipos de organizações.

A baixa remuneração das professoras se acentuou em 2021, quando a maioria das escolas começou a retornar às aulas presenciais depois de um ano inteiro em que a tônica foi o isolamento social, o fechamento de escolas e a destruição dos empregos das professoras. Frente ao desemprego, as circunstâncias eram favoráveis para a oferta de menores salários. Assim, no setor privado, em 2021, aumentou a concentração de profissionais ganhando até três SM: 83,1% dos que lecionavam em empresas educacionais (eram 71% em 2019), 58,9% dos que atuavam em entidades sem fins lucrativos (eram 50%) e 76,5% dos que trabalhavam em outras organizações (eram 65,7%) (Tabela 4).

É plausível afirmar, dessa forma, que os padrões de remuneração dos professores e professoras do ensino fundamental que lecionam no setor privado se degradaram após a pandemia, com a maior concentração de profissionais ganhando até três SM.

Tabela 4 – Professores do Ensino Fundamental: remuneração média mensal⁽¹⁾ por tipo de estabelecimento. Brasil, 2019 e 2021*

2019						
Faixa remuneração média mensal (SM)	Natureza jurídica do estabelecimento				Total (No. Abs)	Total %
	Poder público %	Empresas %	Entidades s/ fins lucrativos %	Pessoa física e outras organizações %		
ATÉ 3 SM	46,6	71,3	50,0	65,7	768.329	48,0
3,1 a 5 SM	32,5	15,0	26,8	23,1	502.908	31,4
5,1 a 10 SM	16,7	7,7	17,8	9,2	261.507	16,3
10,1 SM e mais	3,6	1,8	4,3	0,1	56.920	3,6
Sem informação/Não classificado	0,5	4,3	1,2	1,9	12.160	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	1.601.824	100,0
2021						
ATÉ 3 SM	42,0	83,1	58,9	76,5	839.580	47,1
3,01 a 5 SM	36,5	9,6	23,4	16,2	588.418	33,0
5,01 a 10 SM	18,1	3,3	13,1	4,5	290.374	16,3
10,1 SM e mais	3,0	0,0	3,2	0,1	49.218	2,8
Sem informação/Não classificado	0,4	3,3	1,4	2,8	13.399	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	1.780.989	100,0

Fonte: Rais – MTP.

(1) Em salários mínimos: SM.

* Séries estatísticas atualizadas (Nota Técnica de novembro de 2021, MTP).

Parte III

A movimentação
dos empregos das
professoras da
educação básica –
ensino fundamental
de janeiro de 2020 até
julho de 2022

1. 2020, 2021 E 2022: CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS MOVIMENTAÇÕES DE EMPREGO

O saldo da movimentação dos empregos no Brasil, em 2020, desenha o impacto da crise sanitária nas empresas e nos negócios: uma queda abrupta em março (295 mil postos de trabalho), abril (981 mil) e maio (outros 398 mil), totalizando o fechamento de aproximadamente 1 milhão e 600 mil empregos formais em três meses, segundo o Novo Caged, sendo abril o cenário mais dramático.¹⁶ Uma lenta recuperação se iniciou a partir de julho até o final do ano (cerca de 1 milhão e 200 mil empregos), mas sem reverter completamente a perda anterior. Os serviços sofreram as mais fortes perdas em face do isolamento social preconizado para o controle da pandemia de covid-19, sendo o único setor econômico a apresentar saldo negativo de empregos formais (-311 mil) no acumulado de janeiro a dezembro daquele ano.

As atividades educacionais integram os “serviços” e os empregos dos docentes também sofreram com a paralisação das atividades presenciais das escolas e com as repercussões da adoção do trabalho virtual via plataformas, *softwares* ou outros recursos da tecnologia da informação e da comunicação sobre eles.

Cabe levantar algumas questões de pesquisa neste momento:

- Durante o ano excepcional de 2020, com crise sanitária devida à covid-19, escolas fechadas e atividades docentes total ou parcialmente interrompidas por vários meses, como se comportou o emprego formal das professoras do EF?
- No segundo ano da pandemia, 2021, como flutuaram os empregos? Pode-se afirmar que 2021 foi o ano de saída da crise e recuperação de empregos desses docentes?
- E quanto ao primeiro semestre de 2022, quais são as tendências?

16 Painel de Informações do Novo Caged, dezembro 2022, p. 2: Consulta ano 2020 em 9/2/2023: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Dez2022/2-apresentacao.pdf

Neste tópico discutiremos a movimentação geral dos empregos das professoras do ensino fundamental contratadas pela CLT, trabalhando em escolas particulares e públicas, e sua caracterização segundo variáveis selecionadas.¹⁷

As tabelas 5, 6, 7 e 8 detalham a movimentação dos empregos dos professores do EF e permitem a comparação entre 2020, 2021 e 2022.

Em primeiro lugar, a Tabela 5 dimensiona a importante perda de postos de trabalho desses professores em 2020 (-2.138) e 2021 (-3.715) e a forte recuperação (9.672) entre janeiro e julho de 2022. As crises sanitária e dos empregos tiveram, portanto, longa duração para as professoras do EF. De forma geral, observaram-se saldos negativos maiores em 2021, comparativamente a 2020, seja no total ou segundo os grupos de funções (famílias ocupacionais), as regiões do Brasil, o tamanho do estabelecimento, o sexo, a raça/cor e a faixa etária.

Tabela 5 – Saldo de empregos⁽¹⁾ dos professores do Ensino Fundamental. Brasil, jan/2020 a jul/2022*

	2020	2021	2022*
Total de Professores do Ensino Fundamental	-2.138	-3.715	9.672
Grupos de funções (famílias ocupacionais)			
Profs nível superior EF (1a a 4a)	-1.249	-2.069	4.590
Profs nível superior EF (5a a 8a)	-44	-340	2.792
Profs de nível médio do EF	-604	-1.404	1.921
Profs leigos no EF	-61	98	369
Regiões do Brasil			
Norte	-4	-9	384
Nordeste	-818	-1.219	2.414
Sudeste	-774	-3.518	4.700
Sul	-368	-118	1.344
Centro-oeste	-174	-118	830
Tamanho do estabelecimento (no. de vínculos de emprego)			
1 a 9	63	242	1.186
10 a 49	-1.778	-2.194	4.057
50 a 99	-784	-1.538	1.663
100 a 249	-230	-995	731
250 e mais	-66	-131	535
Sexo			
Masculino	434	-160	2.767
Feminino	-2.572	-3.555	7.116
Raça/cor			
branca	-1.700	-3.071	3.559
negra	-490	-1.204	2.595
amarela/indígena	-29	-52	45
Faixa etária			
até 25 anos	1.397	2.002	3.005
de 26 a 35 anos	331	-139	3.768
de 36 a 45 anos	-1.172	-2.235	2.602
de 46 a 55 anos	-1.593	-1.966	503
56 e mais	-1.101	-1.377	-221

Fonte: MTP/Novo Caged.

(1) Saldo de empregos: admissões – desligamentos.

* Até julho.

17 Vide Metodologias, tópico 2.

O ano de 2021 foi marcado pelo início da vacinação contra a covid-19 em 17 de janeiro e, na esfera da educação, pela implantação do ensino híbrido: a Seduc-SP determinou o retorno às aulas presenciais em fevereiro com a adoção do modo híbrido de ensino, o qual perdurou praticamente o ano todo, combinando aulas presenciais e remotas, síncronas e assíncronas.¹⁸ A rede particular implantou antes o ensino híbrido, já no segundo semestre de 2020. Apesar das boas expectativas quanto à evolução da pandemia, a esperança de recuperação dos empregos não se concretizou. Ao contrário, em 2021 as dispensas foram ainda mais numerosas. Em 2022, com grande parte da população com o esquema vacinal básico completo, ocorreram o retorno às aulas presenciais e a recontração do professorado em ritmo acelerado: só no primeiro semestre o saldo entre admissões e desligamentos foi positivo, da ordem de 9.672 empregos. A recuperação dos empregos (saldos positivos) foi particularmente intensa para os docentes que foram mais duramente atingidos pelo corte de vagas em 2021, num movimento claro das escolas para atender ao retorno da demanda.

A HETEROGENEIDADE DOS EFEITOS DA PANDEMIA ENTRE O PROFESSORADO

Os cortes de empregos das professoras do EF não se deram de forma homogênea. As docentes do primeiro ciclo do ensino fundamental, ou ciclo básico, que lecionam da 1ª à 4ª série sofreram mais do que os outros: saldo negativo de -1.249 postos de trabalho em 2020 e -2.069 em 2021. Em contrapartida, em 2022, foram deles a maior marca de saldos positivos nos empregos: 4.590. Para as professoras do ciclo autoral do ensino fundamental (5ª a 8ª série), tais resultados corresponderam a -44 em 2020, -340 em 2021 e 2.792 em 2022 e, para as professoras com formação de nível médio (curso normal) para os mesmos anos: -604, -1.404, 1.921, respectivamente. Fica claro que os efeitos deletérios da pandemia foram mais intensos para as professoras do ciclo básico do EF, tanto aquelas com formação no ensino superior como no nível médio (Tabela 5).

A intersecção dessas famílias ocupacionais com algumas características demográficas do professorado ajuda a caracterizar os postos de trabalho eliminados. Por exemplo, os maiores saldos negativos se verificaram entre as professoras e não entre os professores. Elas viram fechar -2.572 empregos em 2020 e -3.555 em 2021 (Tabela 5). Os professores, por sua vez, tiveram saldo positivo de 434 empregos no primeiro ano e -160 em 2021. São mulheres, lembre-se, a maioria quase absoluta dos docentes que ministram aulas da 1ª à 4ª série. De fato, em 2021, dos 3.555 postos perdidos pelas professoras, 3.202 ou 90% deles eram no ciclo básico (56% entre professoras com nível superior lecionando de 1ª a 4ª série e 34% entre as professoras com formação em nível médio) (Tabela 6).

18 Nas aulas síncronas, o professor transmitia o conteúdo ao vivo para os alunos conectados. Nas aulas assíncronas, o professor fazia gravação das aulas que eram transmitidas por plataformas sem necessidade de interação em tempo real, quer dizer, sem alunos presentes em sala.

A maioria do professorado é da raça/cor branca e, em 2020 e 2021, registraram-se entre os brancos os maiores cortes de postos de trabalho: -1.700 e -3.701, respectivamente. Comparativamente, postos de trabalho ocupados por professores da raça negra (pretos e pardos) sofreram cortes menores: -490 em 2020 e -1.204 em 2021. Entre indígenas e amarelos, contingente reduzido quando comparado aos das outras raças, os saldos negativos foram, respectivamente, -29 e -52 (Tabela 5). A recuperação dos empregos foi forte em 2022 tanto para brancos como para negros: até julho, os saldos positivos chegaram a 3.559 e 2.595 empregos, respectivamente. A Tabela 7 confirma que a eliminação de empregos foi mais profunda entre as professoras do ciclo básico do ensino fundamental (de 1ª a 4ª série) tanto em 2020 como em 2021 e, ao mesmo tempo, evidencia que a raça/cor do professor ou professora não foi um traço determinante para a dispensa, mas sim o ciclo do EF em que lecionava.

No que tange à idade, os grupos etários atingidos com cortes de empregos no primeiro ano da pandemia foram os mais maduros: -1.172 na faixa de 36 a 45 anos, -1.593 na de 46 a 55 anos e -1.101 entre os que tinham 56 anos ou mais (Tabela 5). Em 2021, as perdas de postos de trabalho foram mais intensas do que no ano anterior e recaíram sobre as mesmas faixas etárias (-2.235, -1.966 e -1.377, respectivamente) e em muito menor proporção entre jovens professores de 26 a 35 anos (-139). Em 2022, a recuperação dos empregos favoreceu professores de todas as faixas, com exceção dos mais velhos, pois o saldo continuou negativo para aqueles que tinham 56 anos ou mais (-221). Ressalte-se que durante os dois anos e meio de pandemia aqui analisados a única faixa etária que manteve saldos positivos de empregos foi a muito jovem, com até 25 anos: 1.397 em 2020, 2.002 em 2021 e 3.005 de janeiro a julho de 2022 (Tabela 5). Em outras palavras, o fechamento de escolas por quase um ano e a adoção maciça de tecnologias da educação na prática docente expulsou do mercado de trabalho aquelas professoras mais maduras, ao mesmo tempo que favoreceu a admissão das muito jovens, com até 25 anos. A Tabela 8 detalha os saldos positivos e negativos dos empregos segundo os ciclos do EF, referendando ainda uma vez a impressionante eliminação de postos de trabalho das professoras do ciclo básico. Além disso, a tabela evidencia uma prática conhecida e perversa do mercado de trabalho: a dispensa dos mais velhos que, em geral, ganham mais e sua substituição por profissionais mais jovens e menos custosos. Em 2020, foram fechados 3.866 empregos para professoras do EF que tinham 36 anos ou mais enquanto se criavam 1.728 postos para os mais jovens, resultando num saldo negativo de 2.138 (Tabela 8). Em 2021, 5.578 empregos foram eliminados para as professoras naquela faixa etária, sendo -2.235 para as que tinham entre 36 e 45 anos, -1.966 para os de 46 a 55 anos e -1.377 para aquelas de 56 anos ou mais. Na outra ponta, foram empregados 2.002 jovens com até 25 anos. Na recuperação do primeiro semestre de 2022, a tendência de maior contratação dos mais jovens persistiu: entre 9.878 empregos criados, 68,6% foram para as faixas de até 25 anos e de 26 a 35 anos.

Voltando à Tabela 5, as regiões Nordeste e Sudeste cortaram mais postos de trabalho em 2020 e particularmente em 2021 (saldo negativo anual de -1.219 e -2.251, respectivamente),

uma vez que suas redes de ensino são maiores do que as demais regiões. Em 2022 o Sudeste, o Nordeste e o Sul apresentaram, nessa ordem, saldos positivos mais altos, indicativo da intensidade maior de contratações frente aos desligamentos.

As escolas de pequeno e médio portes, entre 10 e 99 empregados, foram as mais vulneráveis à crise. A situação foi ainda mais aguda nas menores, com 10 a 49 empregados, cujo saldo entre admissões e demissões foi -1.778 em 2020 e -2.194 em 2021 (Tabela 5). O corte de empregos mais profundo sugere que essas escolas se mantiveram abertas em 2020, mas não tiveram condições de continuar em 2021. Elas fecharam unidades, dispensaram as professoras e/ou se valeram de recursos tecnológicos e computacionais em suas atividades didáticas, diminuindo o número de professoras.

Tabela 6 – Saldo de empregos⁽¹⁾ de docentes do Ensino Fundamental por família ocupacional e sexo. Brasil, 2020, 2021 e 2022*

2020			
Família ocupacional	Homem	Mulher	Total
2312 - Profs nível superior EF (1a a 4a)	306	-1.735	-1.429
2313 - Profs nível superior EF (5a a 8a)	93	-137	-44
3312 - Profs de nível médio do EF	33	-637	-604
3321 - Profs leigos no EF	2	-63	-61
Total	434	-2.572	-2.138
2021			
2312 - Profs nível superior EF (1a a 4a)	-58	-2.011	-2.069
2313 - Profs nível superior EF (5a a 8a)	105	-445	-340
3312 - Profs de nível médio do EF	-213	-1.191	-1.404
3321 - Profs leigos no EF	6	92	98
Total	-160	-3.555	-3.715
2022*			
2312 - Profs nível superior EF (1a a 4a)	794	3.796	4.590
2313 - Profs nível superior EF (5a a 8a)	1.266	1.526	2.792
3312 - Profs de nível médio do EF	471	1.450	1.921
3321 - Profs leigos no EF	25	344	369
Total	2.556	7.116	9.672

Fonte: MTP/Novo Caged.

(1) Saldo de empregos: admissões – desligamentos.

* Até julho.

Tabela 7 – Saldo de empregos⁽¹⁾ de docentes do Ensino Fundamental por raça/cor e família ocupacional. Brasil, 2020, 2021, 2022*

2020					
Família ocupacional	Branco	Negro**	Amarelo/ indígena	Não informado	Total***
2312 - Profs nível superior EF (1a a 4a)	-1.084	-329	-22	100	-1.335
2313 - Profs nível superior EF (5a a 8a)	-134	-2	-4	140	0
3312 - Profs de nível médio do EF	-468	-123	-4	30	-565
3321 - Profs leigos no EF	-14	-36	1	-8	-57
Total	-1.700	-490	-29	262	-1.957
2021					
2312 - Profs nível superior EF (1a a 4a)	-1.681	-654	-15	370	-1.980
2313 - Profs nível superior EF (5a a 8a)	-503	-140	-20	348	-315
3312 - Profs de nível médio do EF	-944	-435	-14	5	-1.388
3321 - Profs leigos no EF	57	25	-3	19	98
Total	-3.071	-1.204	-52	742	-3.585
2022*					
2312 - Profs nível superior EF (1a a 4a)	1.497	1.280	29	1.801	4.607
2313 - Profs nível superior EF (5a a 8a)	1.274	621	7	893	2.795
3312 - Profs de nível médio do EF	653	578	7	691	1.929
3321 - Profs leigos no EF	135	116	2	116	369
Total	3.559	2.595	45	3.501	9.700

Fonte: MTP/Novo Caged.

(1) Saldo de empregos: admissões – desligamentos.

* Até julho; ** pretos+pardos; *** incluídos "não informado".

Tabela 8 – Saldo de empregos⁽¹⁾ de docentes do Ensino Fundamental, segundo família ocupacional e faixa etária. Brasil, 2020, 2021, 2022*

2020						
Família ocupacional	Até 25	26 a 35	36 a 45	46 a 55	56 ou +	Total
2312 - Profs nível superior EF (1a a 4a)	664	-44	-706	-782	-561	-1.429
2313 - Profs nível superior EF (5a a 8a)	484	365	-146	-441	-306	-44
3312 - Profs de nível médio do EF	229	29	-281	-353	-228	-604
3321 - Profs leigos no EF	20	-19	-39	-17	-6	-61
Total	1.397	331	-1.172	-1.593	-1.101	-2.138
2021						
2312 - Profs nível superior EF (1a a 4a)	921	-162	-1.206	-982	-640	-2.069
2313 - Profs nível superior EF (5a a 8a)	693	233	-399	-451	-416	-340
3312 - Profs de nível médio do EF	311	-233	-640	-527	-316	-1.405
3321 - Profs leigos no EF	77	23	10	-6	-5	99
Total	2.002	-139	-2.235	-1.966	-1.377	-3.715
2022						
2312 - Profs nível superior EF (1a a 4a)	1.359	1.707	1.328	275	-90	-90
2313 - Profs nível superior EF (5a a 8a)	889	1.167	663	135	-64	-64
3312 - Profs de nível médio do EF	563	793	546	84	-67	-67
3321 - Profs leigos no EF	194	101	65	9	0	0
Total	3.005	3.768	2.602	503	-221	9.657

Fonte: MTP/Novo Caged.

(1) Saldo de empregos: admissões – desligamentos.

* Até julho.

2. 2020, 2021 E 2022: AS FLUTUAÇÕES MENSAS DOS EMPREGOS

Este item detalha as flutuações mensais dos empregos das professoras do EF para os anos estudados. A análise contempla a visão ampliada das movimentações desde janeiro de 2020 até julho de 2022, seguida do detalhamento para cada ano. Para fazer jus à heterogeneidade presente no professorado do EF, as flutuações dos empregos das professoras são analisadas segundo as famílias ocupacionais ou grupos de funções desempenhadas, as regiões geográficas, o sexo, a raça/cor e as faixas etárias das profissionais e o tamanho do estabelecimento em que ministram suas aulas. Se as tendências acima descritas permanecem as mesmas, os gráficos mensais permitem apontar com precisão sua ocorrência temporal.

A representação gráfica foi a estratégia escolhida por facilitar a visualização das flutuações e para melhor aquilatar o impressionante impacto da pandemia nos empregos dessas professoras.

Um esclarecimento preliminar deve ser feito quanto ao Novo Caged, que é uma base de dados de atualização contínua, informada obrigatoriamente ao Ministério do Trabalho pelas empresas, toda vez que houver admissões e desligamentos em seus quadros de funcionários. Ao final de cada ano, no mês de dezembro, são ajustados os registros. Isto é, empresas que não tinham informado antes ou tinham cometido erros nos lançamentos fazem correções em dezembro. Como se verá nos gráficos, esse mês apresenta pontos de inflexão negativos abruptos porque incorpora ajustes de declarações imprecisas ou não realizadas anteriormente. Foi por essa razão que se optou por não incorporar aquele mês nas análises, bem como retirá-lo (e às vezes janeiro) dos gráficos de cada ano, permitindo a visualização das flutuações dos outros meses com maior clareza.

SALDOS MENSAIS DOS EMPREGOS DAS PROFESSORAS DO EF, 2020 A 2022

Os gráficos 1, 1.1, 1.2 e 1.3 esclarecem os movimentos ocorridos no emprego do conjunto das professoras contratadas pela CLT que trabalhavam nos setores privado e público.

O primeiro ano da pandemia foi o mais impactante e se encerrou com saldo negativo de -2.138 empregos, como se viu anteriormente (Tabela 5). Nas escolas particulares costuma-se adotar um padrão de contratações no começo dos semestres seguido de desligamentos ao final deles, promovendo uma importante rotatividade dessa mão de obra. Em outras palavras, esses estabelecimentos não vislumbram a manutenção dos profissionais em seus quadros de forma permanente.

Esse movimento fica evidente quando se observa a contratação de 5.800 professores em fevereiro de 2020 e 1.319 em março, já no início da crise sanitária; a partir daí os saldos negativos se sucedem e se acentuam entre maio e agosto (Gráfico 1).

No segundo ano da pandemia, 2021, a perda foi ainda maior: -3.715 empregos no cômputo geral (Tabela 5). Além disso, a especificidade desse ano foi a instabilidade no mercado de trabalho, marcado por altos e baixos (Gráfico 1). Um pico de saldo positivo nos empregos em fevereiro (2.794) – embora em proporções muito inferiores à registrada em fevereiro de 2020, mês que antecedeu a crise sanitária – anunciava uma retomada que não aconteceu. Março e agosto também foram meses em que os saldos positivos nos empregos foram mais consistentes. Esses movimentos podem ser explicados pela necessidade de atendimento da demanda – os alunos que voltavam parcialmente às aulas presenciais – e também pela própria dinâmica de contratações desse segmento, que como se viu, opta por demitir no final do semestre e contratar no início do próximo. Essa mesma dinâmica pode explicar os saldos negativos no meio do ano (-581 em junho; -549 em julho) e em novembro (-545).

Em 2022 nota-se a forte retomada dos empregos, com saldo positivo no semestre de janeiro a julho, da ordem de 9.672 empregos (Tabela 5). Por mês, observou-se saldo positivo de 6.976 empregos em fevereiro, retomando a contratação cíclica dos professores CLT do ensino fundamental (Gráfico 1). Os saldos continuaram positivos até maio e passaram a negativos nos outros dois meses, final de semestre. Portanto, pode-se afirmar que a situação tendeu a se normalizar nesse semestre, tanto pela recorrência de saldos positivos de empregos, como pelos volumes de oferta de emprego.

O Gráfico 1 ilustra a movimentação dos empregos nos dois anos e meio em análise. Os gráficos 1.1, 1.2 e 1.3 mostram movimentos de admissões e desligamentos para cada um dos anos, bem como a linha dos saldos de empregos.

Gráfico 1 – Saldo de empregos dos professores do ensino fundamental (EF): 2020 a 2022¹⁹

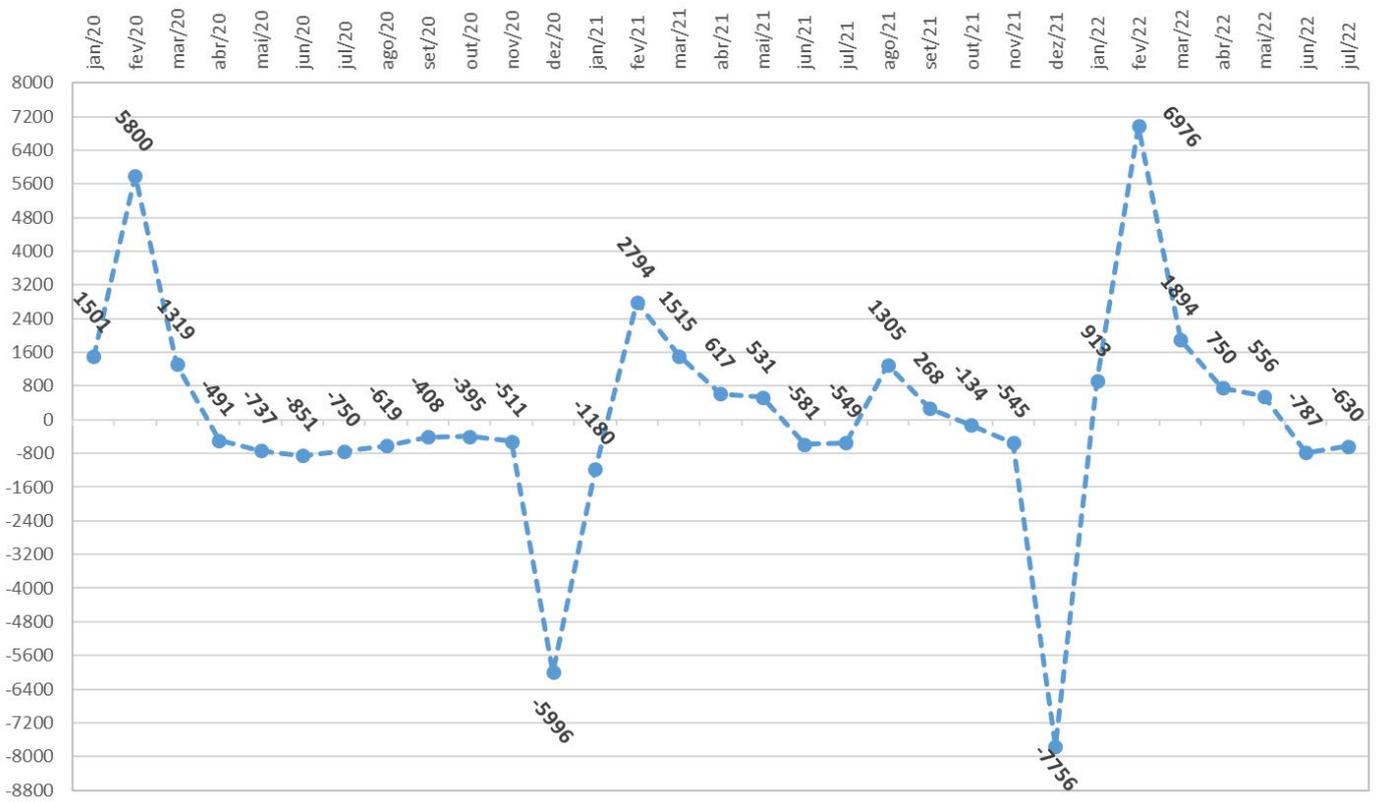
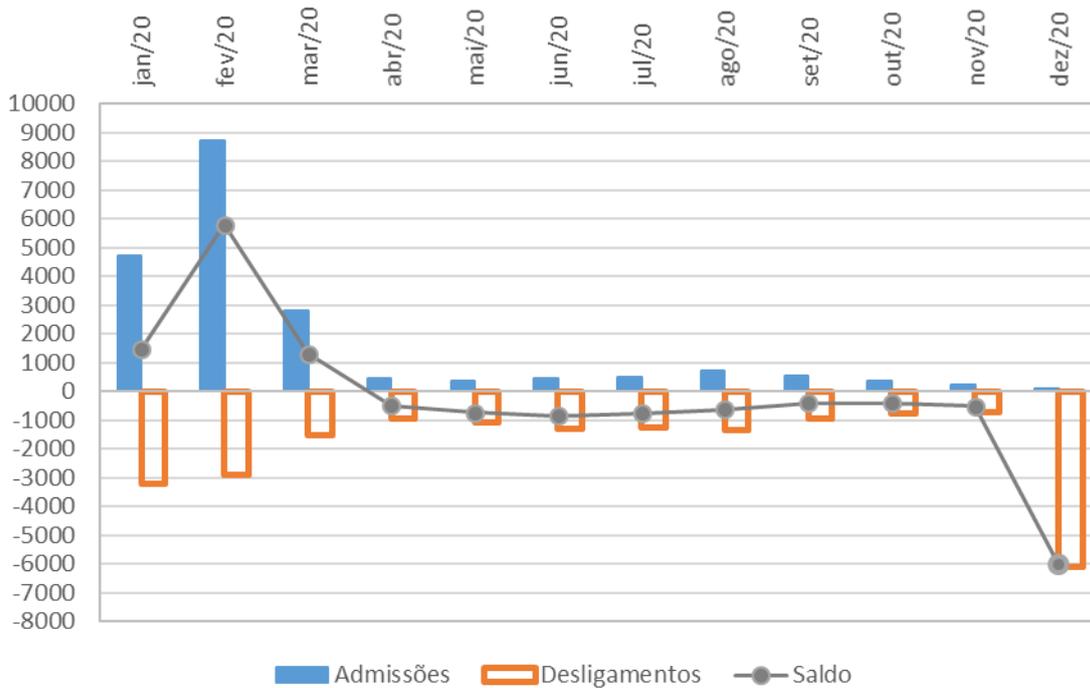


Gráfico 1.1 – Evolução dos empregos dos professores do EF: admissões, desligamentos e saldo – 2020



19 Todos os gráficos foram elaborados com base nos microdados do Novo Caged/MTP.

Gráfico 1.2 – Evolução dos empregos dos professores do EF: admissões, desligamentos e saldo – 2021

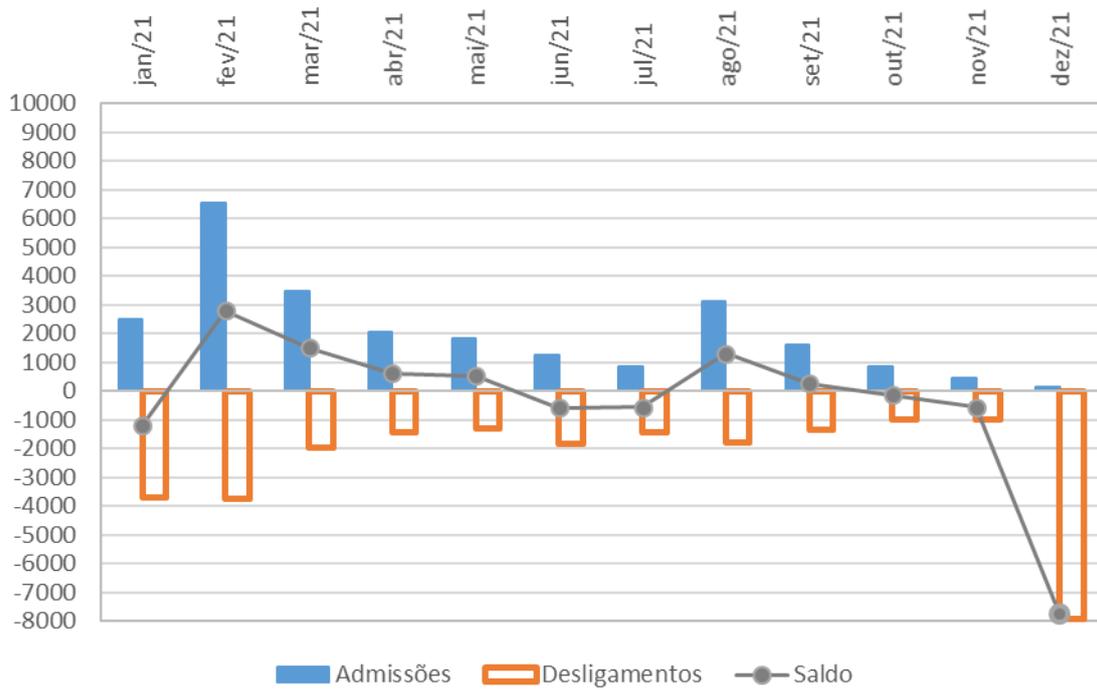
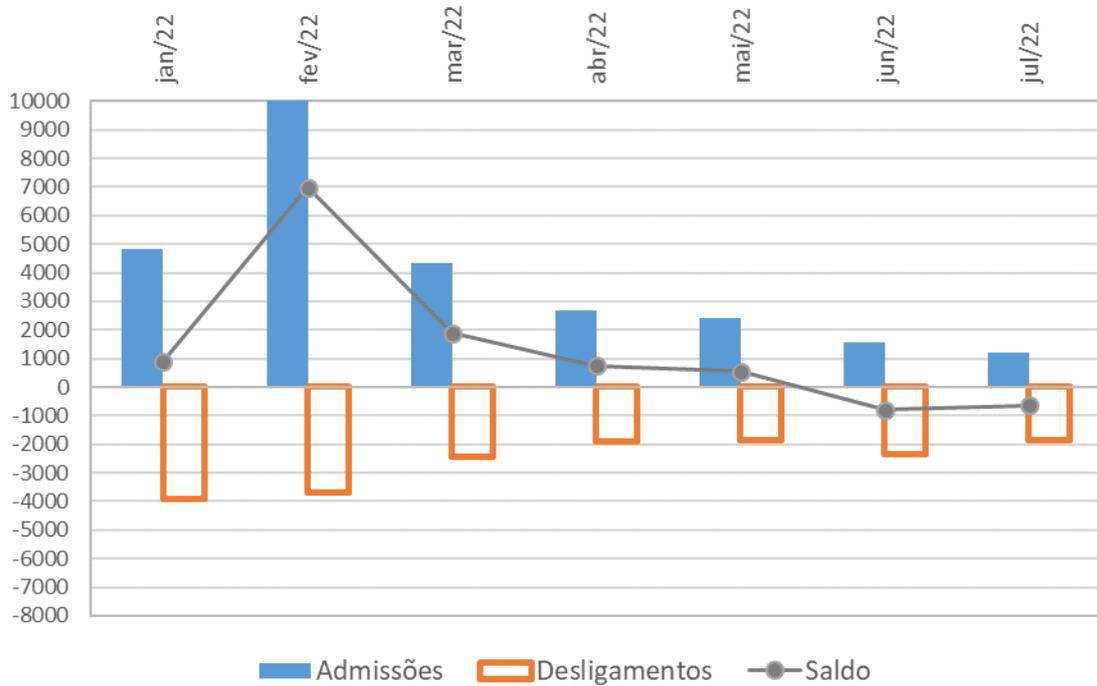


Gráfico 1.3 – Evolução dos empregos dos professores do EF: admissões, desligamentos e saldo – 2022



SALDOS MENSAIS DOS EMPREGOS DAS PROFESSORAS SEGUNDO FAMÍLIAS OCUPACIONAIS OU GRUPOS DE FUNÇÕES: PROFESSORAS DE 1ª A 4ª SÉRIE COM NÍVEL SUPERIOR, COM NÍVEL MÉDIO, PROFESSORAS DE 5ª A 8ª SÉRIE COM NÍVEL SUPERIOR E PROFESSORAS LEIGAS

Como se viu, a flutuação dos empregos segundo famílias ocupacionais durante os dois anos e meio em análise destacou a heterogeneidade de situações por que passaram as professoras do EF (Tabela 5 e Gráfico 2). O ciclo do ensino fundamental em que lecionavam foi a variável que conduziu a uma maior ou menor queima de empregos. Os docentes do ciclo básico do EF, da 1ª à 4ª série, com formação universitária ou de nível médio foram mais atingidos pelo desemprego do que os demais. Entre esses docentes foram registrados os maiores saldos negativos em 2020 (-1.853, sendo -1.249 para os com nível superior e -604 para os normalistas) e principalmente em 2021 (-3.473) – -2.069 entre os com formação universitária e -1.404 para aqueles com nível médio (consulte Tabela 5)

Para os docentes desse ciclo, em 2020, os saldos negativos começaram a ser registrados em abril (-267), mantendo-se assim até o final do ano (Gráfico 2). Os piores meses foram junho e julho, quando foram eliminados, respectivamente, 422 e 436 postos de trabalho (Gráfico 2.1).

Observa-se que os empregos das professoras do denominado ciclo autorral (5ª a 8ª séries do EF) também evoluíram negativamente, mas em proporções bem menores que aquelas das suas colegas do ciclo básico.

Em 2021, com a instabilidade do mercado de trabalho, todas as famílias ocupacionais viram a situação oscilar entre expansão e retração (Gráfico 2). Os que lecionavam de 1ª a 4ª série tiveram picos de saldos positivos (1.276 em fevereiro, 805 em março, 265 em abril e 288 em maio) e saldos negativos em junho e julho (Gráfico 2.2). Expansão e retração em nível assemelhado também foram observadas entre os que lecionavam da 5ª à 8ª série e em menor proporção entre os normalistas.

A recuperação dos postos de trabalho em 2022 foi acentuada e ocorreu para todas as famílias ocupacionais (Gráfico 2), mas especialmente para as professoras de 1ª a 4ª série, justamente as que mais tinham perdido postos de trabalho nos dois anos anteriores: esses docentes tiveram um saldo positivo de 3.544 empregos em fevereiro, 841 em março, diminuindo a partir de então e apresentando escores negativos em junho (-395) e julho (-301). O Gráfico 2.3 demonstra mais claramente que, além dessa família ocupacional, a recuperação do primeiro semestre de 2022 também foi expressiva para as docentes de 5ª a 8ª série e, na sequência, para os normalistas.

As professoras leigas sofreram menos quando comparadas às que têm formação específica para lecionar e, ressalte-se, esse padrão se repetiu em toda a série histórica em análise. Destaque-se que elas representam um contingente proporcionalmente pequeno de docentes, sendo possível que essa seja a razão de tal tendência.

Gráfico 2 – Evolução do saldo de empregos dos professores do EF por famílias ocupacionais: jan/2020 a jul/2022

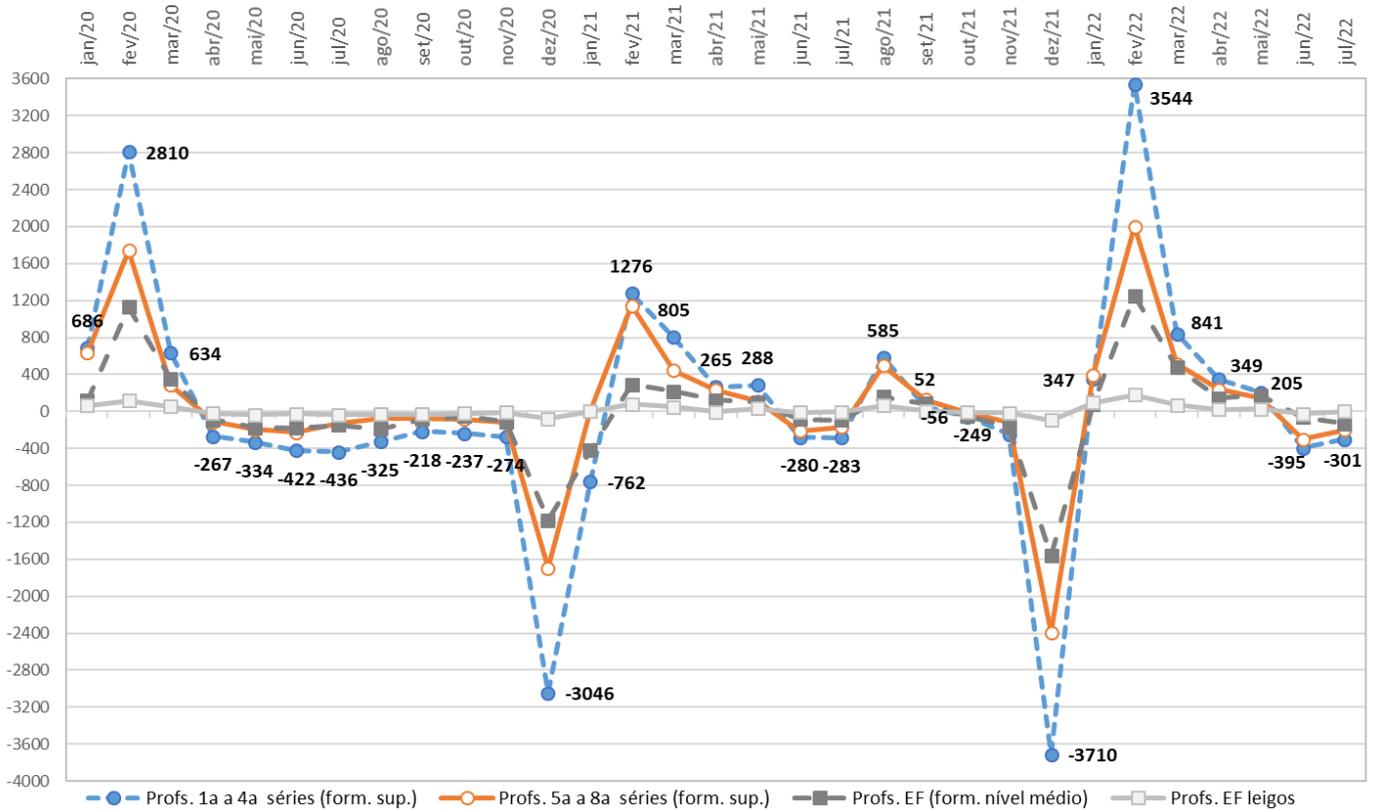


Gráfico 2.1 – Saldo de empregos dos professores do EF por famílias ocupacionais: fev a nov/2020

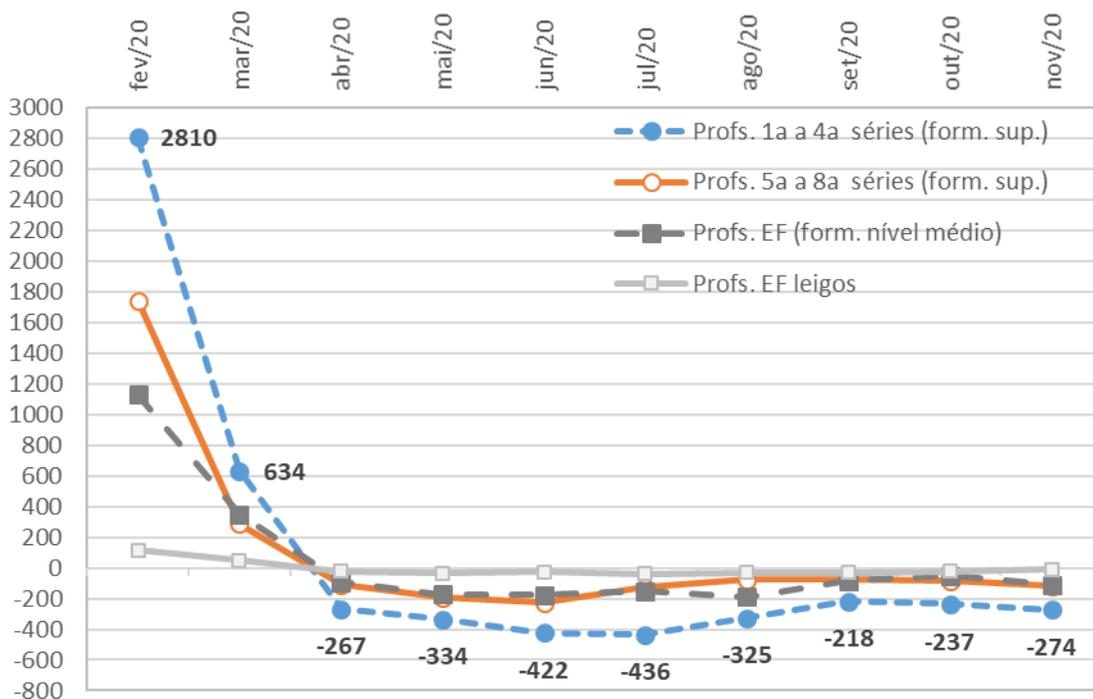


Gráfico 2.2 – Saldo de empregos dos professores do EF por famílias ocupacionais: jan a nov/2021

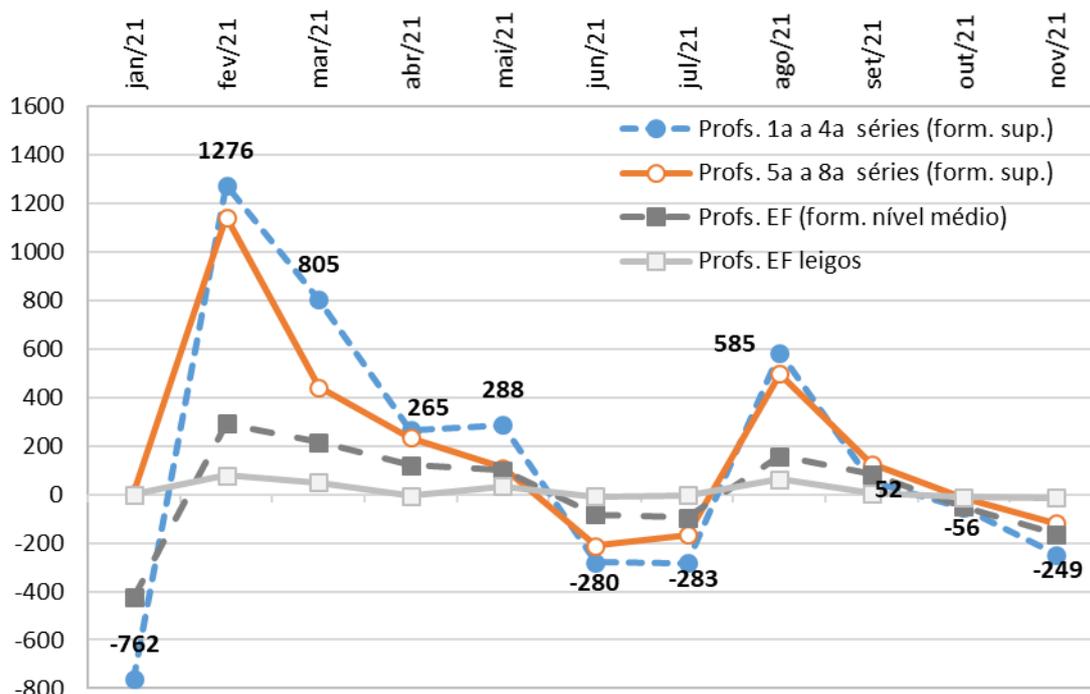
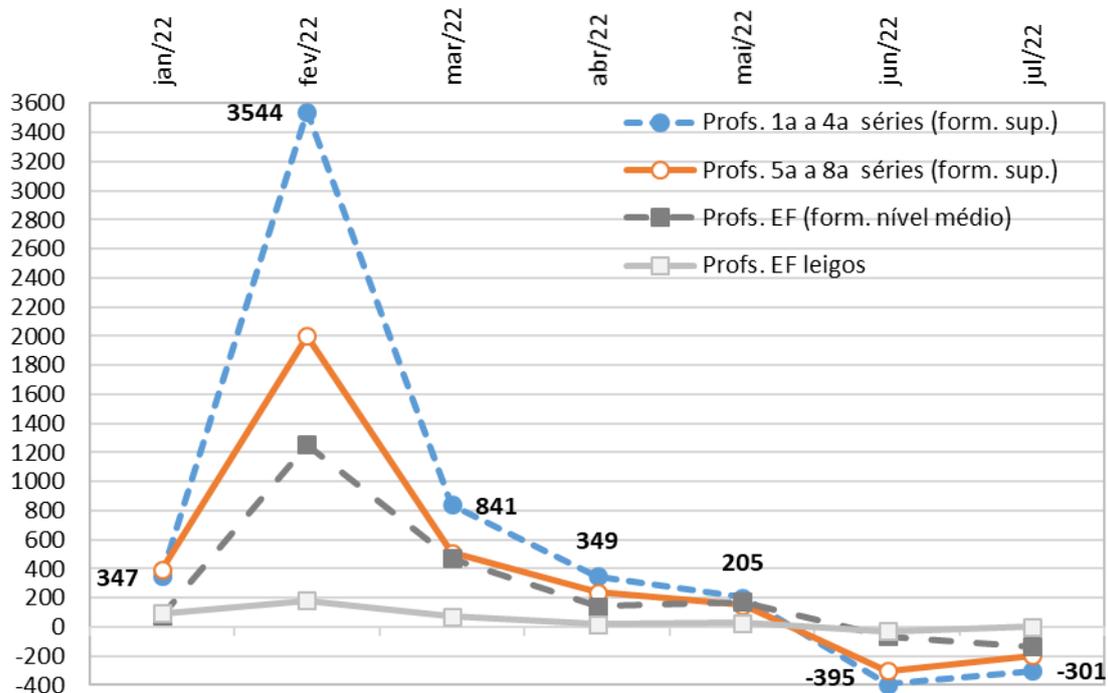


Gráfico 2.3 – Saldo de empregos dos professores do EF por famílias ocupacionais: jan a jul/2022



SALDOS MENSAIS DOS EMPREGOS DAS PROFESSORAS SEGUNDO A REGIÃO GEOGRÁFICA: NORTE, NORDESTE, SUDESTE, SUL, CENTRO-OESTE

No que tange à distribuição das perdas de emprego pelo território nacional, houve diferenças entre as regiões. Sudeste e Nordeste tiveram saldos negativos mais expressivos quando

comparados às demais regiões, possivelmente em função do tamanho de suas redes de ensino e do volume de alunos atendidos.

A Tabela 5 já indicava essa diferença: o Sudeste registrou saldo negativo em 2020 (-774) e 2021 (-3.518); o Nordeste teve saldo de -818 em 2020 e -1.219 no ano seguinte. O Norte foi menos impactado (-4 e -9 de saldos negativos em 2020 e 2021), seguido do Centro-Oeste e do Sul, nesta ordem.

O Gráfico 3 permite a visualização da heterogeneidade regional durante o período analisado, mês a mês, ressaltando a região Sudeste, que apresentou maiores saldos negativos de empregos em 2020. Percebe-se ainda que as curvas indicadas para o Centro-Oeste e o Sul demonstram que nessas regiões o impacto da crise sanitária foi menos severo, além de quase imperceptível no Norte – em consonância com os resultados da Tabela 5.

O Gráfico 3.1 detalha o movimento de fevereiro a novembro de 2020: o Sudeste apresenta resultado negativo desde março (-230), com a maior marca atingida em julho (-501) e continuando no negativo até novembro. O Gráfico 3.2 mostra os altos e baixos no mercado de trabalho em 2021, com picos de saldos positivos em fevereiro e agosto para todas as regiões, especialmente para o Sudeste. O ano de 2022 registrou a recuperação na oferta de emprego em todas as regiões, particularmente naquelas mais atingidas por corte – o Sudeste e o Nordeste – e um comportamento muito similar nas outras regiões, em que as movimentações entre admissões e desligamentos foram pequenas e/ou se aproximaram de zero (Gráfico 3.3).

Gráfico 3 – Saldo de empregos dos professores do EF por região: 2020 a 2022

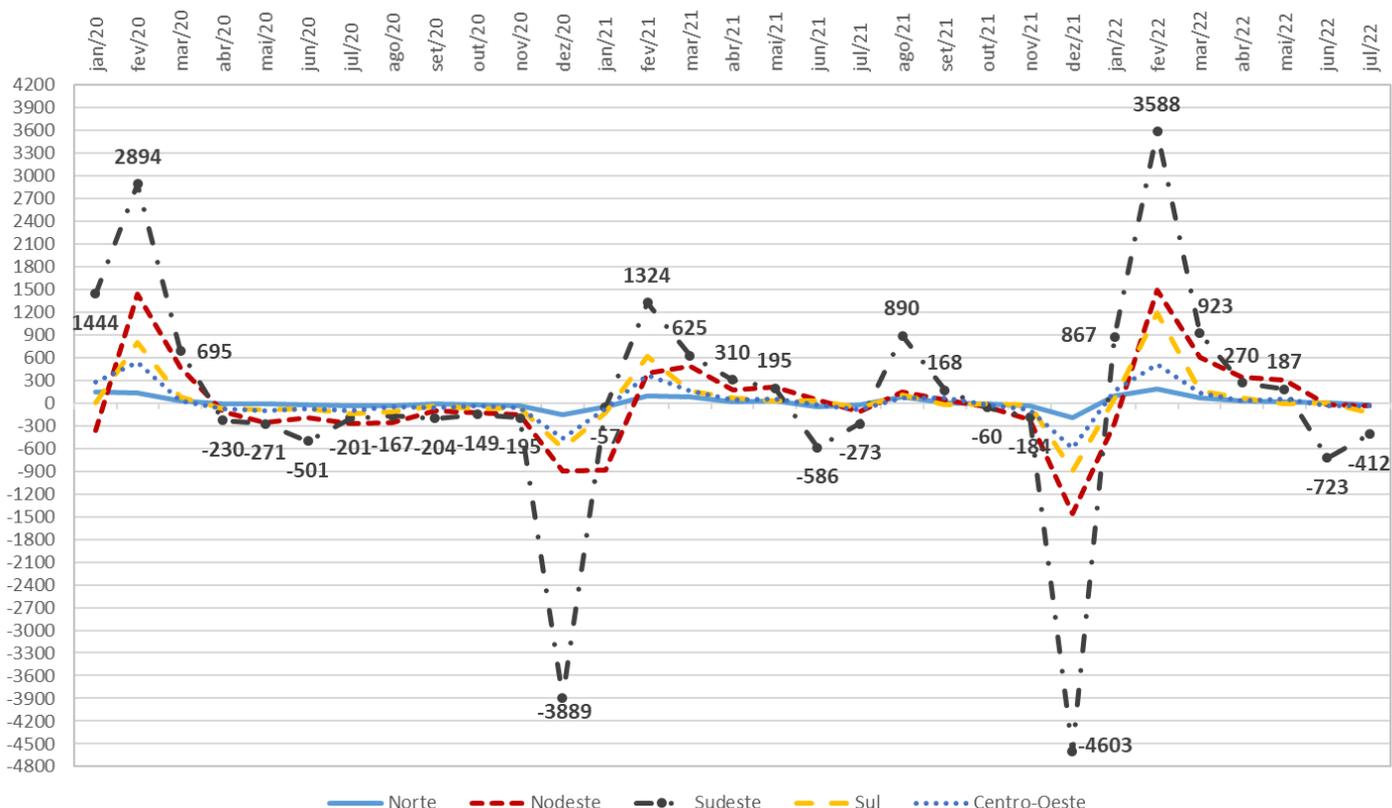


Gráfico 3.1 – Saldo de empregos dos professores do EF por região: fev a nov/2020

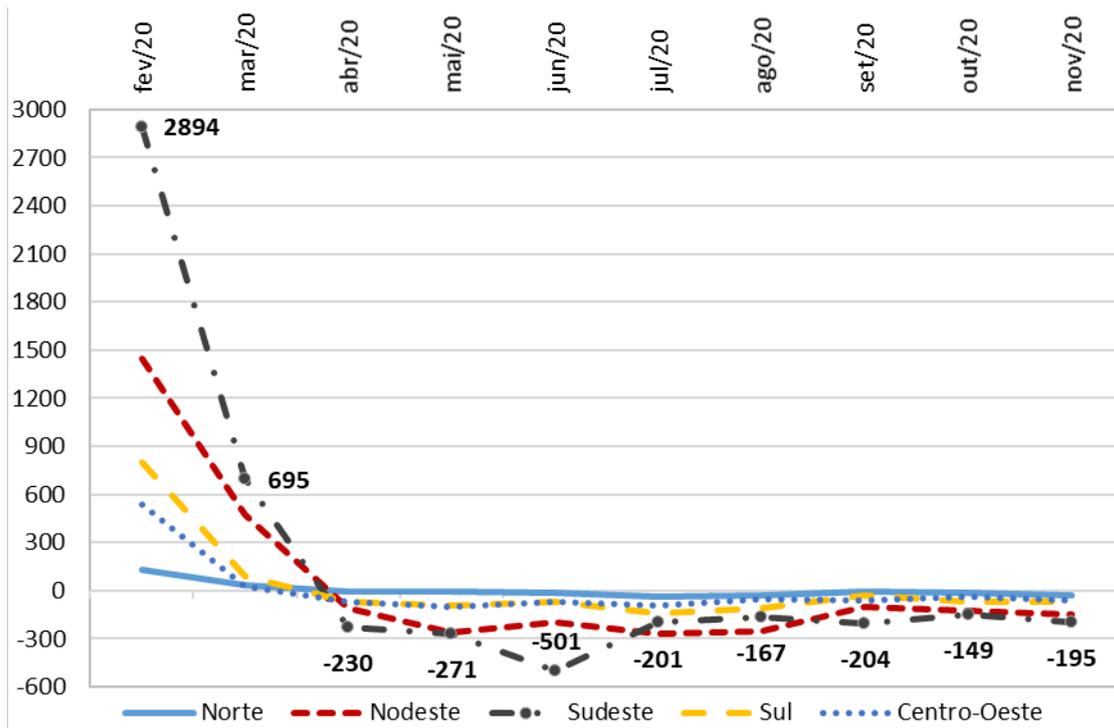


Gráfico 3.2 – Saldo de empregos dos professores do EF por região: jan a nov/2021

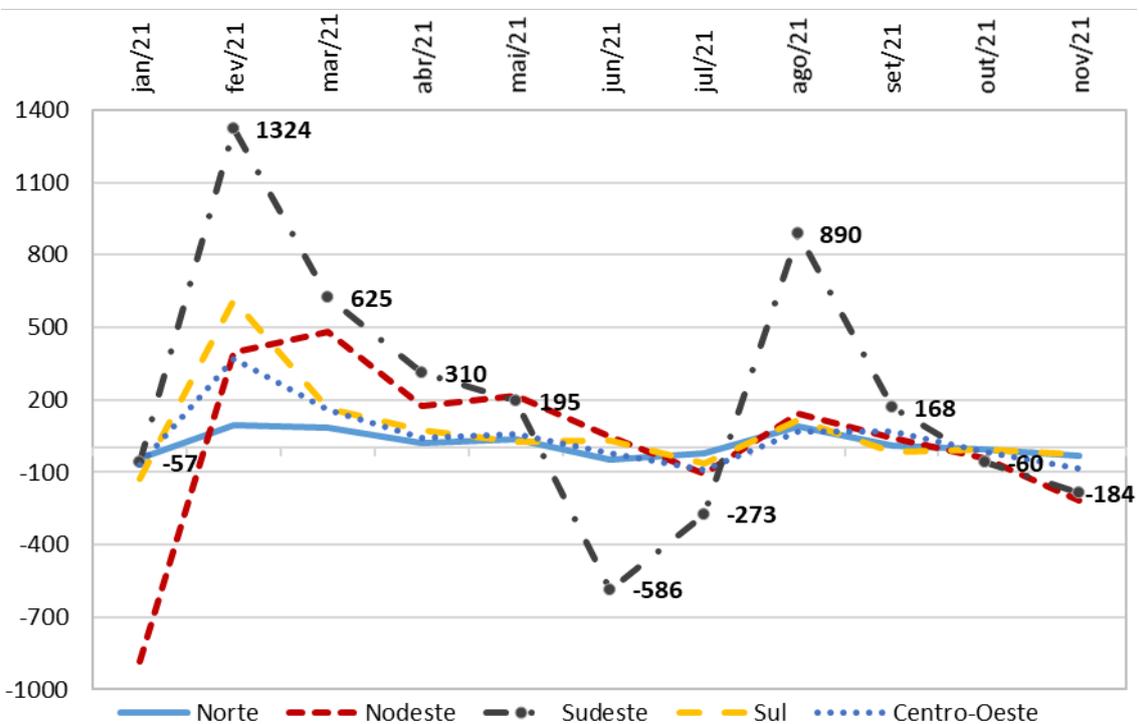
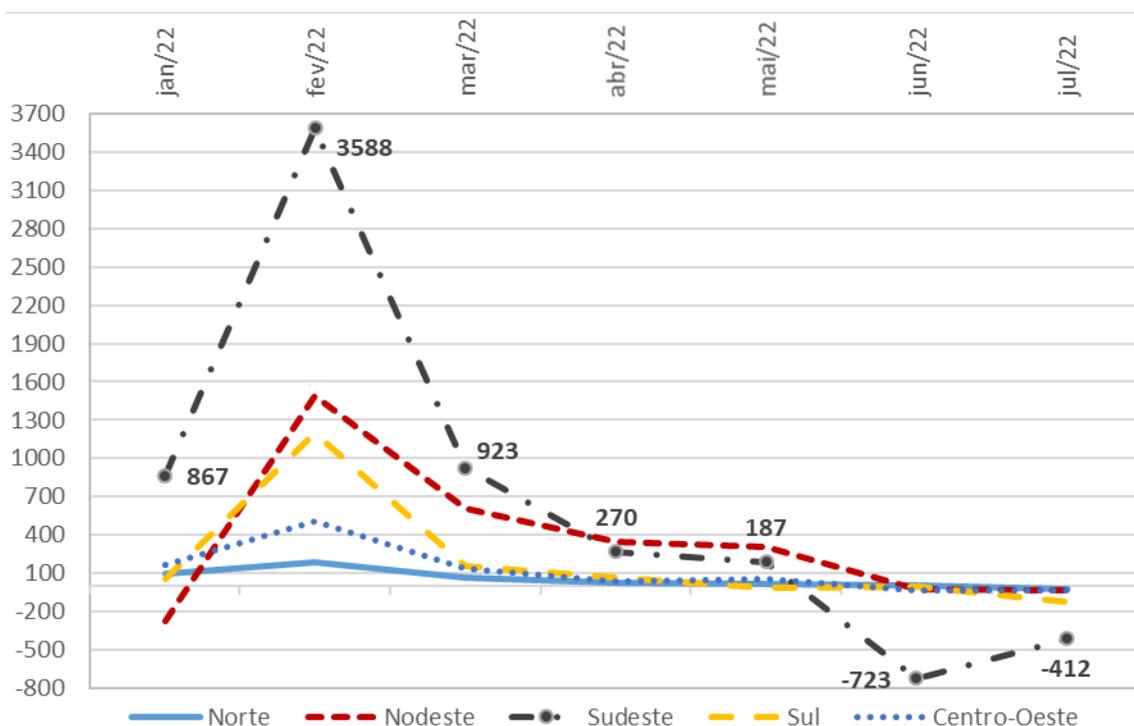


Gráfico 3.3 – Saldo de empregos dos professores do EF por região: jan a jul/2022



SALDOS MENSAIS DE EMPREGOS SEGUNDO TAMANHO DO ESTABELECIMENTO (NÚMERO DE VÍNCULOS)

Como já se demonstrou anteriormente, as escolas de pequeno porte (de 10 a 99 empregados) sofreram mais o impacto da crise sanitária, em particular aquelas menores, de 10 e 49 empregados (Tabela 5). O Gráfico 4 demonstra a diferenciação de efeitos entre as escolas de ensino fundamental segundo seu porte: enquanto as menores registraram saldos negativos mais acentuados, as de portes médio e grande (100 a 249 e 250 e mais empregados) tiveram melhores condições financeiras e administrativas para suportar as oscilações da demanda de alunos em 2020 e 2021, apresentando perfis menos instáveis e agudos entre as admissões e os desligamentos.

O Gráfico 4.1 mostra a quase estabilidade da situação nas escolas com 250 e mais empregados e a forte oscilação dos empregos naquelas com 10 a 49 funcionários: nestas, os saldos foram negativos em abril (-256), maio (-480), junho (-414) e assim por diante até novembro. Em 2021, houve forte recuperação de postos de trabalho em escolas desse porte entre fevereiro e maio e no mês de agosto, com escores negativos no meio e no final do ano (Gráfico 4.2).

A recuperação expressiva veio em 2022 (Gráfico 4.3) para todas as faixas, particularmente na de 10 a 49 empregados. Neste segmento o padrão de dispensa ao final do semestre se repetiu, com saldos negativos em junho (-483) e julho (-383).

Gráfico 4 – Saldo de empregos dos professores do EF por tamanho de estabelecimento (número de vínculos): 2020 a 2022

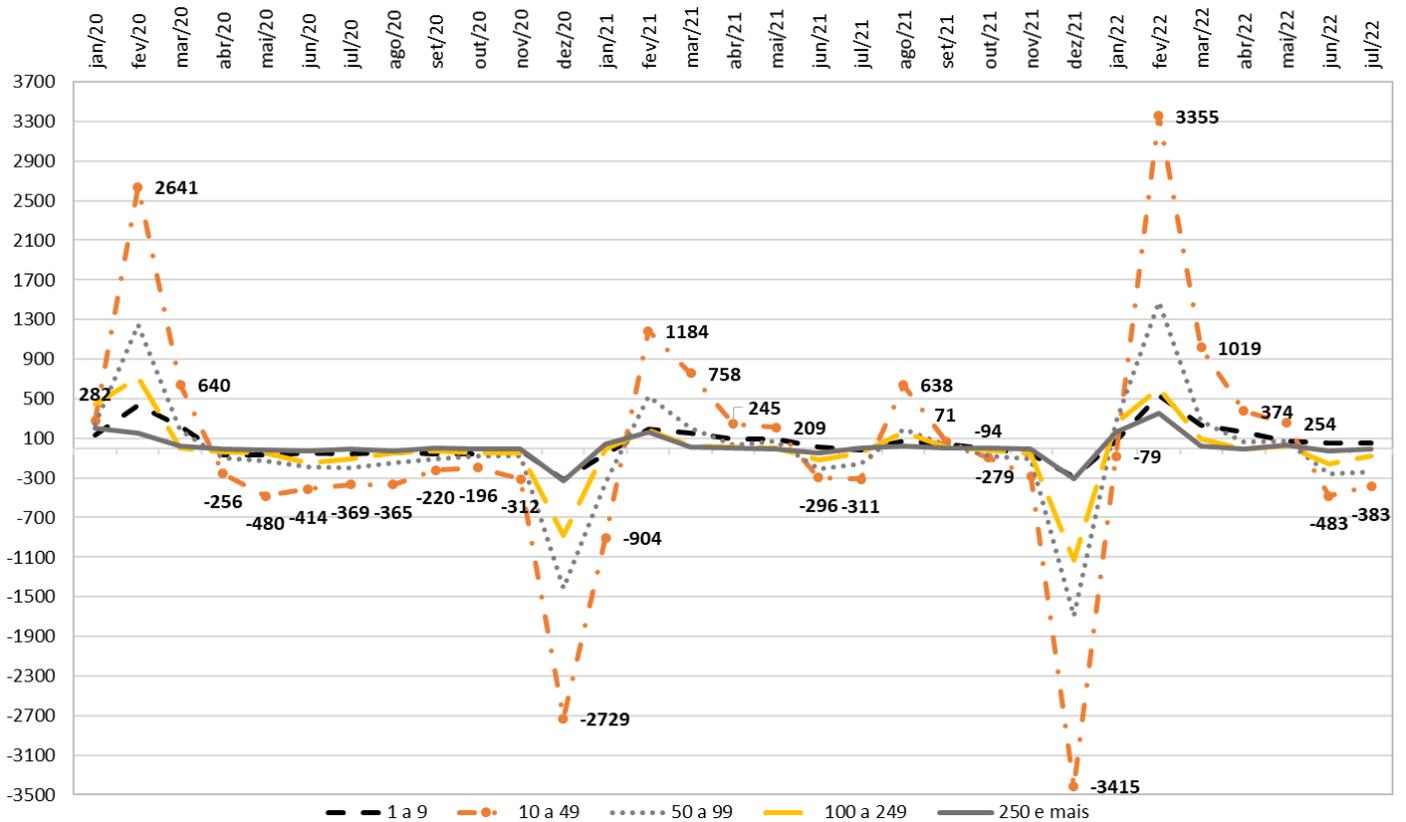


Gráfico 4.1 – Saldo de empregos por porte do estabelecimento (número de vínculos): jan a nov/2020

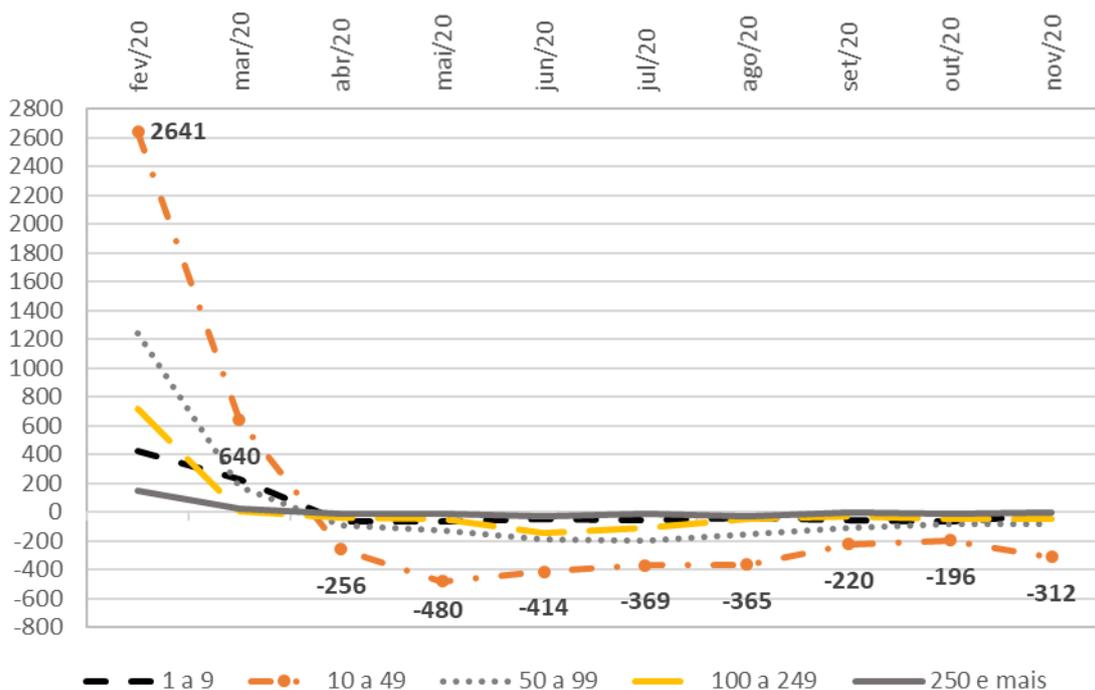


Gráfico 4.2 – Saldo de empregos por porte do estabelecimento (número de vínculos): jan a nov/2021

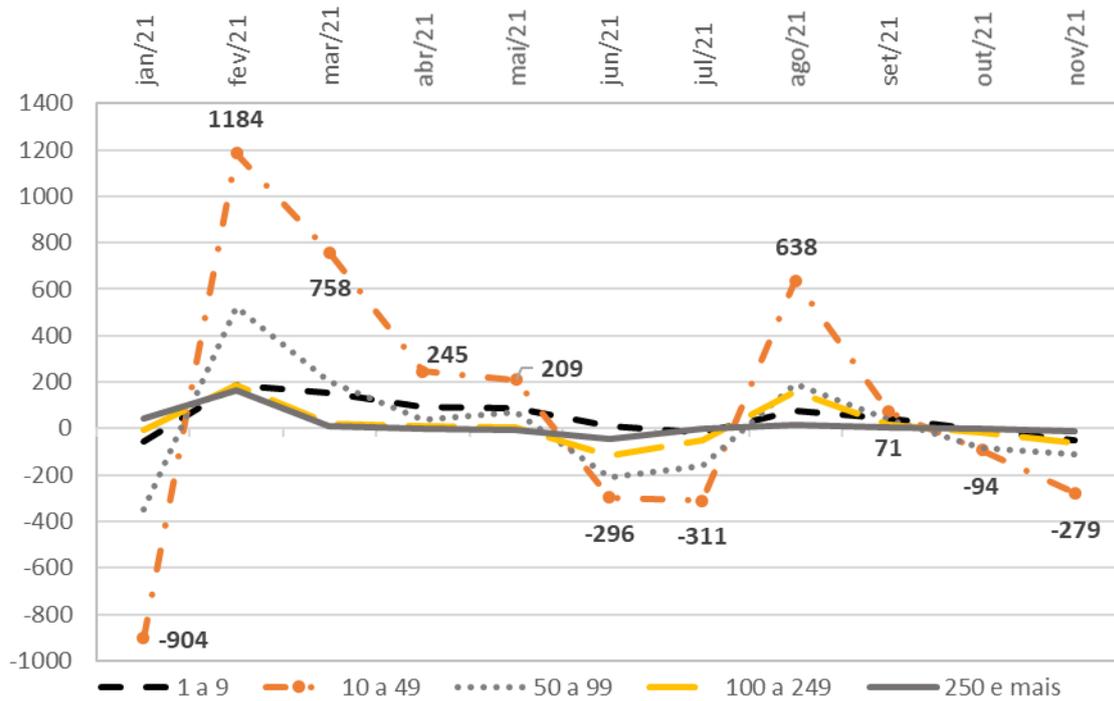


Gráfico 4.3 – Saldo de empregos por porte do estabelecimento (número de vínculos): jan a jul/2022

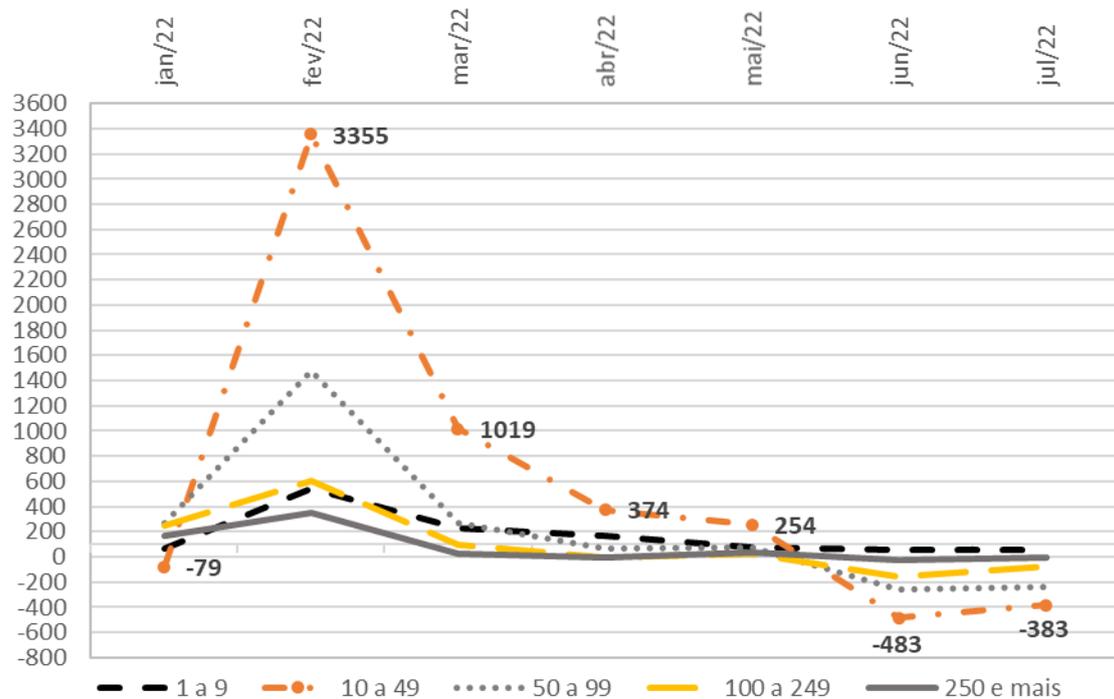
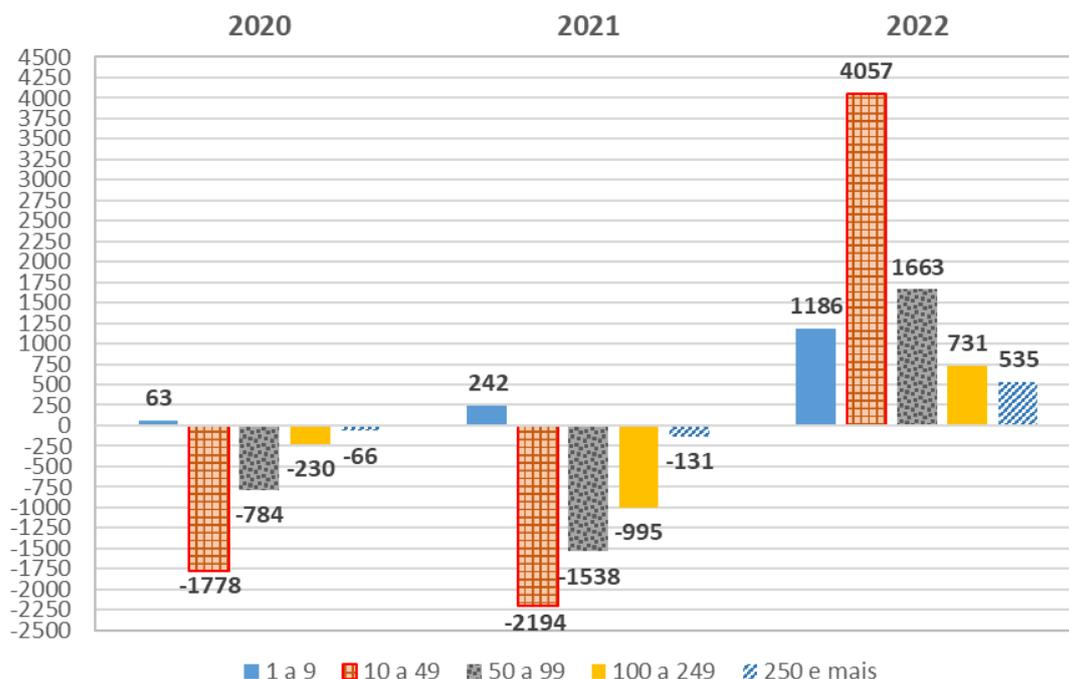


Gráfico 4.4 – Saldo de empregos por porte do estabelecimento (número de vínculos de emprego): 2020, 2021 e 2022



SALDOS MENSAIS DE EMPREGOS SEGUNDO CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DAS PROFESSORAS: SEXO, RAÇA/COR E FAIXA ETÁRIA

Como já se demonstrou, as mulheres, as professoras brancas e aquelas mais velhas foram particularmente atingidas pelos cortes de empregos durante a crise sanitária de 2020 e 2021 (Tabela 5).

Os gráficos 5, 5.1, 5.2 e 5.3 demonstram a diferenciação de situações entre professores e professoras. Segundo dados do Gráfico 5.1, em 2020 houve saldos negativos maiores para as professoras quando comparadas aos professores, mantendo-se assim desde abril até o final do ano e atingindo o ápice em junho (-662). Em 2021, as oscilações no mercado de trabalho foram mais acentuadas para elas do que para eles, assim como a retomada em 2022, que se mostrou mais expressiva para as mulheres. Relembre-se mais uma vez que os professores do ensino fundamental são, majoritariamente, do sexo feminino e, dentre eles, são mulheres a quase totalidade de docentes do ciclo básico (de 1ª a 4ª série). Como a eliminação de empregos foi mais intensa entre os que lecionavam nesse ciclo e a quase totalidade era mulher, pode-se compreender que as professoras foram mais prejudicadas do que os professores.

Gráfico 5 – Saldo de empregos por sexo: 2020 a 2022

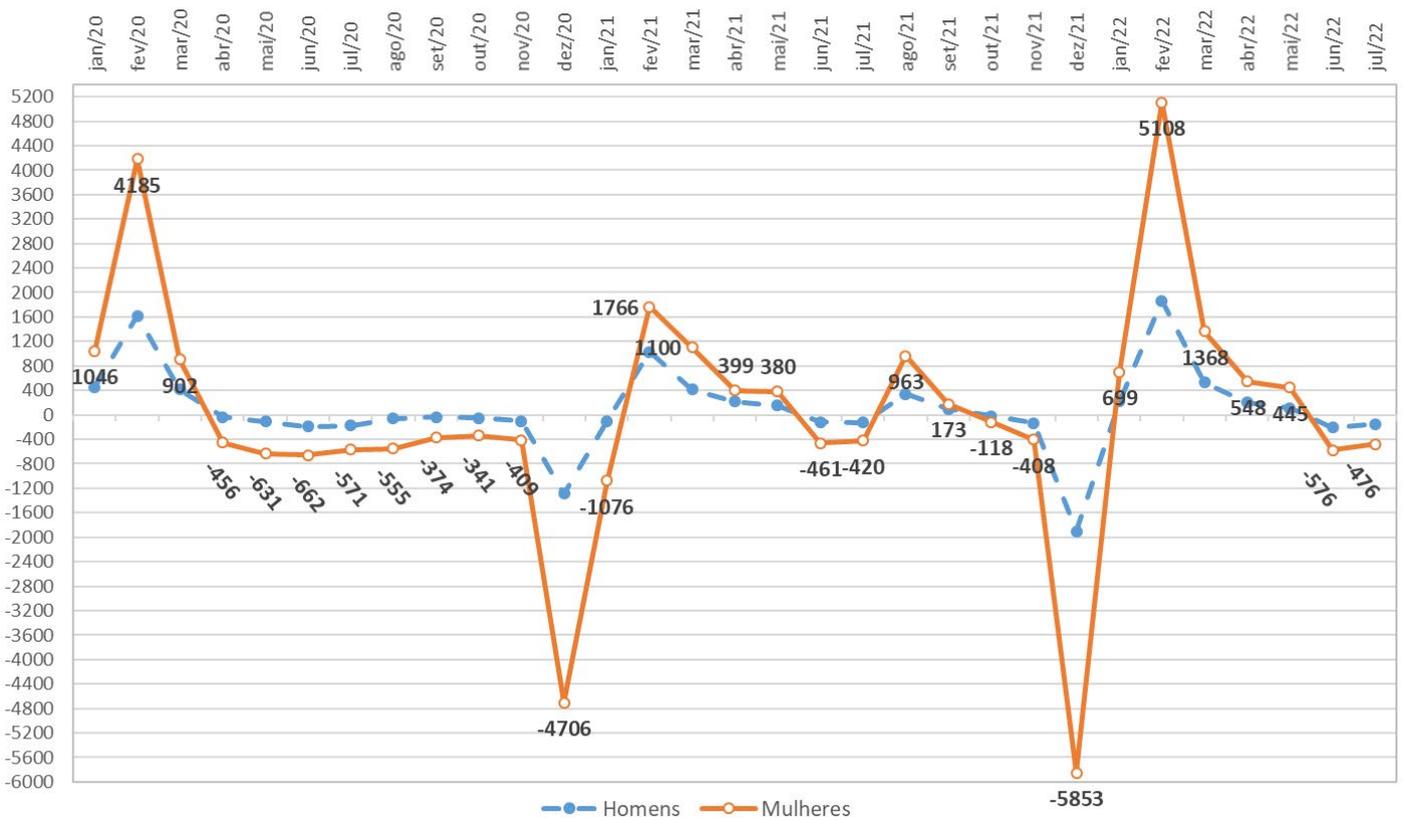


Gráfico 5.1 – Saldo de empregos por sexo: fev a nov/2020

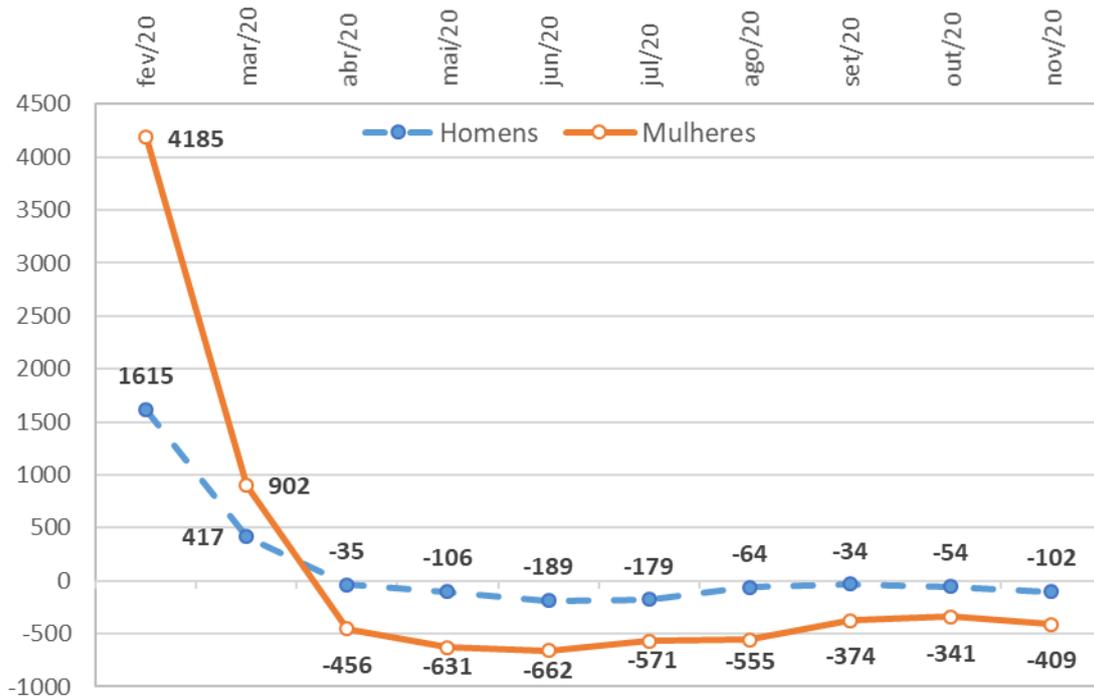


Gráfico 5.2 – Saldo de empregos por sexo: fev a nov/2021

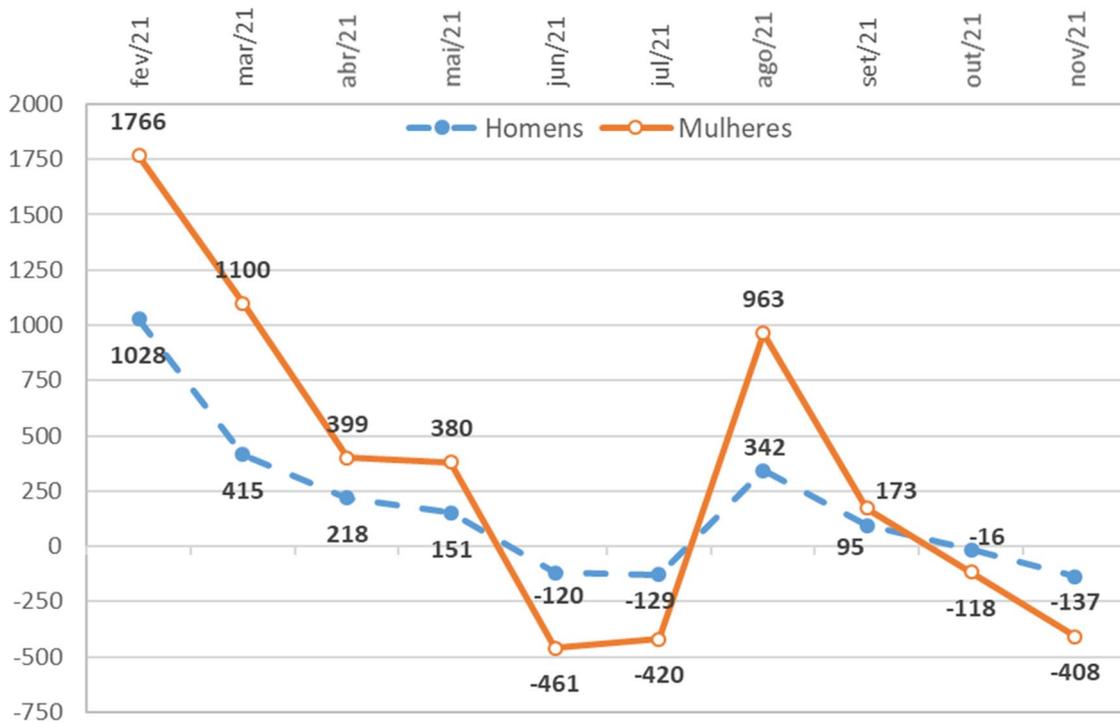
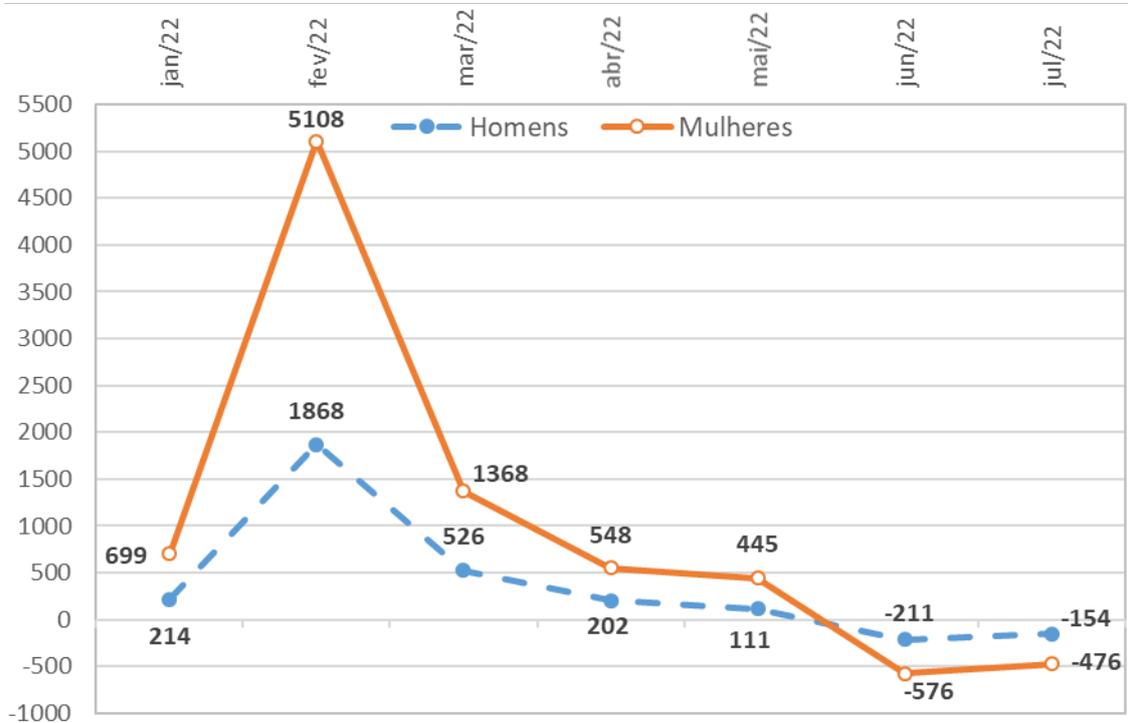


Gráfico 5.3 – Saldo de empregos por sexo: jan a jul/2022



Da mesma maneira, a base de dados registrou maiores saldos negativos para professoras da raça branca – que constituem a maioria do professorado –, quando comparadas às de raça negra (pretos e pardos) e aos amarelos e indígenas. O Gráfico 6 mostra tendências assemelhadas para brancos e negros, com curvas negativas em 2020, altos e baixos em 2021 e recuperação em 2022. Observe-se que, devido ao reduzido número de casos de professores “amarelos e indígenas”, houve pequenas oscilações nos saldos desse segmento, mantendo-se próximos de zero (Gráfico 6). O desempenho pode ser mais bem aquilatado pelos gráficos 6.1, 6.2 e 6.3, que mostram as diferenças de saldos negativos entre brancos e negros em 2020, as menores oscilações de empregos para negros em 2021 e uma retomada mais consistente de postos de trabalho para professores da raça negra em 2022. Esse último movimento fica mais visível a partir de maio e pode indicar uma eventual substituição das professoras brancas pelas negras nesse final do primeiro semestre de 2022.

Gráfico 6 – Saldo de empregos por raça/cor: 2020 a 2022

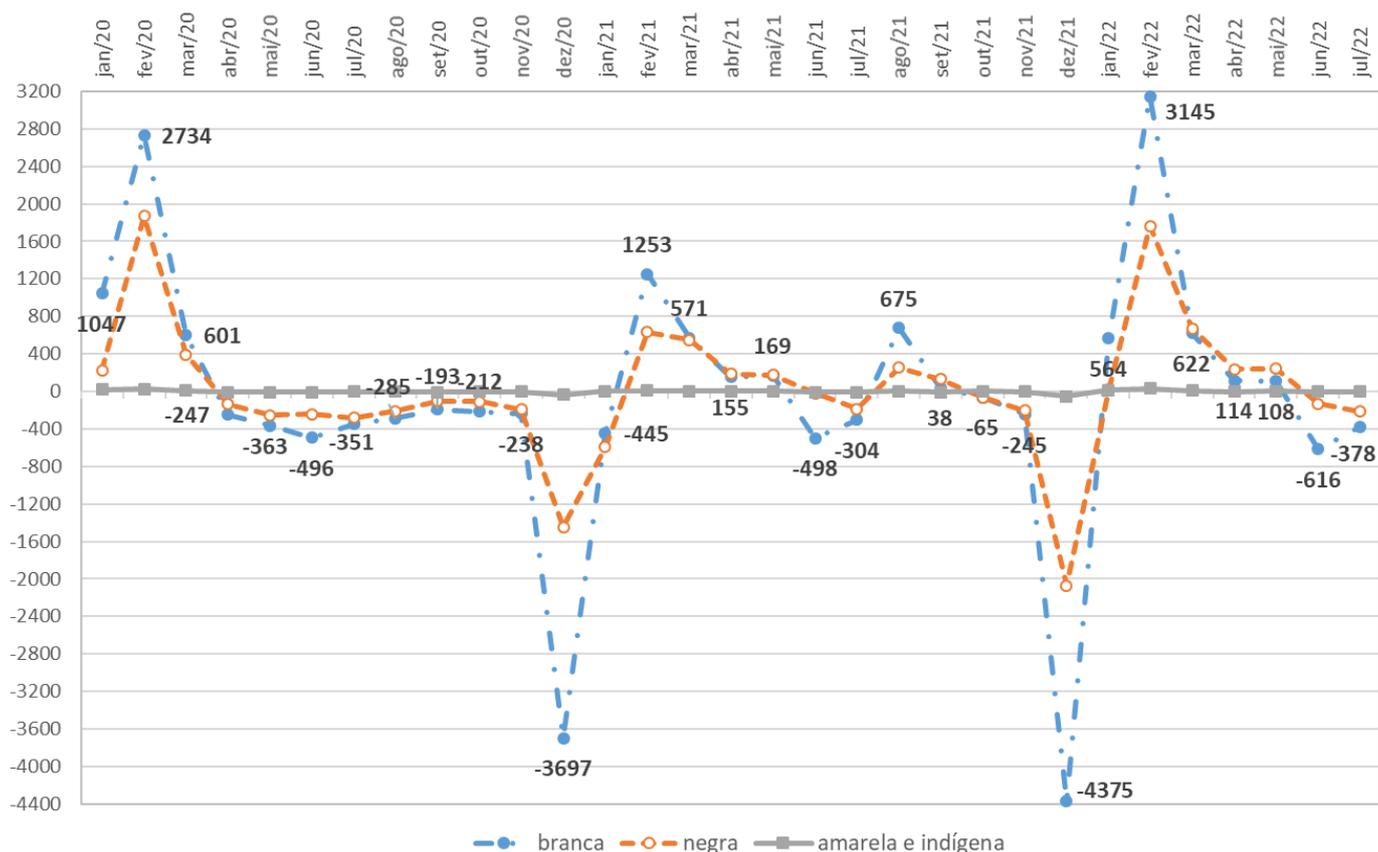


Gráfico 6.1 – Saldo de empregos por raça/cor: fev a nov/2020

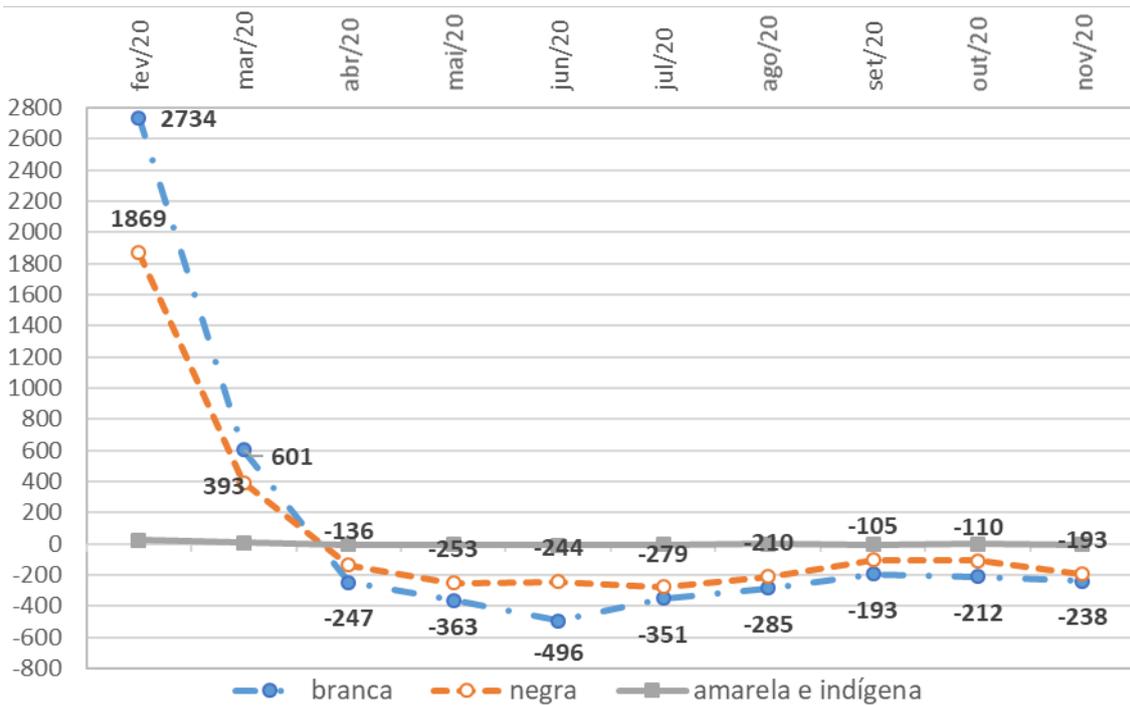


Gráfico 6.2 – Saldo de empregos por raça/cor: fev a nov/2021

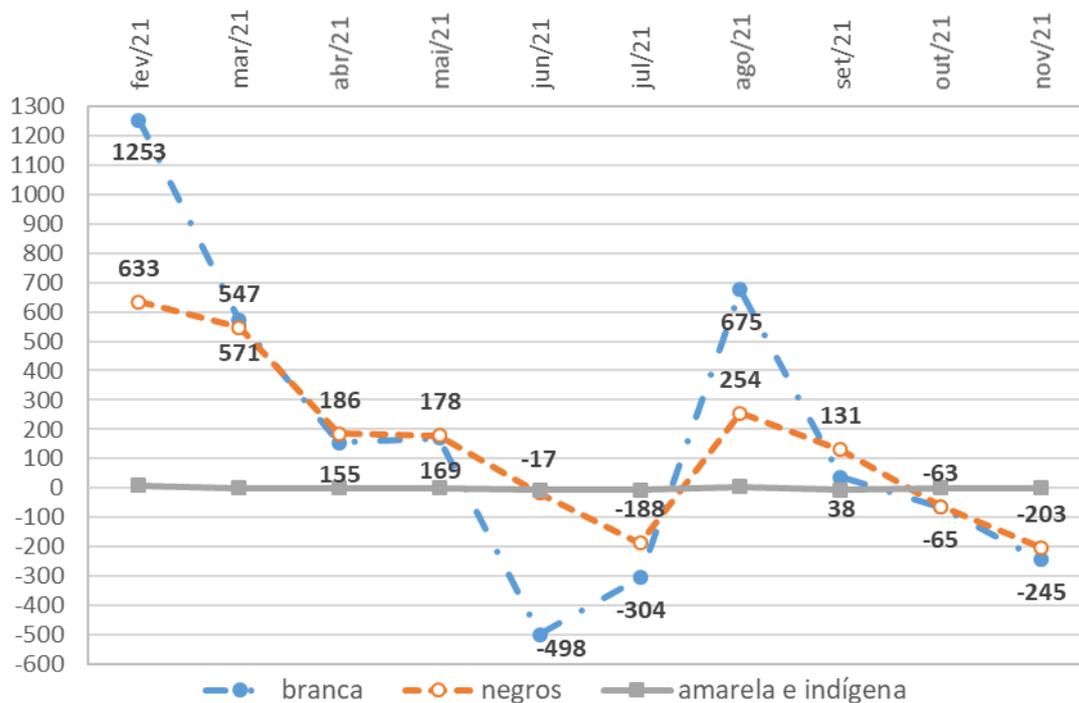
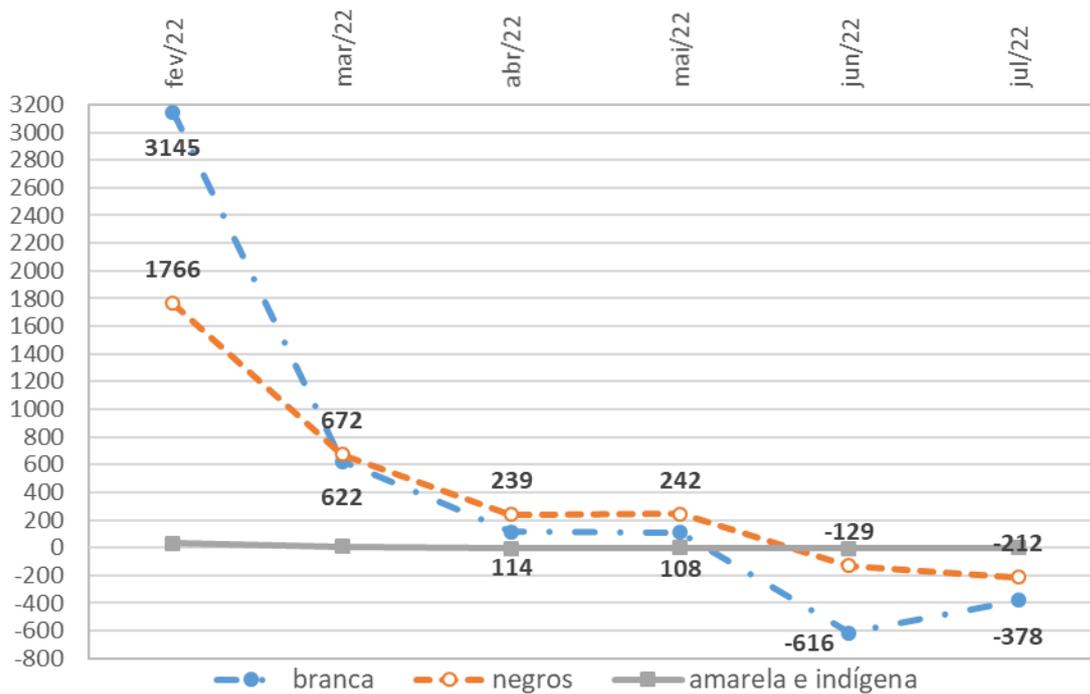


Gráfico 6.3 – Saldo de empregos por raça/cor: fev a jul 2022



Os profissionais mais maduros foram alvos preferenciais dos desligamentos enquanto para os mais jovens ampliavam-se as oportunidades, como já se discutiu anteriormente (Tabela 5). O Gráfico 7 permite visualizar a seletividade da dispensa conforme as faixas etárias das professoras. Embora os cortes de empregos tenham atingido todas as idades em 2020, os docentes com 36 a 45 anos foram os mais impactados, com os maiores saldos negativos de abril a novembro, depois dos positivos de fevereiro (1.814) e março (372). Os professores entre 26 e 35 anos, os com 46 a 55 e aqueles com 56 e mais, nessa ordem, tiveram saldos negativos de menor monta quando comparados aos que tinham 36 a 45. O ano de 2021 foi atípico e instável para todos, mas chama a atenção a recuperação para os grupos mais jovens, até 25 e de 26 a 35 anos. Destaca-se também que, a partir desse ano, a perda de postos de trabalho entre os mais velhos (46 a 55 e 56 anos e mais) permaneceu, sem picos de recuperação e, no primeiro semestre de 2022, as professoras com 56 anos e mais continuaram sendo preferencialmente desligadas.

Os gráficos 7.1, 7.2 e 7.3 deixam mais clara a preferência dos empregadores por professoras muito jovens (até 25 anos) enquanto focavam na dispensa das mais velhas, principalmente em 2021 e 2022.

Gráfico 7 – Saldo de empregos dos professores do EF por faixa etária: 2020 a 2022

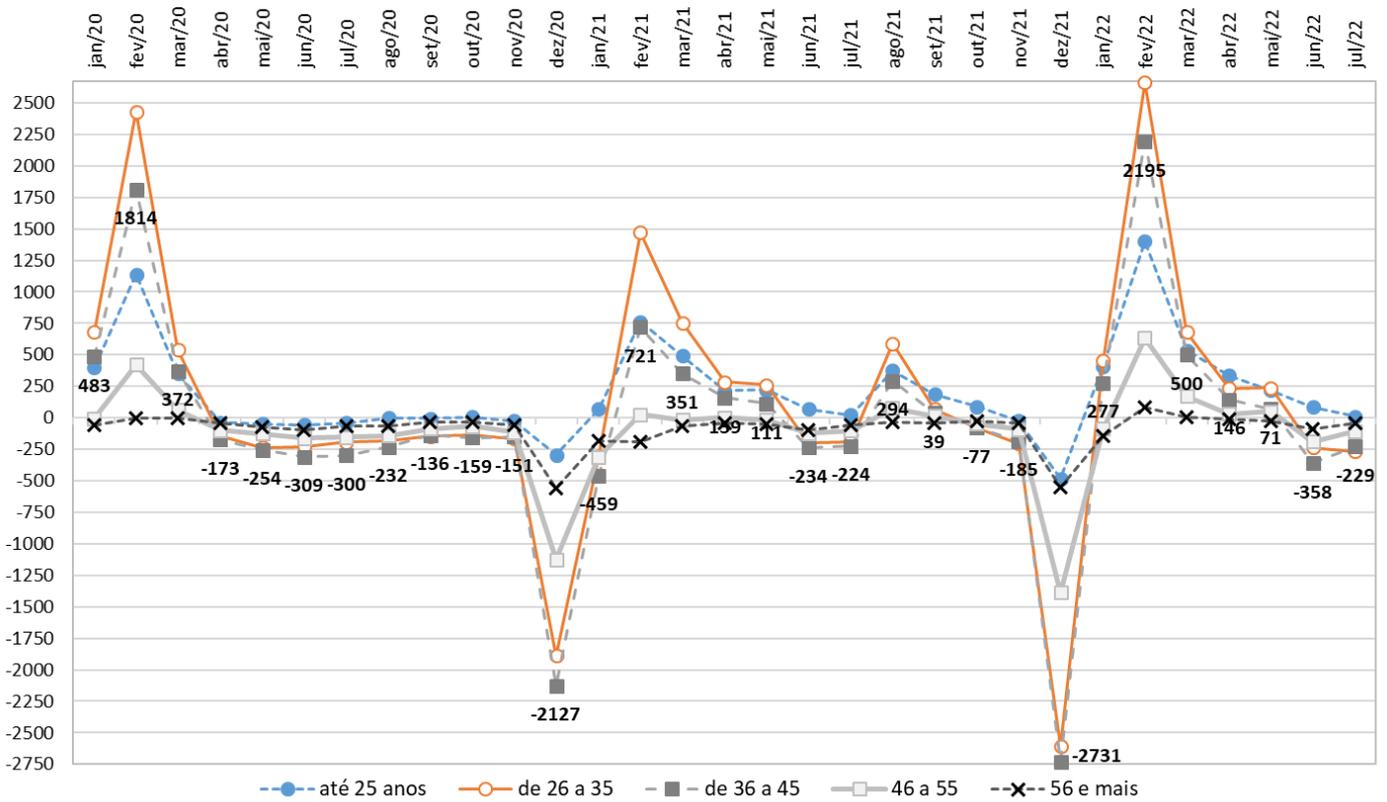


Gráfico 7.1 – Saldo de empregos dos professores do EF por faixa etária: fev a nov/2020

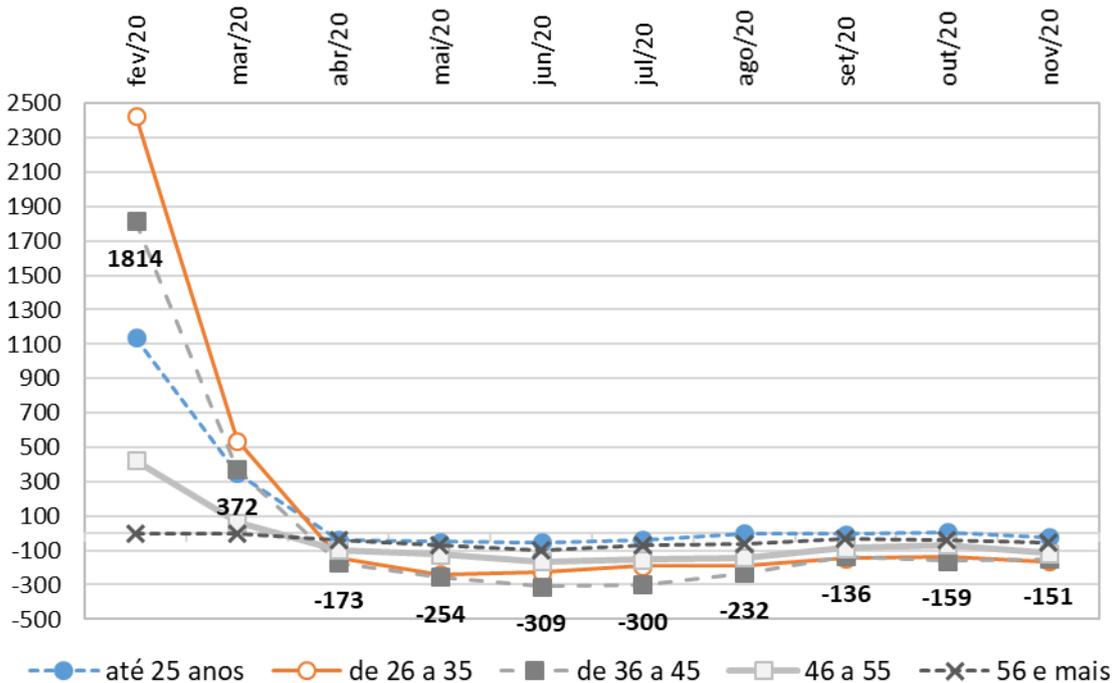


Gráfico 7.2 – Saldo de empregos dos professores do EF por faixa etária: fev a nov/2021

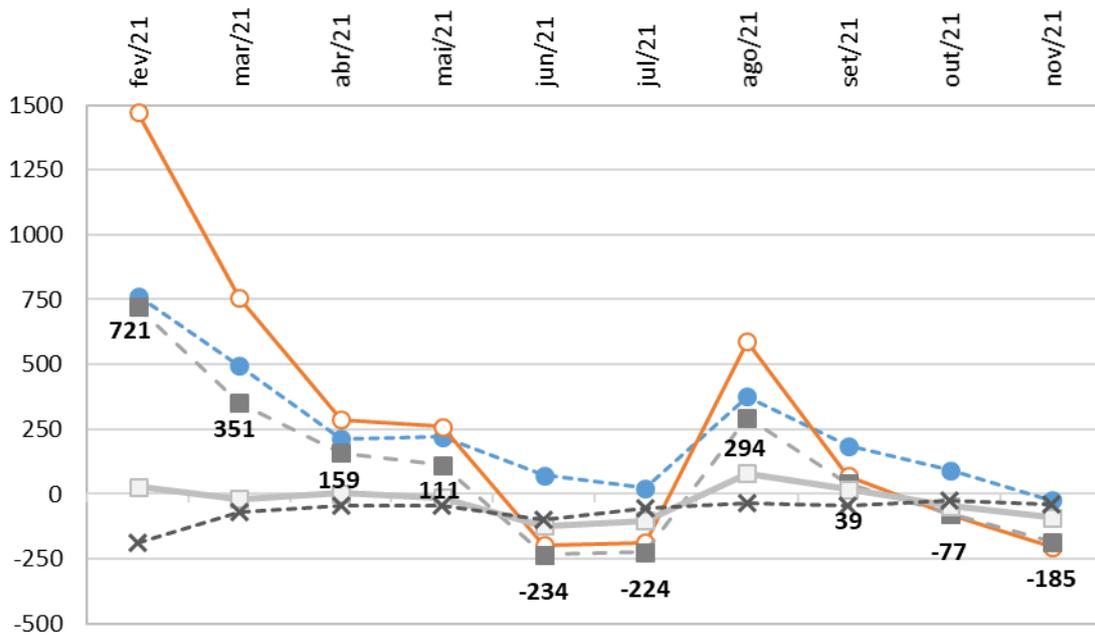
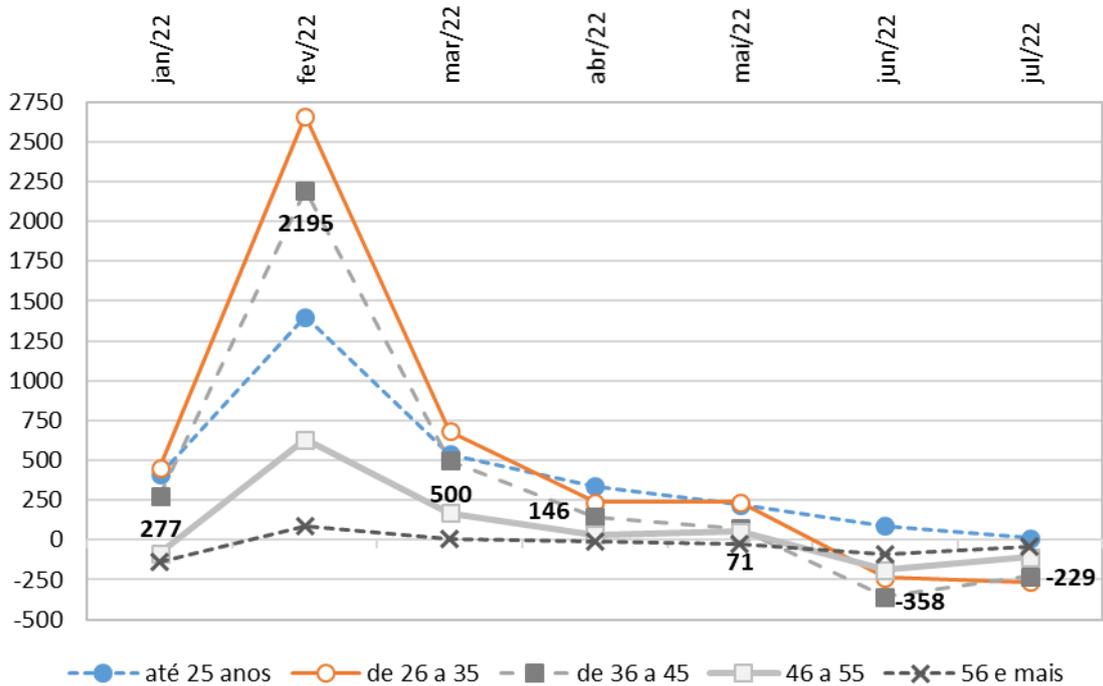


Gráfico 7.3 – Saldo de empregos dos professores do EF por faixa etária: jan a jul/2022



CONCLUSÕES

A pandemia, o isolamento social e o fechamento das escolas impactaram profundamente o professorado da educação básica e seus efeitos se estenderam por, pelo menos, dois anos inteiros, 2020 e 2021.

As principais preocupações das professoras da educação básica durante o primeiro ano da pandemia, capturadas a partir de diversas pesquisas realizadas ainda em 2020, sinalizam, em primeiro lugar, um profundo estranhamento provocado pela mudança repentina do ensino presencial para o remoto, acarretando, inicialmente, resistência do professorado que foi sendo amenizada no decorrer de 2020, embora não tenha sido completamente ultrapassada. A expectativa, não concretizada, era de um rápido retorno às aulas presenciais ainda no segundo semestre daquele ano.

O trabalho docente foi profundamente modificado no contexto do isolamento social e do fechamento das escolas e a nova configuração que ele assumiu impactou sobremaneira as professoras, bem como as equipes escolares e as equipes das secretarias de educação, que tiveram que se adaptar a situações imprevisíveis, da noite para o dia.

As atividades de trabalho presenciais se modificaram e tiveram que ser redesenhadas com a mediação das tecnologias introduzidas na prática diária, o que representou um grande desafio para boa parte dos docentes que não tinham contato prévio com elas. Além disso, as condições de trabalho não foram as mais adequadas. Os instrumentos de trabalho remoto – celulares, *tablets* e computadores, quando existiam, nem sempre estavam dedicados apenas às aulas; ao contrário, o comum foi compartilhá-los com outros membros da família. O mais comum foi se valer de celulares e do WhatsApp para dar aulas e dos planos de internet custeados pelas próprias professoras.

A intensificação do trabalho profissional foi sentida por todas, assim como a invasão do trabalho na vida privada e pessoal, tornando ambas as esferas misturadas em uma só jornada

de trabalho, longa e contínua. A jornada de trabalho e sua até então conhecida rotina foram modificadas: o local de trabalho migrou das escolas para as casas, da sala de aula para as salas de jantar ou para os quartos das professoras; a convivência com os alunos, suas famílias, os colegas docentes, a administração escolar se misturou às atividades e às relações domésticas com filhos, cônjuges e outros parentes; as atividades docentes eram exercidas em horários diferentes, ao menos nos primeiros meses da pandemia, alterando toda a vida.

Concomitantemente, modificações nos contratos de trabalho – carga horária, atribuição de férias, suspensão temporária de atividades e de salários – foram autorizadas e amplamente utilizadas pela rede particular de ensino desde sua oficialização, por volta de abril de 2020.

A saúde física, mental e psicológica das professoras foi afetada pelas mudanças no cotidiano, pelos desafios pedagógicos e pela preocupação com o futuro laboral e a carreira profissional, muitas delas antevendo dispensas expressivas causadas principalmente pela adoção da tecnologia que temiam, levaria a um enxugamento do quadro de professores por parte das escolas.

A estrutura do mercado de trabalho das professoras do ensino fundamental apresentou algumas alterações entre 2019 e 2021 segundo a Rais, sendo plausível supor que elas estejam repercutindo efeitos da crise sanitária causada pela pandemia de covid-19. Como se sabe, o peso do setor público é relevante na contratação das professoras da educação básica, principalmente do ensino fundamental, cuja oferta é responsabilidade das prefeituras que o fazem majoritariamente por meio de vínculos estatutários. Atente-se que, em 2021, entretanto, houve diminuição de 6% nos contratos estatutários após os dois primeiros anos da pandemia, movimento coerente com a expansão dos vínculos CLT por parte de empresas do setor privado. Além disso, internamente aos vínculos estatutários, alterações contratuais vêm sendo implantadas ao longo dos anos, modificando direitos sacramentados como a aposentadoria integral e a estabilidade no emprego. Esse movimento de flexibilização dos contratos, tanto das professoras do ensino público como do privado, se acentuou em 2021, quando se iniciou uma recuperação instável dos empregos destruídos no ano anterior. Foi possível perceber, dessa maneira, que a pandemia favoreceu a flexibilização dos tipos de contrato estatutário no EF e permitiu o avanço dos CLT contratados por empresas.

As professoras do EF ganham muito mal, seja na rede pública ou na privada. Cerca de 48% recebiam até três salários mínimos mensais em média, tanto em 2019 como em 2021, o que equivale a R\$ 3.906,00 em valores de janeiro de 2023. Ainda assim, as professoras da rede pública se saem melhor (46,6% ganhavam até 3 SM em 2019) do que os da rede privada (71% dos que lecionavam nas escolas particulares, 50% dos contratados por entidades sem fins lucrativos e 65,7% dos que lecionam em outros tipos de organização). A baixa remuneração dessas professoras se acentuou em 2021, pois, frente ao desemprego, menores salários foram oferecidos e aceitos. É plausível afirmar que os padrões de remuneração de professores e professoras da rede particular de ensino se degradaram após os dois primeiros anos pandemia, com o aumento da concentração de profissionais ganhando até 3 SM (71% em 2019 e 83% em 2021).

A movimentação dos empregos das professoras do EF no Brasil nos dois anos e meio de acompanhamento – janeiro de 2020 a julho de 2022 – foi intensa, com importante perda de postos de trabalho CLT em 2020 e, principalmente, em 2021, seguida de recuperação no primeiro semestre de 2022. As crises sanitária e dos empregos tiveram, portanto, longa duração para as professoras do EF. De uma forma geral, observaram-se saldos negativos maiores nos empregos em 2021, com os desligamentos superando amplamente as admissões, comparativamente a 2020, seja no total ou segundo grupos de funções (famílias ocupacionais), regiões geográficas, tamanho do estabelecimento de ensino, o sexo, a raça/cor e a faixa etária das professoras.

Os cortes de empregos das professoras do EF não se deram, porém, de forma homogênea nem segundo as variáveis estudadas, nem considerando a temporalidade. Nessa última dimensão, os saldos negativos de empregos iniciaram-se em abril de 2020 e assim continuaram até o final do ano; em 2021, picos de saldos positivos se alternaram com outros negativos durante o ano, indicando instabilidade nas tendências. Já no decorrer do primeiro semestre de 2022, a recuperação dos empregos foi constante e expressiva.

As que lecionavam no ciclo básico (1ª a 4ª série) – tanto as que tinham formação em nível superior como as com nível médio – sofreram mais perdas quando comparadas às que lecionavam no ciclo autoral (5ª a 8ª série). A intersecção dessas famílias ocupacionais com algumas características demográficas do professorado ajuda a caracterizar os postos de trabalho preferencialmente eliminados. Por exemplo, os maiores saldos negativos se verificaram entre as professoras e não entre os professores, pois são mulheres, lembre-se, a maioria quase absoluta dos docentes que ministram aulas no ciclo básico do EF. A grande maioria do professorado é da raça/cor branca e, em 2020 e 2021, se registraram entre as brancas as maiores proporções de dispensas, quando comparadas às sofridas por professoras das raças/cor negra e amarelo/indígena. Os cruzamentos realizados evidenciam que a raça/cor da professora não foi um traço determinante para a dispensa, mas sim o ciclo do EF em que ela lecionava.

No que se refere à idade, os grupos etários mais atingidos no primeiro ano da pandemia foram os mais maduros: foram eliminados 1.172 empregos para a faixa de 36 a 45 anos; 1.593 para a de 46 a 55 anos; e 1.101 para a de 56 anos e mais. Em 2021, as perdas foram mais intensas do que no ano anterior e tenderam a recair sobre as mesmas faixas etárias e em muito menor proporção entre jovens com 26 a 35 anos. Ressalta-se que, durante os dois anos e meio de pandemia aqui analisados, a única faixa etária que manteve saldos positivos de empregos foi a muito jovem, com até 25 anos. Em outras palavras, o fechamento das escolas por um ano, no mínimo, e a adoção maciça de tecnologias de informação, comunicação e de recursos educacionais informatizados na prática docente expulsaram do mercado de trabalho aquelas professoras mais maduras, ao mesmo tempo que favoreceram a admissão das muito jovens, com até 25 anos. Provavelmente, estas foram admitidas com salários menores em uma prática conhecida e perversa do mercado de trabalho: a dispensa dos mais velhos que normalmente ganham mais e sua substituição por profissionais jovens e menos custosos.

Em termos de regiões geográficas, Nordeste e Sudeste, que possuem as maiores redes de ensino, apresentaram maiores saldos negativos de empregos. As escolas de pequeno e médio portes, entre 10 e 99 empregados, foram as mais vulneráveis à crise. A situação foi ainda mais aguda nas menores, com a 10 a 49 empregados. O corte mais profundo de postos de trabalho em 2021, quando comparado a 2020, sugere que essas escolas se mantiveram abertas no primeiro ano da pandemia, mas não tiveram condições de continuar em 2021. Elas fecharam unidades, dispensaram professoras e/ou se valeram de recursos tecnológicos e computacionais em suas atividades, diminuindo o número de professoras.

Assim, se a crise sanitária atingiu todos os brasileiros, inclusos os professores do EF, ela não teve o mesmo efeito para todos. As professoras bancas que lecionavam no ciclo básico, as mais maduras, as que trabalhavam em escolas de pequeno e médio portes no Sudeste e no Nordeste do Brasil foram as mais vulneráveis aos efeitos deletérios da crise sanitária da covid-19, particularmente no segundo ano da pandemia.

A retomada das atividades escolares com o retorno extensivo do ensino presencial e a vacinação foram fatores decisivos em 2022, ano em que exatamente aqueles segmentos de professores do EF mais atingidos nos dois anos anteriores passaram a ter recuperação expressiva dos empregos, com recordes de saldos positivos no primeiro semestre de 2022.

REFERÊNCIAS

ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; PAGAIIME, Adriana. *Educação escolar em tempos de pandemia*. Informe 1: primeiros resultados. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2020a. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1/>. Acesso em: 6 abr. 2021.

ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; PAGAIIME, Adriana. *Educação escolar em tempos de pandemia*. Informe 2: similaridades e diferenças. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2020b. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-2/>. Acesso em: 6 abr. 2021.

BIMBATI, Ana Paula. Qual é a situação dos professores no Brasil durante a pandemia? *Revista Nova Escola*, São Paulo, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19386/qual-e-a-situacao-dos-professores-brasileiros-durante-a-pandemia>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. *Medida Provisória n. 927, de 22 de março de 2020*. Medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2020a. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141145>. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. *Medida Provisória n. 936, de 1 de abril de 2020*. Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2020b. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141375>. Acesso em: 8 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *O que é CAGED?* Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho – PDET. Brasília, DF, 2020c. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/o-que-e-caged>. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. *O que é RAIS?* Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho – PDET. Brasília, DF, 2020d. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/o-que-e-rais>. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Secretaria de Trabalho. *Tratamentos aplicados nos dados do Novo Caged a partir de ajustes na captação dos dados pelo eSocial*. (Nota Técnica). Brasília, DF: MTP, 2021. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Out2021/Nota_T%C3%A9cnica_Novo_Caged_11-2021.pdf. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. *Painel de Informações do Novo CAGED*. Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho – PDET. Brasília, DF: MTP, 2022.

INSTITUTO PENÍNSULA. *Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil*. Pulso 1/P1 (março de 2020); Pulso 2/P2 (maio de 2020); Pulso 3/P3 (agosto de 2020); Pulso 4/P4 (novembro de 2020). São Paulo: Instituto Península, 2020. Disponível em: https://institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Pulso-covid-19_-Instituto-Peni%CC%81nsula.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE – REPU. *Monitoramento de casos de covid-19 na rede estadual de São Paulo*. Nota técnica. São Paulo, fev./abr. 2021. Disponível em: https://www.repu.com.br/_files/ugd/9cce30_232a4b26e21c4a60a750731ec5a27cdd.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

SINDICATO DAS PROFESSORAS E DOS PROFESSORES DE GUARULHOS – SINPRO GUARULHOS. *Trabalho docente nas instituições privadas durante a crise do Corona vírus* (rede privada). Guarulhos, SP, 22 abr. a 2 maio 2020. Acesso em: 16 abr. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP. Instituto de Estudos Avançados. *Pesquisa educação, docência e a covid 19*. São Paulo: USP Cidades Globais, 2020. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/usp-cidades-globais/pesquisa-educacao-docencia-e-a-covid-19>. Acesso em: 19 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino. *Trabalho docente em tempos de pandemia*. Relatório Técnico (redes públicas). Belo Horizonte, 8 a 30 jun. 2020a. Disponível em: https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v03.pdf. Acesso em: 6 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino. *Docência na educação básica privada em tempos de pandemia*. Relatório completo (redes privadas). Belo Horizonte, 21 jul. a 21 ago. 2020b. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/RELATORIO-COMPLETO-1011.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista. *Relatório técnico-científico da pesquisa: o trabalho remoto/home office no contexto da pandemia covid-19; trabalho docente, setores público e privado e questões de gênero*. Parte II. Curitiba, 5 a 17 maio 2020. Acesso em: 19 abr. 2021.

UNIVERSIDADE SÃO CAETANO DO SUL – USCS; UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO – UNICID. *Políticas e estratégias dos sistemas municipais de ensino do ABC paulista durante a pandemia de covid-19: relatório de pesquisa*. Parte I. São Caetano do Sul, 26 maio a 10 jun. 2020. Disponível em: <https://www.uscs.edu.br/boletim/338>. Acesso em: 19 abr. 2021.

Fundação
Carlos Chagas

